

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao estágio realizado na empresa de Arqueologia Neoépica, que constituiu a componente não-lectiva seleccionada pela mestranda para a conclusão do ciclo de Mestrado em Arqueologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O referido estágio foi realizado sob a orientação científica do Professor Dr.º André Teixeira e dos arqueólogos sócios-gerentes da Neoépica, Nuno Neto e Raquel Santos. A sua realização partiu primordialmente da necessidade sentida de consolidar a capacidade em aplicar de forma segura e coerente os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da vertente lectiva do curso, essencialmente no que respeita às técnicas e métodos de trabalho de campo. A procura de uma nova experiência de trabalho arqueológico, a adicionar às aprendizagens adquiridas no estágio curricular do 1º ciclo, encarou esta opção como a mais sólida e objectiva forma de aprendizagem.

Ao apresentar o pretendido na realização de estágio, a Neoépica proporcionou, dentro das suas possibilidades e projectos em curso, um trabalho contínuo e bastante diversificado abrangendo praticamente todas as actividades que constituem a prática arqueológica em espaço urbano, inserida num contexto empresarial. Foram assim desempenhadas tarefas de acompanhamento arqueológico, sondagens arqueológicas, trabalho de gabinete e, ainda, a presença em reuniões com entidades competentes sobre projectos em curso.

A componente de estágio teve início a 21 de Setembro de 2015 e terminou a 11 de Março de 2016, com duração total de oitocentas horas. A sua realização teve lugar na cidade de Lisboa, onde decorreram as intervenções arqueológicas e a maior parte do período de estágio, e na Sede da instituição, em Mem Martins (Sintra), onde se procedeu aos trabalhos de gabinete. Todas as funções desempenhadas foram realizadas com base num plano de actividades previamente delineado pela empresa e devidamente acompanhadas pelos arqueólogos responsáveis. Estas serão apresentadas com base na descrição pessoal, ou a partir da consulta dos respectivos relatórios finais, preliminares e notas técnicas disponíveis.

Em anexo consta um calendário de estágio, elaborado de forma esquemática, de modo a apresentar sucintamente o percurso realizado. Neste constam as actividades efectuadas, de forma intercalada, conforme as oportunidades de trabalhos disponíveis, as datas e locais em que decorreram, assim como a indicação de outras informações relevantes (Anexo I. Fig. 1).

No presente relatório são apresentadas, a par das actividades desenvolvidas, uma breve contextualização do funcionamento e da estrutura interna da Neoépica, na qual dar-se-á ênfase ao seu carácter institucional de modo a conhecer os contextos que envolveram a sua criação, as suas motivações, os tipos de trabalhos desenvolvidos, a sua estrutura e funcionamento internos. Procura-se igualmente esclarecer de forma bastante genérica a actividade e dinâmica interna desta empresa, referenciando apenas alguns dos seus principais aspectos, focando o tema de desenvolvimento do presente relatório.

São igualmente referenciados os planos metodológicos da empresa no que se refere às tarefas de campo realizadas em estágio e aos seus processos de registo, com base nas metodologias de trabalhos arqueológicos, disponibilizadas pela Neoépica. Procura-se, desta forma, enquadrar cada tarefa desempenhada em estágio nos procedimentos gerais da instituição, sendo cada intervenção descrita conforme as suas especificidades e os modos de actuação aplicados. A descrição de cada actividade desenvolvida é realizada a partir das anotações registadas no decorrer de cada uma bem como dos relatórios preliminares e notas técnicas das intervenções realizadas em estágio, as quais, à excepção do acompanhamento arqueológico que dispõe de um relatório final, não se encontram de momento finalizadas.

Optou-se pela descrição dos processos de tratamento de informação integrados nos planos metodológicos da Neoépica no capítulo reservado à apresentação dos trabalhos de gabinete realizados em estágio, uma vez que estes processos seguem, de um modo linear, os procedimentos de execução estabelecidos nos respectivos planos. Estes podem ser alvo de breves adaptações na sua aplicação de acordo com as exigências de estudo de cada conjunto material, dos contextos e situações decorrentes da sua realização. Algumas das tarefas desempenhadas ao longo do estágio, descritas no presente ponto de desenvolvimento, apresentam-se como casos exemplificativos destas pontuais adaptações metodológicas aos planos pré-estabelecidos.

Os procedimentos estipulados nos planos de actuação da empresa são determinados em concordância com o estipulado no actual RTA (Decreto-Lei

n.º164/2014, de 04 de Novembro). No que respeita aos procedimentos técnico-científicos são aplicados os princípios arqueológicos basilares, integrados em função do tipo de intervenção arqueológica a executar.

Na sequência da vertente prática e das motivações para a realização de estágio, optou-se neste relatório por incidir a sua vertente teórica sobre as metodologias e processos de trabalho arqueológico. Esta foi realizada a partir da abordagem individualizada de cada actividade realizada ao longo do estágio: o acompanhamento arqueológico, a sondagem de diagnóstico manual, o processo de tratamento de material e a redacção do relatório técnico-científico da intervenção.

Pretende-se, desta forma, apresentar não só as actividades realizadas no quadro da Neoépica, como também uma compreensão genérica dos vários enquadramentos técnicos, metodológicos e legislativos. Procura-se simultaneamente fazer referência a algumas questões e fragilidades em torno destes enquadramentos, identificadas a nível da bibliografia consultada, sempre que oportunas. Para a realização desta abordagem procedeu-se à leitura e cruzamento de diversas fontes bibliográficas, da legislação base do património e reguladora da prática arqueológica e de outros apoios normativos referentes aos processos de salvaguarda e regulamentação dos trabalhos arqueológicos.

Procedeu-se igualmente à consulta de alguns relatórios de escavações, que se revelaram de grande importância no conhecimento da cidade e na sua prática arqueológica, a par da disponibilização por parte da Neoépica dos relatórios das intervenções realizadas em estágio. No que se refere ao processamento de tratamento material foram identificadas algumas referências a propostas de procedimentos metodológicos a aplicar nas diversas etapas de tratamento de material. O desenvolvimento deste tópico efectua-se, desta forma, a partir de uma sucinta apresentação de modelos de trabalho sugeridos por alguns autores bem como através da realização de um breve enquadramento da sua realização nas normas regulamentares actualmente disponíveis à sua gestão.

A abordagem dos enquadramentos normativos e metodológicos da Arqueologia Urbana revela actualmente várias questões e algumas incoerências em torno da sua prática (BUGALHÃO, 2011, pp.19-41; SILVA, 1999, pp.229-240). Esta rege-se segundo conjuntos de leis e procedimentos metodológicos específicos, por um organismo tutelar do património e da cultura, a DGPC, e sob competências do Estado, cuja eficácia de actuação manifesta em vários momentos algumas lacunas (LEMOS, 2006, pp.15-21; SARRAZOLA, 2006, pp.23-28). A estas entidades competem a gestão,

preservação e registo das memórias cidadinas bem como a resposta às questões particulares da sua investigação. Os processos de trabalho e a interpretação dos dados recolhidos encontram-se envolvidos e muitas vezes suportados por um influente conjunto de factores externos à sua prática, que exigem igualmente uma reavaliação das formas de abordagem de cada sítio intervencionado (LEMOS, MARTINS, 1992, p.93; SILVA, 1985, p.7; SILVA, 1999, pp.238-239; SILVA, 2005, p.462).

A presença da Arqueologia, actualmente inserida e caracterizada essencialmente numa perspectiva de acção preventiva, maioritariamente de preservação por registo e de minimização de impactos sobre o património, assegurada por um sector empresarial, tornou-se intrínseca na realização de trabalhos de dinamização urbana. A exigência da actuação arqueológica nestes contextos foi fundamentalmente motivada pela crescente necessidade de salvaguarda e valorização das realidades existentes no subsolo, face aos contínuos revolvimentos sedimentares que as colocam muitas vezes em risco de afectação ou perda total (BUGALHÃO, 2008, pp.219-223, 2011, pp.22-37, 2014; CARNEIRO, 2003, pp. 129-130).

Este relatório propõe-se essencialmente a contribuir para o conhecimento do estado actual da actividade arqueológica na cidade, nomeadamente em Lisboa. Para tal, procede-se à realização de uma sucinta retrospectiva de questões que se têm vindo a salientar e a desenvolver ao longo dos últimos anos e a constituir significativos entraves à prática da Arqueologia Urbana. Estas questões tornaram-se, por sua vez, elementos caracterizantes da sua actuação quer a nível metodológico quer nos planos normativos e enquadrantes da sua acção. Pretende, em suma, constituir um suporte sumário de informação e elucidação acerca destas questões ao referenciar num mesmo documento metodologias de trabalho arqueológico, às quais estas essencialmente se referem, através de uma apresentação de modelos exemplificativos da sua execução, acompanhada e ilustrada por casos práticos de trabalhos arqueológicos realizados no decorrer do período de estágio. Alude-se ainda à situação de alteração destes planos metodológicos por motivos relativos e alheios ao trabalho arqueológico, a condicionalismos do seu enquadramento e à insuficiência das bases coordenadoras da sua actuação.

2. A INSTITUIÇÃO DE ESTÁGIO: NEOÉPICA – ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, LDA.

«(...) apeteceria acrescentar, candidamente, que (...) não existe arqueologia pública e arqueologia privada mas tão só “boa” e “má” arqueologia.»
(GONÇALVES, 2003, p.109)

O estabelecimento enquanto prática contínua da designada Arqueologia Urbana na cidade Lisboa, na década de 80 do século XX (MARQUES et. al, 2003, pp.211-212), ou mais claramente a partir dos anos 90, «quando a actividade arqueológica perdeu o seu carácter pontual» (BUGALHÃO, 2008, p.219), foi caracterizado por «alterações profundas ao nível dos “protagonistas” da Arqueologia da cidade» (BUGALHÃO, 2008, p.223), bem como da natureza das intervenções realizadas. A partir dos primeiros anos do presente século passou a ser desenvolvida em território português uma actuação arqueológica maioritariamente de carácter preventivo, realizada essencialmente em espaços de cidade. O desenvolvimento desta prática foi genericamente motivada pelo projecto Alqueva (REAL, 2011, pp.212-215; LEMOS, 2003, pp. 49-53) e pela integração na lei portuguesa dos princípios de preservação e valorização patrimonial previstos na Carta de Malta (1992), nomeadamente na Lei de Bases do Património Cultural português (2001) (Lei n.º107/2001, de 08 de Setembro, Art.º75.º) e na orgânica institucional do IPA (Decreto-Lei 117/97, de 14 de Maio, Preâmbulo e Art.º3.º, *alínea h*)) (BUGALHÃO, 2011, p.40; LEMOS, 2006, p.15).

A acção preventiva veio a manifestar um maior enquadramento de resposta às constantes transformações na malha urbanística, o que, pela sua crescente recorrência, levou a um significativo aumento da quantidade e regularidade das intervenções arqueológicas. As renovadas práticas que a partir deste momento passaram a caracterizar e a predominar na Arqueologia na cidade, começaram a ser desenvolvidas por entidades privadas, que nesta altura começavam igualmente a estabelecer-se na

actuação arqueológica (ALMEIDA, 2007, pp.101-104; BUGALHÃO, 2008, p.219-223; 2011, pp.25-41 e 2014¹; LEMOS, 2006, pp.15-16; MADEIRA, 2011, p.11; SILVA, R.B. DA, 1999, pp.229-240) (Anexo IV. Figs. 97, 98, 99 e 101).

Foi neste contexto de afirmação de empresas privadas na Arqueologia que se deu a criação da Neoépica, em Novembro de 2005². Num momento anterior à sua fundação, os membros que actualmente dirigem a empresa Neoépica participaram em vários projectos de investigação arqueológica após a sua formação académica no curso de História variante de Arqueologia na mesma altura (1998-2002) e instituição de ensino (FCSH-UNL).

Destacam-se os trabalhos arqueológicos realizados no município de Cascais ao longo dos anos 2003, 2004 e 2005, a convite do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, que constituíram um significativo impulso à fundação da instituição aquando o término deste projecto³. A iniciativa da criação da Neoépica adveio de uma fomentação de laços de amizade e de relações profissionais que se consolidaram e desenvolveram durante esta fase e que contou ainda com o importante apoio e incentivo do responsável na altura pela Câmara Municipal de Cascais, João Cabral. Após a criação da Neoépica, o primeiro trabalho realizado, de carácter preventivo, decorreu entre Novembro de 2005 e Dezembro de 2006, numa estrutura habitacional do século XVIII situada em pleno centro histórico da cidade de Lagos, na sequência do seu projecto de demolição.

A empresa assistiu, a partir deste momento, à multiplicação dos trabalhos realizados um pouco por todo o país, destaquem-se, por exemplo, as colaborações em projectos realizados pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, Lda., nos quais sobressaem os trabalhos efectuados no povoado calcolítico de Porto Torrão, na vila de Ferreira do Alentejo; pelo Baixo Sabor - Bento Pedroso Construções e Lena ACE - Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, onde foram

¹*Arqueologia de Lisboa: balanços e perspectivas*. Comunicação no Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia. 21 de Maio de 2014. Disponível em:

http://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas
(Consultado: 20.06.2016)

²As informações apresentadas partem da consulta da página oficial *online* da Neoépica (Disponível em: <http://www.neoepica.pt/>. Consultado: 05.06.2016), e das indicações concedidas pelos seus membros gerentes ao longo do período de estágio tendo em vista um enquadramento e compreensão geral do funcionamento da empresa e em auxílio à redacção do presente relatório.

³Referenciam-se com maior destaque as intervenções arqueológicas realizadas na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e na Cidadela de Cascais, desenvolvidas neste período (Disponível em: <http://www.neoepica.pt/>. Consultado: 05/06/2016).

intervencionados diversos sítios cujas datações se compreendem entre o Paleolítico Superior e a Idade do Ferro; e pela Parque Escolar, E.P.E., onde se destaca a intervenção realizada na Escola Secundária Diogo Gouveia, em Beja, na qual foi identificada uma necrópole de cronologia medieval islâmica e cristã.

No que respeita aos vários trabalhos realizados na cidade de Lisboa são referência, por exemplo, as intervenções realizadas na zona da Ajuda, onde se identificou e escavou um povoado pré-histórico recente, na zona da Lapa, onde se detectaram indícios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII, no Convento do Carmo, que apresenta uma ocupação contínua do seu espaço desde a Idade Média aos tempos actuais, e o Hotel Cais de Santarém (antigos armazéns da Sommer e anterior Palácio de Coculim), que revelou uma densa sucessão de ocupações ribeirinhas entre a Idade do Ferro e época contemporânea.

A Neoépica encontra-se actualmente sediada em Sacotes, Algueirão-Mem Martins, Sintra, onde igualmente se localiza o gabinete de trabalho e se processam todas as tarefas realizadas após os trabalhos de campo.

Integrada e activa num contexto empresarial, os trabalhos desenvolvidos por esta instituição são primordialmente direccionados e efectuados numa perspectiva de arqueologia preventiva e de minimização de impactes sobre o património, incluídos na Categoria C do actual RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º3.º, *alínea c*)). O seu principal plano de actuação centra-se na análise de sítios arqueológicos que se encontram em perigo de colapso parcial ou total. Procura estudar e reunir o máximo de informações que o sítio permite retirar, sob as mais distintas ópticas: arquitectura, estratigrafia, unidades estruturais, artefactos, ecofactos, etc., que concedam uma leitura da história e ocupação arqueológica do espaço num momento anterior ao seu desaparecimento. Além de uma acção essencialmente caracterizada por uma preservação por registo, ocorrem igualmente situações em que se procede à alteração dos respectivos projectos de obra no âmbito da conservação de estruturas e contextos arqueológicos de relevância identificados.

No que se refere às acções de divulgação e projectos interdisciplinares a empresa apresenta uma postura flexível e dinâmica, nomeadamente através do estabelecimento de relações de parcerias e protocolos com diversas instituições, colaborações com revistas nacionais e internacionais de cultura e património, *blogs*, *sites* internacionais, comunicações públicas diversas, eventos culturais, instituições, associações e universidades, entre outros. Importa referir neste sentido a celebração de um protocolo

de colaboração entre a Neoépica e a FCSH-UNL, em Dezembro de 2015, que veio estreitar relações já há algum tempo estabelecidas.

A empresa procura ainda reforçar o seu papel institucional nos processos de investigação e divulgação dos trabalhos realizados no âmbito preventivo. Pretende assegurar os meios necessários ao desenvolvimento de uma análise dos registos e testemunhos materiais reconhecidos em cada intervenção, de modo a que o respectivo relatório final não constitua uma última fase de abordagem ao sítio arqueológico, mas um ponto de partida para um futuro estudo e eventual publicação dos seus resultados. Colabora neste sentido através, por exemplo, da redacção de artigos científicos independentes, da divulgação dos trabalhos realizados, do estudo e publicação de dados arqueológicos, assim como da disponibilização de contextos resultantes das suas intervenções a investigadores e formandos na área interessados no seu estudo.

No que respeita à sua estrutura e funcionamento internos, a Neoépica dispõe de uma equipa flexível e multidisciplinar, composta segundo as exigências e características de cada trabalho, sob regime de contrato de serviços temporários e nos quadros da empresa. Conta actualmente com cerca de catorze profissionais na sua equipa, constituindo o corpo permanente cinco elementos. A cada um destes competem funções específicas: trabalhos de campo, inventariação e tratamento de espólios arqueológicos (Miguel Rocha) e manutenção e tratamento de acervos materiais, logística e apoio nos trabalhos de campo (André Manique).

Enquanto aos gerentes, além da direcção científica arqueológica, acrescentam-se as funções administrativas, distribuídas da seguinte forma: a gestão do Departamento Comercial encontra-se sob a responsabilidade de Nuno Neto, que incide essencialmente sobre os processos de aquisição de trabalhos/clientes e na respectiva gestão comercial da actividade da empresa, nomeadamente, a apresentação de orçamentos, contactos com clientes, etc. Ao Departamento Técnico reservam-se as questões de logística e gestão de campo e de materiais, incluindo-se ainda a ministração dos recursos humanos. Este departamento é coordenado pelo Paulo Rebelo. No que respeita aos financiamentos da empresa, estes provém exclusivamente dos clientes aos quais são prestados serviços. Os Departamentos Administrativo e Financeiro são geridos pela Raquel Santos e referem-se, respectivamente, de um modo geral, aos procedimentos burocráticos relativos à realização de trabalhos e às funções de contabilidade, de recebimentos e pagamentos de serviços prestados, entre outros.

Relativamente ao processo de aquisição de trabalhos, estes são requeridos por clientes regulares já familiarizados com os serviços da empresa, a convite para empreitadas de menores dimensões restritas a um conjunto de empresas previamente seleccionadas pelo cliente, assim como através de concurso público para trabalhos de maiores dimensões. Os serviços de arqueologia prestados, estabelecidos por entidades oficiais, constam de um modo geral no respectivo Caderno de Encargos da obra, no qual são discriminadas todas as condições técnicas, jurídicas e administrativas para a sua realização. Os trabalhos arqueológicos têm início após a aprovação do orçamento e a celebração do contrato entre as entidades contratante e enquadrante, assim como a aprovação pela tutela do património cultural, a DGPC, do respectivo PATA a realizar, elaborado com base no estipulado no Caderno de Encargos.

A Neoépica desempenha um diversificado conjunto de trabalhos arqueológicos realizados segundo os seus planos metodológicos, nos quais constam os procedimentos técnicos e logísticos gerais de cada actuação. Desempenha funções essencialmente ao nível do descritor de património cultural nos EIA, prospecção arqueológica, acompanhamento arqueológico, sondagem de diagnóstico manual, sondagem de diagnóstico mecânica, escavação arqueológica em área, levantamento de arqueologia parietal, trabalhos de antropologia física, registo gráfico e fotográfico, trabalhos de topografia, realização de cartas arqueológicas e de outros documentos de carácter cultural, musealização, conservação e restauro.

3. AS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. Acompanhamento arqueológico

- Acompanhamento arqueológico na Calçada do Carmo, edifícios ns.º 39-43, Lisboa

Localização: Freguesia de Santa Maria
Maior, Lisboa

Coordenadas geográficas:
38°42'48.15"N e 9°08'26.93"O

Área de Valor Arqueológico:
Nível II do PDML

Período total de intervenção pela Neoépica:
22 a 23 de Outubro de 2015

Cronologia: Contemporânea

Equipa: Raquel Santos (Arqueóloga coordenadora), Helena Pinheiro (Arqueóloga co-responsável de campo) e Helena Soares (Estagiária)

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico na Calçada do Carmo decorreram na sequência da abertura de duas valas na via pública, junto aos edifícios ns.º 39-43, para implantação de infraestruturas de cabos eléctricos de baixa tensão (Anexo III. Fig. 8). Foram atribuídas as designações de “vala 1” e “vala 2” a cada uma das valas de modo a facilitar a distinção na abordagem de ambas, localizadas a Oeste e a Este da via pública, respectivamente, entre as quais se encontravam implantadas antigas infraestruturas.

As valas foram abertas através de meios mecânicos pela equipa de operários, os trabalhos arqueológicos consistiram essencialmente no acompanhamento presencial e permanente de todos os trabalhos que implicaram movimentação de terras em toda a área a afectar pela obra, efectuado por mim e pela arqueóloga responsável pelo acompanhamento arqueológico. Os procedimentos arqueológicos consistiram, em suma, na observação dos sedimentos provenientes de todas as operações de revolvimento

realizadas, de modo a detectar a sua eventual alteração, e a assegurar que não viessem a ocorrer quaisquer afectações em eventual património arqueológico identificado. Conforme estabelecido nos quadros gerais de actuação da empresa, a realização dos trabalhos arqueológicos visa a construção de uma memória histórica sequencial das várias fases de ocupação da área em intervenção.

Estes procedimentos consistiram ainda no registo fotográfico e gráfico de todos os aspectos considerados relevantes na realização do trabalho arqueológico no decorrer da obra assim como do desenvolvimento dos trabalhos: a abertura das valas, registo das U.E. identificadas com escala métrica e indicação do Norte geográfico, do espaço envolvente e posterior fecho das valas. Foram realizadas anotações no caderno de campo relativas às características das camadas estratigráficas, o *croqui* de ambas as áreas, com a identificação das respectivas U.E. e acrónimo do sítio (CC'15). Constatou-se igualmente a representação das vias, dos edifícios habitacionais e comerciais assim como da estação de metro de comboio do Rossio, imediatamente próximas da área de intervenção, de modo a contextualizá-la no espaço em que se insere (Anexo III. Figs. 9 a 15). Procedeu-se ainda ao registo no caderno de campo de outras informações acerca dos procedimentos levados a cabo pelas restantes equipas em obra, consideradas relevantes à descrição dos trabalhos arqueológicos.

O registo fotográfico dos vários momentos no decorrer dos trabalhos e das ocorrências arqueológicas identificadas visa não só a identificação e descrição das destas realidades e dos trabalhos realizados para a elaboração do relatório de intervenção como também para uma eventual utilização em futuras publicações e outras medidas de divulgação das actividades arqueológicas executadas, igualmente constantes nas medidas de trabalhos de campo da Neoépica.

Também os processos de registo se encontram referenciados nestas medidas e seguem a mesma aplicação em qualquer trabalho de intervenção no subsolo. Estes são efectuados em suportes gráfico, fotográfico, em fichas específicas de descrição sumária e, ainda, sob a forma de outras anotações consideradas de relevo no respectivo caderno de campo, as quais foram realizadas, sempre que necessário, em todas as actividades de campo desenvolvidas em estágio. As fichas são formuladas para cada tipo de trabalho realizado e de ocorrência arqueológica manifesta na intervenção, sejam de prospecção, de acompanhamento arqueológico, de unidade estratigráfica, de estrutura, de listagem de U.E. e de recolha de espólio arqueológico (Anexo II. Figs. 2 a 7).

No que respeita ao acompanhamento arqueológico realizado, a vala 1 assumiu uma orientação de SE-NO, numa extensão total de cerca de vinte e cinco metros de comprimento por quarenta centímetros de largura e uma profundidade de cerca de oitenta centímetros (Anexo III. Figs. 9 e 10). No seu extremo sul, no alinhamento do qual teve início a vala 2, no lado Este da Calçada, foram detectados tubos de PVC dispostos transversalmente sob a estrada, numa distância compreendida entre os dois passeios. A vala 2 apresentou uma forma em “L” e a mesma direcção que a vala 1 até ao edifício n.º 39, onde passou a seguir a fachada até ao n.º 43 (Anexo III. Figs. 11 e 12). Ambas as áreas foram novamente preenchidas com os mesmos sedimentos após a colocação das infraestruturas (Anexo III. Fig. 13).

Verificou-se uma sequência estratigráfica bastante simples, tendo-se identificado três U.E. nas duas valas: calçada em calcário branco [100], que sobrepunha uma camada de areão [101] com cinco a dez centímetros de espessura. A terceira U.E. [102] correspondeu a um nível de aterro que cobria os cabos eléctricos pré-existentes no solo. Observaram-se terras semi-compactas, de tom castanho-escuro, arenosas e bastante heterogéneas (Anexo III. Fig. 14). O registo estratigráfico foi realizado segundo os princípios propostos por P. Barker (1977) e E. Harris (1979), integrado nas metodologias de trabalho de campo da Neoépica. De acordo com este método, foi concedida uma numeração sequencial a cada U.E. identificada, conforme os contornos e a ordem deposicional naturais, removidas na ordem inversa à sua deposição, sendo a unidade mais recente a primeira numerada. Procede-se ainda ao registo gráfico e fotográfico de cada U.E. Uma vez que os contextos apresentados pela escavação mecânica da obra não manifestaram a necessidade de escavação arqueológica, registaram-se as camadas identificadas neste procedimento.

Foram identificados escassos fragmentos de azulejo de época contemporânea na U.E. [102], que não foram recolhidos dado procederem de obras anteriores. Apesar do seu contexto de identificação, não se procede em qualquer trabalho de escavação arqueológica, conforme as medidas metodológicas aplicadas pela Neoépica, à recolha de espólios de cronologia claramente contemporânea, registando-se apenas o seu surgimento. Efectua-se uma recolha sistemática dos restantes materiais arqueológicos que são acondicionados e acompanhados por fichas de registo específicas que incluem a sua proveniência, referência, tipo e descrição sumária, entre outros dados considerados necessários ao seu posterior tratamento (Anexo III. Fig. 7). O levantamento de espólios em depósitos secundários pode ser selectiva, mas em

quantidade suficiente para a compreensão da dinâmica cronológica e cultural do espaço. No presente acompanhamento arqueológico não se verificou, assim, qualquer contexto e/ou estrutura arqueológica.

Apesar do escasso potencial arqueológico identificado, a realização desta intervenção, à semelhança de várias que manifestam resultados idênticos, constituiu uma medida de minimização de impactos e salvaguarda face à eventual existência de contextos arqueológicos neste espaço.

A nível de experiência de estágio, a participação neste acompanhamento arqueológico, apesar de não se terem observado quaisquer ocorrências, assumiu uma grande importância no entendimento dos procedimentos gerais da realização de um acompanhamento arqueológico, o que nunca tinha efectuado até ao momento. Concedeu um maior entendimento do papel desempenhado pela equipa de arqueologia no decorrer de obras que exijam revolvimentos de subsolos, sobretudo em espaço de cidade, da importância da fomentação de relações multidisciplinares em campo entre todas as equipas de trabalho presentes no desenvolvimento das mesmas.

A iniciativa de sensibilização e de informação recorrente a todos os intervenientes do projecto sobre a evolução dos trabalhos arqueológicos e sobre os procedimentos utilizados constituem imprescindíveis mecanismos à promoção de uma boa comunicação e relação profissional, assegurando um mais adequado ambiente ao desenvolvimento dos trabalhos e a uma mais rápida resolução de problemas decorrentes dos mesmos. Estes procedimentos referentes às relações interpessoais em contexto de obra constituem uma importante medida de actuação no decorrer de qualquer trabalho arqueológico, igualmente integrado nos planos de actuação da Neoépica.

Durante o decorrer do acompanhamento arqueológico foram-me sendo explicados, pela arqueóloga responsável, vários procedimentos de acção de acordo com o desenvolvimento do trabalho em questão e de algumas eventualidades decorrentes deste tipo de trabalhos, de modo a conceder-me uma maior elucidação de alguns dos diversos panoramas que podem ocorrer num acompanhamento arqueológico e aqueles que podem provir da sua realização, conforme a identificação e a natureza das ocorrências arqueológicas evidenciadas. Referiram-se, de forma sucinta, medidas constantes nos processos de actuação da empresa relativas aos procedimentos gerais na eventualidade de identificação de algum contexto no decorrer de um acompanhamento e ao seguimento de trabalhos arqueológicos no sítio. Neste cenário, procede-se à comunicação das ocorrências à DGPC, sob a forma de relatório com a interpretação

preliminar dos achados e também ao promotor da obra. A partir de uma primeira leitura dos contextos e/ou estruturas arqueológicas existentes realiza-se uma avaliação prévia por parte da entidade tutelar e a uma adequação dos procedimentos e respectivas medidas de minimização de impactos a aplicar sobre os mesmos.

Foi-me também brevemente referenciado o processo de investigação prévia realizado sobre o sítio a intervir e sob a área evolvente, que precede qualquer trabalho de campo executado. Esta primeira fase de análise sobre o sítio é efectuada através da consulta de arquivos, de relatórios de eventuais intervenções, junto a outros profissionais que tenham desenvolvido trabalhos no sítio, de publicações diversas, de bases de dados de arqueologia, entre outras fontes de informação. Procede-se também à integração topográfica da área intervencionada em cartografia destinada a esse efeito fornecida pela entidade adjudicante ou realizada pela própria empresa. A realização deste levantamento topográfico permite não só uma georreferenciação mais exacta do sítio, nomeadamente das sondagens ou áreas escavadas bem como os achados identificados dentro desses espaços. Recorre-se em última instância, à implantação das áreas/sondagens de intervenção e dos vestígios identificados de maior relevância em suporte digital *GoogleEarth*.

A Neoépica procede ainda à localização do sítio arqueológico na Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50 000 (a área de Lisboa identifica-se na folha 34-D) e como na Carta Militar de Portugal, à escala 1:25 000 (a representação da cidade de Lisboa encontra-se localizada na folha n.º 431), como se prevê nesta última no artigo 7.º, *alínea c), ii)*, do RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 14 de Novembro). No que respeita ao sítio intervencionado, a Calçada do Carmo apresenta-se identificada em ambos os documentos constantes nos anexos do presente relatório (Anexo III. Figs. 16 e 17). Estes procedimentos permitem um enquadramento e uma reunião de informações gerais relevantes à abordagem arqueológica do sítio, constituindo, assim, um primeiro contacto com o espaço a intervir.

Ao longo da intervenção foram sendo colocadas questões relativas ao trabalho de acompanhamento arqueológico e de procedimentos arqueológicos no geral, igualmente esclarecidos pela arqueóloga em campo.

3.2. Sondagens arqueológicas

3.2.1. Palácio Conde Barão de Alvito, edifícios ns.º 43-47A, Lisboa

Localização: Palácio Conde Barão de Alvito, Largo Conde Barão, freguesia da Misericórdia, Lisboa

Coordenadas geográficas:
38°42'31.90"N e 9°09'07.93"O

Área de Valor Arqueológico:

Abrangência de uma ZEP: Zona conjunta do Bairro Alto e Imóveis Classificados na sua Área Envolvente (Portaria n.º 398/2010, DR, II Série, n.º 112, de 11-06-2010) e Palácio Almada-Carvalhais (Monumento Nacional, pelo Decreto de 27-12-1919, DG, II Série, n.º 158, de 8-07-1920)

Período total de intervenção pela Neoépica:
25 de Maio a 15 de Outubro de 2015

Cronologia:

Pré-história recente a contemporânea

Equipa: Paulo Rebelo (Arqueólogo coordenador), Sara Brito (Arqueólogo co-responsável de campo), Vanessa Mata, Nelson Antunes (Arqueólogos auxiliares), Helena Soares (Estagiária), 6 operários não especializados

A minha participação nos trabalhos arqueológicos no Palácio Conde Barão de Alvito teve uma curta duração, já na fase final da intervenção, nos dias 30 de Setembro e 2 de Outubro de 2015 (Anexo III. Figs. 8 e 18). Assim que incorporei esta equipa foi-me realizada pela arqueóloga responsável (Sara Brito) uma breve apresentação sobre o espaço e os trabalhos arqueológicos realizados até ao momento, bem como as metodologias de trabalho aplicadas. Recebi também informação pelo arqueólogo Nelson Antunes acerca das sondagens parietais efectuadas no edifício e dos resultados obtidos nos trabalhos efectuados no sítio intervencionado, então já finalizadas, no âmbito de uma sucinta elucidação sobre a importância da Arqueologia da Arquitectura na compreensão e caracterização dos edifícios históricos.

A realização destas sondagens segue um conjunto de metodologias próprio também discriminado no plano metodológico de trabalho da Neoépica, o seu registo conta igualmente com fichas de U.E. específicas para unidades murárias, aplicando-se igualmente os procedimentos padrão de registo gráfico e fotográfico⁴.

Os trabalhos de sondagem parietais permitiram, em suma, através da análise dos materiais de construção, elementos decorativos, estuque, pintura, reboco, entre outros e a sua dispersão e sucessão ao longo do edifício, confirmar a datação indicada à construção do Palácio, entre os finais do século XVI e inícios do século XVII (Anexo III. Figs. 20 e 21). Registaram-se sucessivos processos de modificação e recuperação desde a sua fundação, observando-se alterações entre o século XVII e a segunda metade do século XVIII que estabeleceram um traçado do edifício bastante aproximado do actual. Uma parte significativa destes reparos decorreu na sequência do terramoto de 1755, altura em que deixou de pertencer à família dos Barões de Alvito, que afectou significativamente o edifício, tendo vindo ainda a ser alvo de vários restauros entre o século XVIII e a primeira metade do século XX.

Após o terramoto foi recuperado e adaptado a diversas funções, mantendo-se activo ao longo dos séculos XIX e XX. No século XIX, foram instalados diversos sectores de actividade, nomeadamente fabris, culturais e comerciais (editoras, garagens, fábricas, entre outros). “Os Armazéns do Conde Barão” e a “Escola Académica” (1847-1977) constituem dois exemplos dessas novas funcionalidades. Esta última referida terá constituído a última actividade registada no Palácio Conde Barão, onde veio a funcionar como um estabelecimento de ensino desde 1944 (Anexo III. Figs. 22 a 25).

O longo período de funcionalidade do edifício manifesta-se, assim, igualmente na sua arquitectura. As características arquitectónicas aqui evidenciadas apresentam uma íntima relação com o Palácio Almada-Carvalhais, próximo ao qual foi edificado.

O Palácio Conde Barão de Alvito veio desde a sua construção a assumir um importante enquadramento geográfico. Foi edificado junto à linha de praia, numa altura em que se desenvolveram o sector mercantil e as actividades marítimas (séculos XVI e XVII). Também nos tempos actuais se apresenta integrado numa importante área a nível de potencial histórico e arqueológico identificado, como por exemplo o referido Palácio

⁴ O seu processo de execução não constitui um elemento de descrição no presente trabalho, considerando-se apenas relevante a referência à existência de um plano de actuação específico a este tipo de intervenção que assumiu uma significativa importância no desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos levados a cabo no Palácio Conde Barão de Alvito e na compreensão ocupacional do espaço ao longo dos tempos.

Almada-Carvalhais classificado como Monumento Nacional e abrangido por uma ZEP (Anexo III. Fig. 19). Os trabalhos arqueológicos realizados no Palácio Conde Barão, ainda que numa primeira fase de diagnóstico arqueológico do sítio, permitiram desde já identificar uma diacronia ocupacional bastante rica e alargada a nível cronológico que será apresentada, de forma sucinta, no presente ponto de desenvolvimento.

Os trabalhos arqueológicos decorreram na sequência de futuras obras de reabilitação do edifício para construção de um parque de estacionamento com possível reaproveitamento de antigas fachadas do edifício. Visaram a realização de um diagnóstico do potencial arqueológico do imóvel. Foram realizadas na totalidade quarenta e oito sondagens parietais ao longo dos três pisos interiores e no logradouro, através de picagens manuais numa área de aproximadamente cem metros quadrados. Totalizou-se a abertura de catorze sondagens de solo em toda a área do palácio, tendo em vista a caracterização ocupacional do espaço e a datação do seu pátio interior. Foram implantadas cinco sondagens na área do logradouro (1, 2, 3, 4 e 5) e nove sondagens no interior do edifício (6 e 7 no 2.º piso, 8 a 13 no piso térreo, correspondente ao espaço de lojas, e a 14 no pátio interior) (Anexo III. Fig. 26). As tarefas desempenhadas tiveram lugar nas sondagens 2, 4 e 14.

No presente ponto de trabalho serão apenas sucintamente apresentados os resultados obtidos nas sondagens realizadas a nível do logradouro, de modo a conceder um maior enquadramento das actividades desenvolvidas no âmbito de estágio que decorreram essencialmente a nível desta área.

A sondagem 1, localizada a Norte do logradouro do palácio, com dimensões de vinte e cinco metros de comprimento no sentido Este-Oeste e de três metros na direcção Norte-Sul, foi identificada uma longa diacronia estratigráfica, tendo-se registado níveis de ocupação desde a época contemporânea até à pré-história recente. O estrato mais antigo identificado apresentou-se composto por elementos líticos e por cerâmica manual descontextualizados, o que dificultou uma precisão cronológica desta camada. Nesta sondagem importa destacar a presença de contextos funerários na área Oeste. Registou-se na totalidade o surgimento de três enterramentos infantis de cronologia tardo-romana, dois destes com idade compreendida entre os zero e os doze meses de idade, depositados em ânforas, dispostas horizontalmente no sentido Este-Oeste. O terceiro enterramento corresponde a uma criança com aproximadamente cinco anos de idade, depositada em sepultura estruturada que apresentou um bom estado de conservação. A cobertura da sepultura, formada por telhas romanas (*tegulae*) apresentou-se colapsada,

tendo afectado parcialmente o esqueleto. Procedeu-se aos devidos registos gráfico, fotográfico e em fichas específicas de enterramentos, conforme as metodologias indicadas para o efeito no plano geral de actuação (Anexo III. Figs. 27 e 28).

A intervenção da sondagem 2 foi realizada em patamares, tendo-se inicialmente procedido a uma escavação integral de todo o espaço, contudo, à medida que se foi rebaixando a cota de intervenção, o acesso à sondagem foi inviabilizado. Apresentou-se, deste modo, uma necessidade de adequação da metodologia de escavação perante o nível de afectação do projecto nesta área, de modo a diagnosticar e a salvaguardar as realidades arqueológicas identificadas. Procedeu-se à criação de patamares artificiais, devido à dimensão e profundidade das sondagens, igualmente escavados por camadas naturais, que condicionaram a Norte a leitura da sequência estratigráfica, limitada à cronologia moderna. A Sul, como não se observaram significativas ocorrências arqueológicas, não se verificou qualquer perturbação relevante na sua escavação e interpretação estratigráfica. Nas restantes sondagens foi aplicado o método de escavação “Barker-Harris”, com escavação dos sedimentos até à estabelecida cota de afectação da obra ou até ao substracto geológico, como previsto em todos os trabalhos arqueológicos nos planos de trabalho da Neoépica.

Nesta sondagem, implantada no centro do logradouro no sentido Norte-Sul igualmente com uma dimensão de cerca de vinte e cinco metros de comprimento por três metros de largura, apresentando uma forma em “T” em conjunto com a sondagem 1 (Anexo III. Fig. 29), identificaram-se numa fase inicial da intervenção, diversos vestígios de época contemporânea caracterizados essencialmente por despejo para nivelamento do terreno, o que se observou igualmente na sondagem 1. Registou-se também o surgimento de conjuntos de fossas utilizadas para depositar lixos diversos e buracos de poste associados ao funcionamento do espaço como jardim ou pomar.

Deve-se salientar a identificação de uma estrutura *in situ* a Sul da sondagem, correspondente a uma fonte/lago, que apresentou um piso de cimento e alguns módulos danificados. Através do diálogo com a população da zona e da memória do seu funcionamento foi possível enquadrar cronologicamente esta estrutura em meados do século XX, no logradouro do palácio (Anexo III. Fig. 30). Observaram-se ainda duas valas destinadas à colocação de sistemas de canalização e de circulação de água, uma localizada a Sul da sondagem que afectou os níveis de cronologia moderna. A segunda vala alcançou cerca de quatro metros de profundidade e interceptou os contextos de época romana.

Sob as camadas contemporâneas encontraram-se vários depósitos de despejo de cronologia moderna, enquadráveis entre os séculos XVII-XVIII. Também no século XVII foi registada uma estrutura interpretada como uma fonte ou lago, de formato circular que provavelmente integraria os jardins do palácio. Em parte da área da sondagem deu-se por terminada a escavação em contextos tardo-romanos, tendo-se atingido a cota de afectação do projecto, deixando-se a descoberto um derrube de significativas dimensões, composto por pedras de médio e grande porte. Uma vez que não se procedeu à escavação desta U.E. não foi possível verificar a existência de estruturas preservadas sob este estrato (Anexo III. Fig. 31). Num outro patamar da sondagem identificou-se um nível de abandono à cota média de cinco metros e cinquenta centímetros em que se recolheram materiais de cronologia romana republicana, sob o qual se apresentou um muro, com uma implantação no sentido Este-Oeste, em razoável estado de conservação, cuja técnica construtiva indica se tratar do seu alicerce. Uma vez que esta estrutura já não seria efectada pela obra procedeu-se à sua cobertura com manta geotêxtil e aterro (Anexo III. Figs. 32 e 33).

No extremo Sul da sondagem não se registou o surgimento de quaisquer vestígios de período romano republicano nem indícios estruturais em plano dos séculos IV-VII, tendo-se apenas identificado valas e a existência de uma estrutura argamassada no corte Oeste. Os trabalhos por mim realizados no palácio tiveram início nesta área da sondagem 2, onde se procedeu à escavação da camada de transição do período moderno para romano. Relativamente ao espólio identificado foram recolhidos fragmentos de ânforas, de cerâmica comum e de construção, alguns níveis de carvão e vestígios malacológicos. Este estrato [2015] compunha-se de solo bastante heterogéneo de tom esverdeado e semi-compacto, nos quais se procedeu a uma ligeira escavação de modo a entender a sua dispersão (Anexo III. Figs. 34 a 36, 38).

Nesta mesma sondagem, procedi igualmente à escavação de uma fossa identificada no corte Oeste [2008] e ao respectivo registo em ficha de estrutura e de U.E., em fotografia com e sem identificação em ardósia, escala métrica e indicação do Norte geográfico, assim como ao registo em “croqui” com as respectivas U.E. e a identificação da fossa. Foi igualmente realizado o levantamento de cotas a nível do solo actual, dos limites da fossa à superfície e em profundidade, das respectivas U.E. e contextos identificados na presente camada, assim como o registo planimétrico tridimensional, através de uma estação total (Anexo III. Fig. 37). Foi-me igualmente explicada, de forma sucinta, o modo de utilização e funcionalidade deste equipamento

em escavação, tendo sido igualmente realizados trabalhos de topografia na fase inicial da intervenção pelo arqueólogo Nelson Antunes. A execução de trabalhos de topografia encontra-se igualmente integrada nos processos metodológicos da empresa, recorrendo-se por vezes a uma estação total para executar trabalhos de topografia e registo planimétrico do espaço de intervenção, em alternativa ao desenho manual. O processamento de dados ocorre posteriormente em trabalho de gabinete. A estação total pode ser igualmente utilizada como um suporte de auxílio à implantação de áreas de sondagem no solo, a partir de sistema de coordenadas tridimensional X, Y e Z.

A escavação dos sedimentos desta fossa, de tons castanhos semi-compactos permitiu recuperar materiais, como fragmentos de cerâmica comum e de construção (Anexo III. Fig. 38). Os trabalhos de escavação nesta sondagem foram realizados até ao substracto geológico.

Na sondagem 3, localizada na área do antigo ginásio/cavalariças, com dimensões de três metros de comprimento por três metros de largura, foram identificadas ocorrências de época contemporânea constituídas por depósitos associados a um caneiro, disposto no sentido Este-Oeste. Sob estes níveis observaram-se outros depósitos e elementos estruturais de cronologia moderna, entre os séculos XVII e XVIII. Estes vestígios pressupõem-se pertencer a uma espécie de escadaria que outrora veio a integrar a paisagem arquitectónica do jardim, a qual se apresentou dispersa praticamente por toda a área da sondagem. A precisão da interpretação da sua funcionalidade requereria o alargamento do espaço da sondagem. Nesta sequência os trabalhos realizados foram suspensos, contudo, a alteração do projecto veio a determinar uma não afectação desta estrutura, procedendo-se à sua cobertura com manta geotêxtil e aterramento (Anexo III. Fig. 39).

A sondagem 4, implantada no canto Sudoeste do logradouro, com uma dimensão de três metros de comprimento por três metros de largura, apresentou várias valas e infraestruturas referentes à circulação e ao escoamento de águas em época contemporânea. Entre estas valas, destacou-se uma identificada no extremo Oeste, cuja funcionalidade não foi determinada, que recortou toda a estratigrafia até à cronologia romana. Em contextos modernos, entre os séculos XVII e XVIII que apresentou uma espessura de um metro e cinquenta centímetros, observou-se o topo de uma estrutura composta por argamassas brancas, de orientação Este-Oeste que se revelou ser um muro do século XVI, no qual se constatou o entaipamento de uma porta, ainda activa (Anexo III. Fig. 40). A este muro estava associado um piso de argamassa branca sob o qual se

recolheram apenas alguns materiais de cronologia romana, após a escavação desta camada identificou-se o substracto geológico.

Os trabalhos por mim realizados na sondagem 4 consistiram no auxílio do desenho em papel milimétrico do corte Oeste, após a finalização da sondagem. O registo gráfico foi realizado conforme o estipulado no plano metodológico da Neoépica, a sua realização segue os métodos tradicionais, em papel milimétrico, em todos os contextos arqueológicos cuja relevância assim o justifique, com aplicação de escalas de desenho adequadas à representação de cada realidade: 1:50 e/ou 1:100 para o registo de planos gerais e 1:20 ou 1:10 para a representação de alçados, cortes e planos de pormenor.

Em situações de trabalhos arqueológicos em que se verifique uma necessidade de agilização de registo, utiliza-se a fotogrametria, realizada à escala e georreferenciada, posteriormente vectorizada em gabinete. Também já em fase de trabalho de escritório é efectuada a reprodução gráfica, à escala 1:10 ou 1:20, com indicação altimétrica, dos desenhos georreferenciados em formato DWG. Contudo, nem todos os desenhos realizados em campo justificam o seu processamento em suporte digital, procedendo-se a uma selecção dos mesmos e à vectorização dos desenhos considerados mais relevantes à caracterização das realidades arqueológicas identificadas. Também em todos os registos finais apresentados devem constar a indicação das cotas do plano final de trabalhos e a implantação da área escavada no respectivo espaço de intervenção. No que respeita aos registos fotográficos, estes são apenas organizados em ficheiros e legendados. Quando se tratam de fotografias para processamento em 3D ou em ortofotografia, são processados em programa específico para esse efeito, podendo posteriormente ser ou não vectorizados, o que por vezes não ocorre uma vez que é apresentada a própria ortofotografia, não justificando a sua vectorização.

Por último, na sondagem 5, disposta junto à fachada tardoz do edifício, apresentou cerca de um metro e cinquenta centímetros de contextos de despejo de cronologia contemporânea e um lago em cimento de formato circular. Identificou-se uma calçada de seixos datada por uma moeda de cobre recolhida no seu topo, do reinado de D.Maria I, do ano de 1799. Foi igualmente recolhida uma moeda de 1754, correspondente ao reinado de D.José I, sob esta estrutura que se mostrou estar associada ao muro [516], com uma disposição Norte-Sul, que apresentou o alçado Este e um revestimento em estuque e uma soleira em pedra em parte da construção. Numa procura de obter uma mais clara leitura destas estruturas e pela apresentação de um bom estado

de conservação dos mesmos procedeu-se a um alargamento de dois metros para Este e de um metro e noventa centímetros para Norte tendo em vista a definição do muro Este-Oeste visível à superfície. Contudo, não foi possível determinar a dispersão da calçada a Este do muro [516], identificando-se apenas um depósito cujas características se apresentaram idênticas ao observado sob a calçada, apresentando-se compacto e nivelado, pressupondo-se tratar de um piso de terra batida anterior ao referido muro.

Os níveis atribuídos ao período pré-terramoto, entre os séculos XVII e XVIII, apresentam uma extensão de cerca de dois metros (Anexo III. Fig. 41). Destaca-se a U.E. [542] que aparentou constituir um nível de despejo, com cerca de oitenta centímetros de espessura, concedendo uma significativa quantidade de espólio em relativo estado de conservação bem como de estruturas negativas que cortaram depósitos de cronologia tardo-romana. Nos contextos enquadrados entre os séculos XV e XVI, igualmente recortados por estas estruturas, destaca-se um piso em argamassa branca, possivelmente contemporâneo ao registado na sondagem 4. Entre os depósitos mencionados sob este piso e o nível geológico identificou-se um nível de abandono enquadrável entre os séculos IV e VII, sem ocorrências estruturais, referenciando-se um piso composto por argamassa pouco compacta com vestígios de reaproveitamento de *opus signium* (Anexo III. Fig. 42).

A abertura da sondagem 14, no pátio do edificado, localizado no 2.º piso, teve como objectivo a datação dos elementos arquitectónicos do mesmo, tendo-se observado que as estruturas sobreviveram ao terramoto de 1755, com cronologias atribuíveis entre os séculos XVII e a primeira metade do século XVIII. Os trabalhos nesta sondagem tiveram início no meu último dia na intervenção no Palácio Conde Barão de Alvito, tendo apenas auxiliado no levantamento de cotas com o nível óptico e mira métrica da primeira camada removida [1000], correspondente ao piso actual do pátio. Após a finalização de cada intervenção, procedeu-se à cobertura de toda a área das sondagens com manta geotêxtil.

Ainda que não se tenha registado nesta intervenção arqueológica ou em qualquer outra realizada no decorrer do estágio, deve-se indicar que, por norma, sempre que os espólios identificados em contextos arqueológicos apresentem uma significativa importância procede-se à georreferenciação destes materiais e respectivos contextos. Realiza-se ainda a crivagem das respectivas terras, através da utilização de uma malha de um centímetro ou inferior, conforme se considere mais adequado. O processo de georreferenciação de materiais consiste essencialmente na localização no espaço de

cada peça que é identificada seja com recurso à estação total ou por meio de métodos manuais. A cada uma destas são levantadas as medidas X, Y e Z (cotas) em relação a um ponto conhecido da escavação, o que permite posteriormente georreferenciar todos os materiais. No caso da Neoépica procede-se essencialmente apenas à georreferenciação de materiais de contextos pré-históricos, dada uma maior exclusividade de contextos identificados.

Os processos de georreferenciação efectuados no âmbito de escavação são realizados em função do Hayford Gauss datum 73, um sistema cartográfico militar de projecção de coordenadas, aplicado na cartografia militar portuguesa à escala 1:25 000. Todas as intervenções são georreferenciadas, no sentido em que é posteriormente apresentada em relatório a implantação das sondagens ou das áreas escavadas bem como as ocorrências arqueológicas identificadas no interior desses espaços, que acabam por ser georreferenciados logo em fase de campo a partir dos registos realizados.

Nesta primeira fase de trabalhos arqueológicos no Palácio Conde Barão de Alvito foi possível identificar, de forma geral, uma ocupação do sítio desde a pré-história recente ao período romano republicano e tardio, após o qual se observa um hiato temporal. A sequência cronológica retoma em época moderna, a partir do século XVI, aquando a construção do palácio, até à Idade Contemporânea, mais precisamente até ao século XX, quando encerra funções em definitivo.

Pode-se afirmar que a interpretação dos contextos identificados sofreu, de certa forma, alguns condicionalismos na sua realização, não só pela escavação em patamares na sondagem 2 que limitou a Norte uma completa leitura estratigráfica da área como o término dos trabalhos nos níveis em que já não seria prevista a afectação das ocorrências pelas futuras obras. Esta limitação impossibilitou, pelo menos neste primeiro momento, o entendimento e o conhecimento da existência de vestígios sob as últimas realidades identificadas e o seu estado de conservação.

Concluída esta fase de trabalhos de diagnóstico, foram determinadas medidas de minimização de impactos a aplicar no sítio ainda antes e no decorrer da obra. Propõe-se a escavação em área dos contextos arqueológicos identificados em zonas que venham a ser afectadas, assim como novos trabalhos de avaliação do potencial arqueológico que não foi possível aprofundar nesta fase. Pressupõe-se também o acompanhamento arqueológico de todas as demolições e movimentações de terras durante o processo de obras e escavação manual de eventuais níveis arqueológicos preservados.

3.2.2. Avenida da Liberdade, edifício n.º 12, Pátio do Tronco, edifício n.º 2-2D e Rua das Portas de Santo Antão, edifício n.º 137, Lisboa

Localização: Freguesia de Santo António, Lisboa

Coordenadas geográficas: 38°43'01.43"N e 9°08'29.87"O

Área de Valor Arqueológico:
Conjunto de Interesse Público:
Portaria n.º 385/2013, D.R., 2ª Série,
n.º115, de 18 de Junho de 2013

Período total de intervenção pela Neoépica:
26 de Outubro de 2015 a 8 de Janeiro de 2016

Cronologia:
Moderna e contemporânea

Equipa: Nuno Neto (Arqueólogo coordenador), Vanessa Mata (Arqueóloga co-responsável), Nelson Antunes, Sara Brito, Miguel Rocha (Arqueólogos auxiliares), Helena Soares (Estagiária), 3 operários não especializados

Os trabalhos arqueológicos decorreram no âmbito de um projecto de reabilitação para construção de espaços de habitação e escritório em três edifícios localizados junto à Avenida da Liberdade (Anexo III. Figs. 8 e 43), nomeadamente no n.º 12, localizado na própria Avenida, no n.º 2-2D, no Pátio do Tronco, e no n.º 137 na Rua das Portas de São Antão, tendo em vista a descrição e registo das realidades arqueológicas identificadas no decorrer dos trabalhos. O sítio intervencionado localiza-se nas proximidades do antigo Passeio Público (Anexo III. Fig. 44), cuja construção integrou o Plano Geral da cidade de Lisboa em 1785, dispondo-se ao longo da Praça do Rossio. A 24 de Agosto de 1879, essencialmente motivado pela conjugação de factores relacionados com a evolução demográfica e o desenvolvimento urbano, o espaço do antigo Passeio Público deu lugar à implantação da actual Avenida da Liberdade. Deve ser ainda referida a localização do sítio a Noroeste do antigo Convento de São Domingos e das Portas de Santo Antão, que outrora constituíram uma das saídas da muralha fernandina. Dada a sua importante localização histórica, os edifícios encontram-se actualmente integrados numa área classificada como Conjunto de Interesse Público.

As construções actuais dos edificados remetem na sua íntegra para os séculos XIX e XX, apresentando-se já bastante alterados no seu interior, na sequência de várias modificações de que foram alvo ao longo dos tempos, adequando-se às funções de estabelecimentos comerciais e de escritórios a que deram lugar. No edifício n.º 12, localizado na Avenida de Liberdade funcionou um centro comercial a nível do piso térreo e na cave. Os processos de adaptação estrutural do edificado a esta funcionalidade vieram a causar significativas alterações no seu interior. Nesta mesma altura, veio a ocupar-se a área do logradouro, localizado nas traseiras do edifício, tendo em vista o alargamento do espaço comercial.

A chegada da equipa de arqueologia ao sítio ocorreu a 26 de Outubro de 2015, nos dois dias que antecederam ao início dos trabalhos arqueológicos, a 28 de Outubro, procedeu-se à remoção de betão do actual pavimento dos edifícios e à implantação das sondagens. Este processo decorreu conforme o indicado nas medidas gerais de actuação da empresa: após o estabelecimento da quantidade, dimensões e área de implantação das sondagens na área a intervir, procede-se à respectiva implantação, que respeita, sempre que possível, a orientação do Norte Geográfico, de modo a determinar uma mesma orientação de leitura de trabalho em todo o sítio intervencionado. As sondagens ou áreas de escavação são abertas de modo a garantir a verticalidade dos seus limites e que a sua largura mínima seja suficiente para garantir a realização das actividades em segurança para os trabalhadores, equipamentos e materiais. Quando a sua abertura se efectua junto a muros ou a paredes de edifícios procede-se a uma prévia e estimada avaliação do impacto das escavações na estabilidade do edificado.

A minha participação nesta intervenção arqueológica iniciou-se então a 28 de Outubro a 8 de Janeiro seguinte, constituindo a maior temporada de estágio em actividade de campo. Foram realizadas sete sondagens de diagnóstico manuais, distribuídas no interior dos três edifícios. Abriram-se três sondagens na Avenida da Liberdade, duas no Pátio do Tronco e duas na Rua das Portas de Santo Antão. As tarefas desempenhadas neste estágio decorrem em seis das sete sondagens realizadas (Anexo III. Figs. 45 a 47).

Importa desde logo referir a presença de um curso de água sob a actual Avenida da Liberdade, o que tornou o substracto aluvial como o limite geológico da intervenção. Aparte de breves particularidades, as deposições e sequências estratigráficas apresentaram-se bastante lineares, bem como as cronologias aferidas pelos materiais e estruturas identificadas. Verificou-se nesta primeira fase de trabalhos de diagnóstico, de

uma forma geral, uma realidade arqueológica bastante idêntica em todas as áreas intervencionadas, inseridas temporalmente na época moderna (séculos XVII-XVIII) e contemporânea (XIX e XX), com registo de uma manifestação pontual do século XVI (sondagem 6).

Os trabalhos por mim desenvolvidos tiveram lugar nas sondagens 1, 2, 3, localizadas na Avenida da Liberdade, nas sondagens 4, 5, implantadas no Pátio do Tronco e na sondagem 7, realizada na Ruas das Portas de Santo Antão. A sondagem 6, localizada nesta última rua, a única em que não participei, foi de rápida concretização, atingindo-se o substracto geológico a pouca profundidade do piso térreo (um metro e cinquenta centímetros). Na sondagem 5 as tarefas que desempenhei foram pontuais, consistindo essencialmente no auxílio ao levantamento de cotas, aos registos gráfico e fotográfico ao longo dos trabalhos e do plano final (Anexo III. Figs. 50 e 51).

Nas sondagens 1, 2, 4 (Anexo III. Figs. 48 e 49) e 7 foi possível acompanhar praticamente todo o processo de intervenção. Além da escavação, foram realizados os devidos registos dos contextos identificados e da área total de intervenção. O registo fotográfico de estruturas é feito de forma exaustiva, sendo realizadas fotografias gerais e de pormenor de todos os contextos. Sempre que os contextos arqueológicos de uma intervenção o justifique, poderá ser aplicada no seu registo, posteriormente em gabinete, uma reprodução em ortofotografia e/ou reproduções 3D. Foi igualmente realizado o desenho à escala 1:20 dos planos gerais, de pormenor, de cortes e alçados, devidamente cotados, com indicação das respectivas unidades estratigráficas.

Procedeu-se também à recolha de materiais e a um levantamento selectivo de amostras sedimentares que se mostrem relevantes e isoladas de contaminações, para posteriores análises de âmbitos diversos (geoarqueologia, antracologia, paleoambiental, etc), sendo feito o seu acondicionamento em sacos individuais de plástico transparente, devidamente etiquetados. Como também previsto nas metodologias de trabalho aplicadas, procedeu-se igualmente à recolha de outros vestígios identificados (argamassas, osteológicos, malacológicos, etc.) considerados importantes na compreensão da realidade arqueológica presente. Efectuou-se ainda o levantamento e leitura de cotas topográficas, através do nível óptico e mira métrica, a nível do pavimento actual do edifício, de cada unidade estratigráfica e estruturas identificadas.

Na sondagem 3 (Anexo III. Figs. 52 e 53) foi possível acompanhar parte significativa do processo de escavação, alternando-se com as tarefas desempenhadas na

sondagem 2 em função das necessidades (Anexo III. Figs. 54 e 55), após o término da sondagem 1 (Anexo III. Figs. 56 e 57).

Em todas as áreas intervencionadas foi identificada como primeira U.E. o piso contemporâneo sob o pavimento actual do edifício, caracterizado por depósitos e estruturas datáveis dos séculos XIX e XX, entre as quais foram registadas construções que terão servido de reforço à reestruturação ao centro comercial. Estas estruturas contemporâneas foram imediatamente seguidas de contextos modernos, nos quais importa destacar as realidades arqueológicas identificadas na sondagem 7 devido à particularidade dos contextos identificados. Devido à complexidade destas ocorrências, os trabalhos arqueológicos a realizar nesta sondagem não se encontram ainda finalizados de modo a esclarecer os âmbitos da funcionalidade destes contextos. Esta sondagem foi implantada na loja Norte do edifício da Rua das Portas de Santo Antão, inicialmente com dimensões de três metros de comprimento por dois metros de largura que se veio alargar a todo o espaço de sondagem (Anexo III. Figs. 58 e 59).

Após a remoção de dois pisos contemporâneos, foi identificado um nível de piso [706], constituído na sua íntegra por argamassa de cal, com cerca de dois centímetros de espessura, cujos vestígios associados remetem a cronologia desta estrutura para época moderna, posterior ao terramoto de 1755. Da sua escavação bem como de um depósito identificado [707], igualmente de período moderno, foram detectados níveis caracterizados por uma predominante presença de cinza, de carvões e de escória de ferro, identificados no depósito [710] e respectivos enchimentos, nomeadamente [705], [711], [713] e [715]. Os materiais concedidos por estes contextos enquadram a sua deposição entre os finais do século XVII e inícios do século XVIII (Anexo III. Figs. 60 e 61).

O levantamento destas unidades permitiu a identificação de “interfaces” correspondentes a estruturas negativas, especificamente a fossas de formato elíptico e sub-circular e a buracos de poste, alguns dos quais se apresentaram estruturados com pedras de pequena e média dimensão. A estas estruturas estão associados outros elementos sobre os quais ainda não foi possível determinar a sua exacta funcionalidade, deparando-se com a hipótese de se tratar de estruturas ou de despejos, possivelmente relacionadas com uma actividade metalúrgica que poderá se ter desenvolvido neste espaço em época moderna. Estes elementos correspondem, em suma, a compactos e maciços suportes de argamassa, argila e ferro, dispendo-se no seguimento do formato elíptico das estruturas negativas registadas no seu interior. Importa ainda referir que os

níveis ainda por escavar se caracterizam por uma composição maioritariamente em argila, contendo alguns nódulos de argamassa na sua constituição que parecem ter sido expostos a elevadas temperaturas considerando os indícios de cozedura apresentados (Anexo III. Figs. 62 e 63). Relativamente aos materiais identificados registaram-se essencialmente fragmentos de azulejo, vidros, tubagens em grés, entre outros de cronologia contemporânea, bem como de fragmentos de faiança, cerâmica comum e espólio metálico de época moderna.

As questões em torno da actividade artesanal deste espaço, possivelmente metalúrgica, conduziram ao planeamento de uma futura escavação em área, na procura de estabelecer uma leitura mais clara da sua funcionalidade e sequência arqueológica e respectivo registo. O mesmo se propõe nas sondagens em que foram identificados vestígios estruturais. A par da escavação prevê-se igualmente um posterior acompanhamento arqueológico da obra, na eventualidade de surgimento de outros vestígios relacionados com os contextos identificados, assim como no restante espaço intervencionado.

As sondagens 1 e 3 foram alvo de entivação devido ao nível de profundidade alcançado, ainda que na sondagem 1 não se tenha atingido o depósito aluvionar, por motivos de segurança, atingiu os quatro metros e meio em profundidade enquanto na sondagem 3 se alcançou cerca de cinco metros em altura face ao nível do piso actual do edifício. Contudo, a sua leitura estratigráfica não ficou comprometida uma vez que a sequência identificada se apresentou bastante perceptível sendo complementada com as informações concedidas nas restantes sondagens, possibilitada face à idêntica diacronia apresentada. Sempre que se revela necessário realiza-se a entivação das sondagens e o escoramento dos taludes. No que se refere às medidas de segurança são formuladas pelas entidades enquadrante e contratante, igualmente ao abrigo do RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º12.º), as condições necessárias que garantam à equipa um ambiente seguro à concretização dos trabalhos. O estabelecimento destas medidas é igualmente aplicável a todos os trabalhos de campo.

Toda a intervenção decorreu segundo o método “Barker-Harris”, procedendo-se à escavação e registo de cada U.E. por camadas, na ordem inversa à sua deposição, respeitando a sua dispersão e características naturais, não se registando qualquer aparente ocorrência que tenha exigido uma adaptação aos pressupostos gerais.

3.2.3. Rua dos Bacalhoeiros, edifícios ns.º 93-115A, Lisboa

Localização: Freguesia de Santa Maria
Maior, Lisboa

Coordenadas geográficas:
38°42'32.59"N e 9°08'00.64"O

Área de Valor Arqueológico:
Conjunto de Interesse Público:
Portaria n.º 385/2013, D.R., 2ª Série,
n.º115, de 18 de Junho de 2013

Período total de intervenção pela Neoépica:
26 de Outubro de 2015 a 8 de Janeiro de 2016

Cronologia:
Moderna e contemporânea

Equipa: Nuno Neto (Arqueólogo
coordenador), Vanessa Mata (Arqueóloga co-
responsável), Nelson Antunes, Sara Brito,
Miguel Rocha (Arqueólogos auxiliares),
Helena Soares (Estagiária), 3 operários não
especializados

A primeira fase de trabalhos arqueológicos na Rua dos Bacalhoeiros realizou-se de forma intermitente entre 14 de Janeiro e 8 de Fevereiro de 2016, tendo a minha participação decorrido de 1 a 8 de Fevereiro (Anexo III. Fig. 8). As sondagens realizadas nesta fase tiveram lugar nos pisos térreos dos edifícios, em simultâneo aos trabalhos de obra já em execução nos seus pisos superiores. Foram realizadas quatro sondagens de diagnóstico manuais (1, 2, 3 e 7), distribuídas pelos números 93, 99, 103 e 107, respectivamente. A implantação dos espaços a sondar decorreu nas áreas de maior afectação do projecto de construção de espaços de habitação e comércio, a realizar entre os edifícios 93 e 115A, tendo em vista diagnosticar o potencial arqueológico do sítio e proceder ao devido registo e descrição das ocorrências arqueológicas identificadas (Anexo III. Figs. 64 e 65).

Importa referir que o sítio se insere numa zona importante do centro histórico da cidade. As variadas estruturas detectadas ao longo da intervenção permitiram considerar a hipótese de alguns dos troços identificados corresponderem ao traçado da Cerca Nova/Fernandina. Numa fase anterior ao início dos trabalhos procedeu-se a uma consulta de fontes bibliográficas, com destaque para Vieira da Silva (1987, pp.31-38), que sugeriu a sobreposição do sítio a Este com a cerca fernandina e a sua passagem nos limites Sul e Este do presente quarteirão, apresentando uma orientação Sul-Norte

(Anexo III. Fig. 66). Os trabalhos arqueológicos realizados na Rua dos Bacalhoeiros suscitaram esta hipótese, incitada logo no início da intervenção com a identificação de uma estrutura maciça na sondagem 1.

Na sondagem 1, implantada no n.º 99, com uma dimensão de dois metros e dez centímetros de comprimento por dois metros e dez centímetros de largura, foram identificadas algumas estruturas pétreas, orientados no sentido Sul-Norte, as quais parecem estar relacionadas com os alicerces do actual edifício ou com eventuais reestruturações do mesmo em época contemporânea. Estas estruturas apresentam-se encostadas ou assentes sobre uma mais antiga [104] (Anexo III. Fig. 67), estabelecida na direcção Este-Oeste, identificada aos setenta centímetros de profundidade em que se registou um metro e vinte centímetros de largura até ao limite Norte da sondagem, sendo possível observar que esta se prolonga para além das dimensões identificadas. Face às suas características de construção e a sua localização num espaço geográfico propício ao seu surgimento, considerou-se que se poderia tratar de um vestígio da muralha fernandina.

No seguimento do indicado por Vieira da Silva, esta estrutura não se encontra localizada na área prevista para a passagem do traçado fortificado, nem foram identificados materiais no decorrer da escavação que permitissem a sua datação. Apenas foram registados dois fragmentos de cerâmica comum, provenientes de um depósito escavado que se encontrava encostado à estrutura, dos quais apenas um permitiu obter alguma cronologia, nomeadamente um fragmento de caçoila, datável entre meados do século XIX e século XV. Contudo, os trabalhos que se desenvolveram seguidamente noutras sondagens vieram a ponderar a sua não correspondência à muralha.

A abertura da sondagem 2, no limite Sudeste do edifício n.º 93, cuja área de implantação viria a coincidir com o pressuposto trajecto do fortificado, conduziram a um aumento das dimensões inicialmente previstas para esta sondagem, tendo em vista garantir uma maior análise da existência da muralha neste espaço. A sondagem, estabelecida com dimensões de dois metros de comprimento por dois metros de largura veio a assumir um comprimento de seis metros e uma largura de um metro. Os trabalhos desenvolvidos acabaram por não vir a constatar, contrariamente ao previsto, qualquer indício desta estrutura, pelo menos não até à cota escavada, a um metro e vinte centímetros face ao piso actual. Procedeu-se à escavação de um mesmo depósito até esta cota, em que se identificou o alicerce da parede Sul do edifício e uma estrutura pétreas,

que pelas suas características se pressupôs tratar de uma conduta de esgoto (Anexo III. Fig. 68).

A sondagem 3 constituiu nesta primeira fase de trabalhos arqueológicos na Rua dos Bacalhoeiros, a sondagem mais rica e complexa a nível de vestígios identificados. À semelhança da sondagem 1 [104], foi identificada aproximadamente aos setenta centímetros de profundidade, uma outra estrutura pétreia robusta e maciça [311]. Ao considerar as suas características físicas a par dos resultados obtidos na sondagem 2, colocou-se a hipótese desta estrutura [311] de se tratar de um troço da muralha fernandina (Anexo III. Figs. 71 e 72).

A sondagem 3 assumiu inicialmente dimensões de dois metros de comprimento por dois metros de largura, à qual foram realizados dois alargamentos, autorizados pela DGPC, devido à grande quantidade e complexidade de estruturas existentes bem como a escassez de sedimento para escavação, que se encontrava essencialmente sobre as construções, que impossibilitaram a determinação das suas cronologias e funcionalidade (Anexo III. Figs. 69 e 70). O primeiro alargamento totalizou a extensão de dois metros para Oeste, no qual foi possível constatar a continuação da estrutura, que apresentou cerca de três metros e cinquenta centímetros de comprimento e um metro e setenta e cinco de largura. Observou-se novamente um prolongamento da mesma para além dos limites Norte e Sul da sondagem. Identificou-se ainda um outro aparelho que contribuiu para a realização de um segundo alargamento do espaço a intervencionar, não sendo possível estabelecer se este se tratava de uma prolongamento da [311] ou se trataria de uma nova estrutura, como se veio a confirmar.

Este segundo alargamento, de um metro e vinte centímetros para Norte, de um metro e vinte centímetros para Sul e cerca de oitenta centímetros para Oeste, possibilitou uma mais clara leitura das realidades arqueológicas presentes. Observou-se um corte a Sul na estrutura identificada no primeiro alargamento [314] no momento de construção do actual edifício, esta apresentou uma dimensão de cerca de dois metros e dez centímetros de comprimento e de um metro de largura. Foram identificadas outras estruturas, também à cota de setenta centímetros ao nível do pavimento actual que pela sua dispersão em todo o espaço de sondagem permitiram apenas estabelecer as relações de sucessão entre si, sabendo-se que, à semelhança da sondagem 1, se tratam de estruturas pré-pombalinas, não permitindo, no momento, determinar as suas funções.

Na sequência da instalação de infraestruturas do projecto sobre a estrutura [311], procedeu-se ao desmonte parcial da estrutura adossada a Oeste [314], após a devida

análise do complexo arqueológico e autorização pela tutela, até à cota de afectação prevista (cerca de cinquenta centímetros). O desmonte foi realizado de acordo com os procedimentos definidos no plano de trabalhos, que sugerem a realização de um contacto prévio à entidade tutelar, para aprovação e determinação de metodologias adequadas a aplicar no processo, como previsto no RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º5.º, 7).

A operação foi realizada com recurso a martelo eléctrico e acompanhado pela arqueóloga responsável em campo (Anexo III. Figs. 73 e 74). Este procedimento permitiu uma melhor leitura da estrutura [311], observando-se as construções sobre as quais assentava e um aparelho construtivo possivelmente remendado ou alterado no alçado Oeste, com pedras de pequena dimensão, argamassa e tijoleira, apresentando-se bastante diferente do identificado na [104] (Anexo III. Fig. 75). No alçado Este, apenas foi possível proceder à escavação, realizada por mim, de uma pequena faixa com cerca de vinte centímetros de largura, estabelecida entre o referido alçado e o alicerce Este do edifício. Esta breve escavação pareceu demonstrar uma técnica construtiva mais aparelhada, com elementos pétreos de maior dimensão, mais aproximada do observado na sondagem 1. Uma vez que se prevê o desmonte do alicerce Este até ao nível de afectação da obra, pressupõe-se uma eventual melhor compreensão da dinâmica construtiva da estrutura e eventualmente determinar a sua funcionalidade.

A proposta do traçado da muralha fernandina por Vieira da Silva ainda que constitua uma importante fonte documental nem sempre correspondeu aos vestígios da fortificação identificados ao longo da cidade, comprovados por escavações arqueológicas. No que respeita à estrutura em questão [311], apesar de se localizar a uma distância de poucos metros (cerca de seis metros) do traçado Sul-Norte indicado por este autor, crê-se que se possa tratar de um troço da muralha, ainda que muito desfasado do indicado por este, devido às suas dimensões e aparelho construtivo. Casos semelhantes ao mencionado não são inéditos e, estando-se no momento da sua realização, numa primeira fase de análise arqueológica do sítio, aguarda-se que futuros trabalhos, como se encontra previsto, efectuados no mesmo concedam dados suficientes que permitam a determinação da sua natureza e conseqüentemente um maior contributo para o conhecimento da dinâmica arqueológica da cidade.

Depois de um enquadramento geral dos procedimentos e contexto da intervenção arqueológica, assim como dos trabalhos efectuados até à data aquando a minha chegada ao sítio, as actividades de estágio tiverem então lugar nas sondagens 1, 3

e 7. Os trabalhos desenvolvidos em estágio decorreram no início do segundo alargamento da sondagem 3, tendo acompanhado ainda todos os procedimentos em torno do processo de desmonte da estrutura [314]. Procedeu-se à escavação dos poucos sedimentos existentes entre os contextos estruturais identificados, o que permitiu uma escassa recolha material. Procedeu-se ao levantamento de cotas com o nível óptico e a mira métrica ao nível do actual pavimento do edifício, das U.E. e das respectivas estruturas. Foram igualmente realizados os registos gráfico (1:20), devidamente cotado, e fotográfico, geral e de pormenor dos contextos identificados e do plano final, bem como o preenchimento das devidas fichas específicas de U.E. e de estruturas.

No caso da sondagem 1 o trabalho por mim realizado consistiu exclusivamente no desenho à escala 1:20 dos cortes estratigráficos, alçados da estrutura pétreia identificada [104] e do plano final. (Anexo III. Fig. 67). No espaço da sondagem 1 veio-se inicialmente a prever a implantação de uma caixa de visita de rede de águas residuais, o que não veio a acontecer face a complexidade estrutural posta a descoberto ao longo da área intervencionada. Nesta sequência estipulou-se a abertura de uma outra sondagem (sondagem 7), não prevista no plano inicial de trabalhos, no edifício n.º107, com dimensões de dois metros de largura por dois metros de comprimento, essencialmente com o intuito de diagnosticar o potencial arqueológico do espaço e eventualmente integrar esta caixa de visita, o que por motivos idênticos ao apresentado na sondagem 1, não veio a ocorrer.

Na sondagem 7 foi identificada uma estrutura pétreia, idêntica à registada na sondagem 1 [104], que recorta a sondagem a meio no eixo Sul-Norte, registando-se a Oeste desta um piso de tijoleira [704]. Toda a área Este da sondagem encontrava-se coberta por um nível de argamassa. Na sequência do levantamento do referido piso e ao desmonte parcial da estrutura observou-se a existência de mais dois muros. A partir de uma análise parcial da sua forma e composição verificou-se um aparelho construtivo bastante idêntico ao registado nas estruturas identificadas na sondagem 3.

Nesta sondagem não foi possível ultrapassar cerca de trinta centímetros de profundidade da cota do piso actual, face à complexidade estrutural apresentada. Também não foram identificados quaisquer materiais associados às construções existentes, dada uma vez mais a ausência de sedimento para escavação. Pode-se apenas determinar uma baliza cronológica para as ocorrências identificadas nesta sondagem através de um paralelo com as suas aparentes semelhanças com as detectadas na sondagem 3. Estas presumem-se ser pré-pombalinas pela sua deposição no espaço,

sabendo-se que são posteriores à [311], pressupondo-se de que se trata efectivamente de um troço da fortificação. Numa primeira análise parece que não exista qualquer relação aparente entre as construções identificadas na sondagem 7 com a muralha fernandina. Nesta sondagem apenas se procedeu ao registo gráfico por “croqui”, com a indicação das respectivas cotas, e fotográfico do plano geral e de pormenor das realidades apresentadas, bem como o levantamento de cotas ao nível do piso actual do edifício e das U.E., com o nível óptico e a mira métrica (Anexo III. Fig.76).

Ambos os processos de desmonte de estrutura para assentamento de infraestruturas como o estabelecimento da realização de uma nova sondagem decorreram na sequência de uma reunião no sítio de intervenção com uma técnica da DGPC que envolveu todos os representantes dos envolventes na obra. Esta contou, evidentemente, com a presença de ambas as arqueólogas responsáveis pelos trabalhos arqueológicos, a qual é sempre requerida em todas as reuniões técnicas evocadas no decorrer da intervenção seja com o Dono de Obra e/ou com a DGPC e/ou com outras entidades envolvidas no projecto assim como todo o processo de tramitação processual com as mesmas, como previsto no plano metodológico de trabalhos integrado pela Neoépica (ver ponto 3.4. do presente relatório).

A partir do observado a nível da metodologia de escavação, esta apenas pode ter sofrido alguns constrangimentos no que respeita à leitura geral do espaço intervencionado devido à significativa sobreposição estrutural e escassez de sedimentos para escavação e, conseqüentemente, pouca ou nula presença de espólios para análise. Como medidas de minimização de impactes e de salvaguarda destes vestígios propôs-se o acompanhamento de todos os trabalhos de movimentação de terras e desmonte de estruturas, tal como a escavação arqueológica de eventuais contextos que justifiquem a sua realização. Das sondagens previstas em diagnóstico não foram realizadas três nesta primeira fase, nomeadamente as sondagens 4, 5 e 6, vindo a ocorrer em data posterior (Anexo III. Figs. 64 e 65).

3.3. Trabalho de gabinete

3.3.1. Lavagem e acondicionamento de material

A primeira tarefa desempenhada em estágio decorreu em gabinete, onde foi inicialmente explicado todo o processo de trabalho relativo ao tratamento dos materiais e de armazenamento temporário até ao envio para as respectivas entidades responsáveis pelo seu depósito. Todos estes procedimentos constituem o momento que antecede e prepara os conjuntos para inventário e relatório de intervenção.

Durante os trabalhos efectuados em gabinete foi possível desempenhar tarefas diversificadas, sobretudo relacionadas com o processamento de materiais arqueológicos. Em fase inicial de trabalho de gabinete surgiu a oportunidade de ter contacto com os materiais recolhidos na intervenção arqueológica da Rua da Adiça, em Alfama (Lisboa), ocorrida entre Março a Setembro de 2015. Neste âmbito acompanhei o trabalho de selecção de materiais para análise e redacção do relatório final, recebendo informações sobre os trabalhos e os materiais de cronologias romana, islâmica e moderna ali encontrados.

Uma das tarefas realizadas foi a lavagem de materiais arqueológicos cerâmicos com água corrente, utilizando escovas de tamanhos e materiais diversos. O funcionamento do sistema de água na lavagem de materiais beneficia da existência de um poço, assim como de um sistema de filtração de águas sujas, novamente encaminhadas para o poço através de uma bomba (Anexo III. Figs. 77 e 78)⁵.

Nos espólios metálicos, incluindo os numismas foram usados processos de limpeza por escovagem, sendo acondicionados em espaços de temperaturas reguladas, onde também se guardam amostras sedimentares e outros vestígios que impliquem cuidados especiais de reserva (Anexo III. Figs. 79 e 80).

⁵ Fonte: Conferência *Problemáticas da Arqueologia Urbana: a experiência da Neoépica*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade do Algarve, em 19.11.2015 (Consultado: 20.07.2016).

Procedeu-se à separação de materiais já lavados e secos por áreas de escavação, respectivas U.E., tipologia material e forma, ao seu armazenamento em sacos de plástico transparente com respectivas etiquetas de identificação. Sempre que foram detectados fragmentos pertencentes a um mesmo artefacto procedeu-se à sua colocação num saco individual, devidamente identificado, com indicação nas observações da ficha descritiva da existência de mais de uma porção correspondente a uma mesma peça.

Foi também realizada a separação em contentores de espólios por sondagem e U.E. das intervenções realizadas no Palácio Conde Barão de Alvito, na Avenida da Liberdade, na Rua dos Bacalhoeiros e na Rua das Escolas Gerais. No primeiro caso foi realizado um trabalho mais completo, tendo-se igualmente auxiliado em parte do seu inventário (ver ponto 3.3.3. do presente relatório). Procedeu-se ainda, já em período final de estágio, à lavagem de materiais levantados em acompanhamentos arqueológicos efectuados na área de Sintra.

Foi igualmente realizado o armazenamento e etiquetagem em novos contentores dos materiais arqueológicos e dos espólios osteológicos humanos provenientes das intervenções arqueológicas levadas a cabo em 2007 no Alto do Cidreira (I, II, III, IV e V, VI, VII), em Cascais, igualmente por área de escavação e U.E.

3.3.2. Inventário dos materiais da intervenção arqueológica na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008)

A realização de um inventário de espólios arqueológicos tem, em suma, por objectivo obter uma visão de conjunto do material recolhido em campo, permitindo ao mesmo tempo a contextualização das camadas e contextos escavados através das cronologias e características apresentados pelos materiais recolhidos. A realização do presente inventário teve, assim, como principal finalidade a organização metodológica e abordagem analítica dos espólios armazenados, de modo a concretizar de uma forma mais aprofundada uma análise do conjunto material e a conceder uma importante

ferramenta de interpretação das realidades arqueológicas identificadas no sítio intervencionado.

Os materiais alvo de inventariação provieram da intervenção realizada pela Neoépica entre Fevereiro de 2007 e Maio de 2008, sob a direcção dos arqueólogos Raquel Santos, Tiago Fontes e Paulo Rebelo, na Rua Azeredo Perdigão, no Largo da Ajuda (Peniche), num espaço que previa obras de reabilitação urbana. Esta intervenção assumiu como objectivo numa primeira fase realizar uma avaliação do potencial arqueológico do sítio, considerando a sua proximidade à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e aos fornos romanos do Morraçal da Ajuda. Foi primeiramente realizado um acompanhamento arqueológico da abertura de valas mecânicas de diagnóstico no terreno que permitiram a identificação de vestígios de época romana e moderna. A abertura destas valas conduziu ao desenvolvimento de sondagens de diagnóstico manual tendo em vista determinar o potencial arqueológico existente e uma interpretação dos mesmos, que por sua vez levaram a uma escavação em área. Neste terceiro momento de intervenção, pressupôs-se essencialmente o estabelecimento da extensão de concentração dos achados detectados até ao momento. Procedeu-se à realização de decapagem mecânica das camadas superficiais da área a trabalhar e a uma escavação parcial de uma pequena parcela dos vários elementos arqueológicos dispersos registados.

A intervenção arqueológica teve, em suma, como resultados a identificação de várias ocorrências de cronologia romana. Estes apresentaram-se sob níveis contemporâneos e modernos. Entre os vestígios arqueológicos identificados, é possível destacar alguns contextos, nomeadamente, estruturas e pisos referentes a uma eventual fábrica e posteriores armazéns e oficinas de época romana. Contudo, não ficou claro o tipo de contexto arqueológico presente bem como a funcionalidade e extensão de várias ocorrências identificadas no mesmo. Esta situação sugeriu a realização de mais trabalhos arqueológicos de modo a entender a sua dispersão, o que não veio a acontecer devido à interrupção dos trabalhos pela não-prossecação do projecto pelo Dono da Obra. Acredita-se que se trate de um espaço portuário em que se registaram camadas de despejo de material cerâmico, nomeadamente de ânforas, possivelmente oriundo das produções dos fornos romanos do Morraçal da Ajuda ou, estando o sítio mais próximo do mar em época romana, se possa tratar de uma área de envase de ânforas com produtos para transporte.

No decorrer dos trabalhos arqueológicos foram identificados alguns contextos que auxiliaram na definição das funções deste edifício, refira-se um nível de entulho em que foi registada uma significativa concentração de materiais em que foram recolhidas porções inteiras maioritariamente correspondente a material anfórico, já referido, e em menores quantidades foram identificados vestígios de cerâmica comum, de *Terra Sigillata* e materiais metálicos. Além do entulho, registou-se ainda a presença de alguns vazadouros de menores dimensões que apresentou uma grande quantidade concentrada de pedra, cerâmica e de fauna malacológica. Os trabalhos arqueológicos permitiram ainda a identificação de bolsas ou de concentrações de espólios e de pedra calcária de espessura variável entre os trinta e os cinquenta centímetros, cujos materiais associados se apresentaram relativamente fragmentados⁶.

No que respeita ao processo de inventariação dos materiais recolhidos ao longo desta intervenção, este já tinha sido iniciado por um dos arqueólogos da empresa, mas permanecia num estado embrionário, pelo que tive assim oportunidade de realizar este trabalho praticamente na sua íntegra. A análise do espólio sofreu alguns condicionalismos devido à inundação do espaço camarário onde este se encontrava depositado, tendo vários sacos de material ficado sem a respectiva etiqueta de identificação.

Todos os registos realizados foram inicialmente efectuados manualmente, procedendo-se em fase posterior a sua inserção na base de dados da Neoépica. Realizou-se primeiramente uma inventariação manual essencialmente por questões relacionadas com eficácia do processo tendo em conta que estava a decorrer a realização de outros inventários em simultâneo bem como de modo a me proporcionar um ambiente de enquadramento gradual com o processo de inventariação e com os espólios arqueológicos, assim como da sua devida organização e preparação para registo. Este procedimento foi realizado em alternativa à abordagem e inserção simultânea e imediata das informações nas bases de dados uma vez que ainda não tinha realizado até ao momento um inventário completo de um acervo de materiais, permitindo-me, assim, um

⁶ Fonte: Relatório final da intervenção arqueológica na Rua Azeredo Perdigão, Peniche (Disponibilização Neoépica, Lda.).

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=3100297>

(Consultado: 18.08.2016)

<http://www.neoepica.pt/index.php/projetos/2007/item/377-largo-da-ajuda-fevereiro-2007>

(Consultado: 18.08.2016)

mais rico contacto com os artefactos e uma maior interiorização de todos os procedimentos aplicados.

Em primeiro lugar procedeu-se à separação dos materiais por valas/bolsas/sondagens/quadrículas e, posteriormente, por U.E. Em seguida, efectuou-se uma divisão por tipologia material e formal. Nesta tabela foram discriminados o número de inventário (de forma sequencial na continuação do último número atribuído); o número de contentor; a localização (vala; bolsa; sondagem; quadrícula); a U.E.; o tipo de material; a porção/estado (bordos, *BR*; asa; fundos, *FD*; paredes, *PR*); a quantidade de sacos; o peso (kg/g); a quantidade de fragmentos; e as observações.

Dada significativa quantidade de material, tratando-se na grande maioria de fragmentos de ânfora, procedeu-se a um inventário por lotes, uma vez que a sua inventariação individual não iria conceder à partida quaisquer outras informações relevantes à compreensão do seu contexto. Na realização de uma inventariação por lotes não se procede à marcação directa individual de cada fragmento, sendo atribuído um único número de inventário, colocado em etiqueta, a um conjunto de fragmentos que provêm da mesma U.E. e têm as mesmas características tipológicas e formais.

Procedeu-se à contagem de todos os fragmentos de bordos, asas e fundos e à pesagem das paredes e dos restantes materiais acima referidos, totalizando a quantidade e o peso de fragmentos por cada U.E. Nalguns casos procedeu-se apenas à contagem dos espólios devido à escassez do tipo e forma de material na U.E. inventariada. No ensacamento dos materiais foram preenchidas fichas de descrição sumária do respectivo conteúdo material, duplicando as etiquetas conforme o número de sacos existentes. Nestas constaram a indicação do sítio com o respectivo acrónimo e ano de intervenção (RAP'07), a proveniência arqueológica e o número de inventário. Foram também colocadas nestas etiquetas informações adicionais consideradas relevantes e que auxiliassem a uma mais rápida identificação dos materiais (ex.: fragmento com decoração; com marca de oleiro; *Terra Sigillata*). A referência à identificação de dois ou mais fragmentos correspondentes à mesma peça ao longo do processo de separação dos materiais foi igualmente incluída nas observações das fichas descritivas. Na eventualidade de se ter identificado qualquer artefacto com relevante interesse museológico ou que exigisse medidas especiais de conservação e restauro, seria também devidamente assinalado.

O registo quantitativo dos fragmentos foi determinado conforme a quantidade de informação concedida pelas formas apresentadas pelos materiais, ou seja, cada

fragmento que apresentasse mais do que uma porção do seu corpo integral foi contabilizado como bordo, caso existente, ou como asa, caso o fragmento não dispusesse de vestígios perceptíveis de bordo ou de fundo, caso não apresentasse nenhuma das duas componentes acima indicadas. Os fragmentos que foram registados como paredes constituíam o restante corpo da peça ou não apresentavam de forma legível de indícios de bordo, asa ou fundo que permitissem a sua identificação. Os materiais descontextualizados quer pelo motivo acima referido como pela pontual não explicitação nas fichas de campo da sua proveniência, foram igualmente inventariados e armazenados, com preenchimento das restantes categorias de abordagem.

Por fim, procedeu-se à inserção das informações recolhidas na base de dados digital, em formato *Excel*, e à realização e colocação das etiquetas nos respectivos contentores. Nestas constaram, à semelhança das utilizadas nos materiais, o acrónimo do sítio e o ano de intervenção, a indicação do espólio armazenado, o número de contentor, o número de U.E. e o número de inventário (Anexo III. Figs. 81 e 82). Os metais foram devidamente etiquetados e acondicionados na sala climatizada existente em gabinete, onde os espólios permanecerão temporariamente armazenados até ao seu envio para a entidade responsável designada, nomeadamente a Câmara Municipal de Peniche, bem como o respectivo inventário em suporte digital e também impresso, se requerido pela mesma.

Em nível do espólio identificado observou-se uma presença maioritária de cerâmica comum e de construção, mas também cerâmica fina, cerâmica vidrada, telha, porcelana, faiança, *Terra Sigillata*, amostras de sedimento e de argamassa, vidro, escória, bronze/cobre, chumbo, dois artefactos líticos e faunas malacológica, mamalógica e ictiológica. Na cerâmica comum foi possível identificar nove fragmentos com decoração estampilhada ou com grafitos e dois com marca de oleiro. Identificaram-se ainda alguns artefactos com indícios de rolamento, provenientes dos contextos de bolsas e dos níveis de concentração materiais acima referidos (Anexo III. Figs. 83 a 88). A cerâmica comum é composta, como já referido, maioritariamente por peças de ânfora fragmentadas de cronologia romana republicana e alto-imperial (séculos I a.C.- I) e por cerâmicas desta mesma cronologia que caracterizam a globalidade do conjunto material desta intervenção e por espólios de época moderna (séculos XVII e XVIII).

No que se refere às amostras recolhidas em campo, registou-se em todas as U.E. intervencionadas um total de 51,1 kg de amostra sedimentar e de 0,788 kg de amostra de argamassa. Relativamente às faunas, totalizou-se 2,22 kg de vestígios mamalógicos,

de 8,891 kg de elementos malacológicos e de 0,08 kg de fauna ictiológica. Quanto aos materiais metálicos, somaram-se 1,764 kg de bronze/cobre, de 0,45 kg de chumbo e 0,54 kg de escória. Registaram-se dois elementos líticos com 0,856 kg de peso e cerca de 0,14 kg de material vítreo. No que respeita à cerâmica, foi totalizada uma recolha de aproximadamente 431,432 kg de cerâmica de construção, trinta e dois fragmentos de cerâmica vidrada, sessenta e oito fragmentos de faiança, treze vestígios de *Terra Sigillata* e um fragmento de porcelana. Na cerâmica comum contabilizaram-se 3865 fragmentos no total, correspondendo 2194 fragmentos a bordo, 1364 fragmentos a asa, 307 fragmentos a fundo e cerca de 2832,274 kg de paredes.

A partir de uma sucinta apresentação quantitativa dos materiais inventariados, rapidamente se confirma a predominância de existência de cerâmica comum, representando aproximadamente 97,13% do espólio contabilizado para cerca de 2,87% correspondente aos fragmentos somados a nível de porcelana, faiança, cerâmica vidrada e de *Terra Sigillata*. Quanto à pesagem de espólios regista-se novamente uma maior percentagem do seu peso total de cerâmica comum (85,04%), seguida pela cerâmica de construção (12,95%), as faunas representam 0,342% (0,07% de fauna mamalógica, 0,27% de malacológica e 0,002% de ictiológica). Os metais assumem 0,07% da pesagem total, registando cerca de 0,05% de cobre/bronze, de 0,01% de chumbo e 0,01 de escória. O vidro apresenta uma percentagem de apenas 0,004% e o material lítico de 0,03%, às amostras sedimentares reserva-se 1,53% e às amostras de argamassa 0,02%.

A Neoépica dispõe de dois modelos de inventário, um de carácter mais geral e outro de análise mais exaustiva (Anexo III. Figs. 90 e 91). Cada modelo é aplicado conforme as características apresentadas e outros condicionalismos alheios ao próprio material arqueológico, como por exemplo, os prazos estipulados à execução do inventário, podendo ser variavelmente adaptado segundo as exigências de cada processo de inventariação, o que aconteceu na catalogação dos materiais da Rua Azeredo Perdigão. Anexam-se, sempre que se justifique, fotografias e/ou desenhos de peças que ilustrem descrições no respectivo inventário. O modelo aplicado no referido inventário bem como as informações recolhidas na realização do mesmo consta em anexo no presente relatório (Anexo III. Fig. 89).

A execução deste inventário pressupôs a realização de uma tarefa contínua em gabinete que implicasse um contacto directo e uma realização de análise de espólios arqueológicos, constituindo uma nova experiência de aprendizagem. Este decorreu na sua íntegra sempre acompanhada por arqueólogos presentes em gabinete.

3.3.3. Auxílio no inventário dos materiais da intervenção arqueológica no Palácio Conde Barão de Alvito, edifícios ns.º 43-47A, Lisboa

Após a participação nos trabalhos arqueológicos no Palácio Conde Barão de Alvito, onde se procedeu à recolha e armazenamento de materiais no decorrer das actividades desempenhadas, foi possível acompanhar de uma forma geral o processo de tratamento do espólio levantado neste sítio. Foi realizada parte da lavagem, triagem por tipologia de material, o seu ensacamento e, posteriormente, a separação por U.E. e por tipologias formais. Este último processo de separação já integrou a realização do seu inventário pela arqueóloga co-responsável da intervenção (Anexo III. Figs. 92 e 93).

Os trabalhos desenvolvidos consistiram no auxílio à concretização deste inventário, através da organização dos materiais a inventariar, da contagem, pesagem e ensacamento. Foram preenchidas fichas de descrição sumária, onde são explicitados o acrónimo do sítio, a proveniência arqueológica e o número de inventário. Procedeu-se igualmente ao acondicionamento dos materiais em caixotes (Anexo III. Figs. 94 a 96).

Dado o volume dos acervos materiais e os prazos estipulados para a sua realização, não se procedeu a uma inventariação individual das peças, mas por conjuntos tipológicos (materiais e formais), à semelhança da inventariação dos espólios da Rua Azeredo Perdigão (Peniche). Foram sempre registadas as características relevantes que particularizassem alguns exemplares, seja pelos elementos decorativos e/ou inscrições existentes, seja por outras características técnicas. No que respeita às cerâmicas foram sempre considerados os diversos conjuntos presentes, quer durante o processo de catalogação como em posterior acondicionamento, como indicado nos processos metodológicos de inventariação da empresa.

Relativamente à contabilização dos materiais, seguiu-se o mesmo procedimento descrito no ponto anterior, procedendo-se à pesagem de metais, vidros, líticos, dos fragmentos de parede, de cerâmica de construção e de faunas mamalógica, malacológica e ictiológica e à contagem dos fragmentos correspondentes a bordos, asas e fundos.

Comparativamente ao observado nos espólios da Rua Azeredo Perdigão, deparámo-nos com um conjunto artefactual mais diversificado quer em nível de tipologias como de contextos arqueológicos, referenciados no ponto 3.3.2. Exigiu-se,

deste modo, uma inventariação mais exaustiva e particularizada, de acordo com a realidade material presente, alargando-se os campos de análise conforme o potencial de informações que esta pôde conceder.

A participação na realização deste inventário permitiu adquirir e consolidar algumas noções gerais sobre materiais arqueológicos de cronologias romanos republicanos e tardios, bem como espólio da Idade Moderna. Uma vez que apenas foi concedido um auxílio na concretização deste inventário e que o período de estágio terminou antes da sua finalização, não se anexa ao presente ao relatório, ficando apenas um modelo geral de inventariação exaustiva a título exemplificativo.

3.3.4. Auxílio na redacção de relatórios de trabalhos arqueológicos

Ao longo dos trabalhos realizados em gabinete foi igualmente proporcionada a oportunidade de participar na redacção de relatórios finais de intervenções arqueológicas. No presente caso deu-se auxílio na elaboração de dois relatórios finais de acompanhamento arqueológico realizados na Calçada do Carmo, ns.º 39-43 (Lisboa), já abordado, e na Rua de Sant'Ana à Lapa, n.º 70 (Lisboa), juntamente aos arqueólogos responsáveis pelos trabalhos realizados. Procedeu-se ao apoio à execução de legendagem e tratamento de fotografias das referidas intervenções e à elaboração de alguns tópicos de enquadramento dos sítios intervencionados. Foi possível, desta forma, ter uma mais clara percepção do que consiste um relatório de intervenção arqueológica, da sua estrutura e modo de abordagem.

A empresa assume um modelo de relatório próprio, em que inclui determinados itens ao relatório sempre que aplicáveis à descrição do sítio e dos trabalhos arqueológicos realizados, integrando simultaneamente os requisitos obrigatórios estipulados no actual RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 15.º, 1)⁷. A Neoépica procede por norma à entrega de um exemplar do relatório final à DGPC

⁷ Fonte: Conferência *Problemáticas da Arqueologia Urbana: a experiência da Neoépica*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade do Algarve, em 19.11.2015 (Consultado: 27.07.2016) e plano de metodologias de trabalhos arqueológicos da Neoépica.

para aprovação, como igualmente previsto no RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 16.º), assim como ao Dono de Obra e a todos os intervenientes envolvidos no projecto.

Deste modo, neste constam, de forma sucinta: a georreferenciação e implantação em imagem de satélite e na Carta Militar, em escala 1:25000 da área a intervir, uma ficha técnica, um breve resumo do assunto do relatório, o contexto da realização dos trabalhos e enquadramento legal e institucional da obra, a constituição da equipa, a duração e os meios de trabalho a utilizar. É também apresentada uma investigação prévia do sítio, abordando os seus enquadramentos histórico, arqueológico, geológico e geográfico, assim como eventuais trabalhos arqueológicos que tenham sido anteriormente realizadas no espaço a intervir.

São igualmente descritos os objectivos e as metodologias gerais a aplicar no decorrer dos trabalhos e na análise material e/ou de contextos identificados, bem como a descrição das actividades e as medidas aplicadas de salvaguarda e minimização de impactos sobre o património. A apresentação das ocorrências arqueológicas inclui, sempre que oportuno, pareceres técnicos de elementos da equipa acerca dos trabalhos desenvolvidos. Refere-se ainda o planeamento de eventual publicação científica e as medidas de divulgação da intervenção e dos resultados obtidos a tomar. A redacção do relatório final é concluída com a referenciação bibliográfica e respectivos anexos em que constam a documentação gráfica e a planta geral do sítio com a implantação dos espaços intervir e contextos identificados. Incluem igualmente fotografias de campo, o registo fotográfico e gráfico dos materiais considerados de maior relevância, assim como o inventário das unidades estratigráficas, as matrizes de Harris realizadas, o inventário de materiais, o desenho de campo e a respectiva Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico.

Os relatórios finais podem ser antecedidos por Notas Técnicas, Relatórios Mensais e/ou Relatórios Preliminares da intervenção arqueológica realizada. Segundo os modelos aplicados na Neoépica, estes consistem de forma sucinta, numa apresentação da ficha técnica, de uma introdução, de um capítulo reservado à descrição dos trabalhos arqueológicos efectuados até ao momento, de conclusões retiradas das ocorrências arqueológicas até então identificadas, de medidas de minimização e salvaguarda a aplicar sobre o sítio e de uma recolha bibliográfica a constar no final de cada documento. Ambos os relatórios mensais e preliminares integram igualmente nos

seus conteúdos os itens referenciados no RTA relativos à sua execução (Art.º15.º, 2 e 3).

3.4. Outras actividades

A par da realização de trabalhos arqueológicos foi igualmente proporcionada a participação em outras actividades que lhe são inerentes. Além de concederem uma maior diversidade ao plano de actividades estabelecido, constituíram mecanismos de aprendizagem, de maior familiarização com a prática empresarial e com os vários procedimentos de carácter institucional levados a cabo em intervenções arqueológicas inseridas num contexto de obra em espaço urbano (Anexo I. Fig.1).

Na sequência dos trabalhos de diagnóstico realizados na Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa) decorreu uma reunião que contou com a presença de uma representante da DGPC, Dr.ª Maria José Sequeira, de dois sócio-gerentes da Neoépica, Nuno Neto e Raquel Santos, também responsável pela coordenação científica da intervenção, da arqueóloga co-responsável de campo, Helena Pinheiro, do responsável pela fiscalização do projecto, Tiago Dores, e do representante do Dono de Obra, Vitor Chitas.

A reunião teve lugar no espaço de obra e teve como objectivos a análise geral do potencial valor patrimonial das estruturas identificadas, com especial atenção para a construção interpretada em fase de trabalhos como possível troço da muralha fernandina, localizada na sondagem 3 [311], a que já se fez referência. Procurou-se perceber o plano de implantação previsto para o elevador da futura construção, que pressupunha o assentamento sobre esta estrutura. Foram apresentados os pareceres de cada entidade nas diferentes vertentes representadas, de modo a compatibilizar os interesses patrimoniais e da obra. Decidiu-se executar uma adaptação ao projecto de obra, tendo-se determinado o assentamento de vigas nas extremidades Este e Oeste do referido troço para suporte da infraestrutura do elevador, causando-lhe assim o menor impacto possível.

No sentido de se obter uma mais abrangente e clara leitura da estrutura [311] decidiu-se ainda proceder ao desmonte parcial nos trabalhos arqueológicos subsequentes da estrutura que se encontrava adossada a Oeste, identificada como U.E. [314]. Foi também determinada a abertura de uma sondagem de diagnóstico (sondagem 7) não prevista no plano de trabalhos inicial, em alternativa ao espaço da sondagem 1, para a implantação de uma das caixas de visita de águas residuais. Estas medidas encontram-se já referenciadas no ponto 3.2.3. Em ambas as sondagens a referida instalação encontra-se dificultada pelas estruturas presentes, cuja resolução se mantém actualmente em análise.

A oportunidade de presenciar esta reunião foi, na medida do possível, bastante esclarecedora. Promoveu um primeiro contacto com um momento de trabalho arqueológico direccionado a várias outras questões que não a actuação em campo propriamente dita, em que foram reunidas as entidades competentes na concretização de um projecto de obra para discussão e formulação de medidas face à imprevisibilidade de ocorrências que caracterizam a actividade arqueológica como também de situações às quais a arqueologia se encontra susceptível e por vezes condicionada.

Além do atendimento a esta reunião, foi também proporcionada a presença juntamente a alguns membros da Neoépica, em algumas conferências no Colóquio *Entre Aljubarrota e Ceuta 1385-1415 – Dados históricos e arqueológicos recentes. Organização da secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa). A presença neste Colóquio além de permitir uma maior familiarização relativamente a alguns trabalhos recentemente desenvolvidos acerca da temática.

4. O ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E NORMATIVO DAS PRÁTICAS ARQUEOLÓGICAS

«No entanto, não será nossa obrigação, como já alertava Philip Barker, concentrar energias no estudo do património arqueológico passível de ser irremediavelmente destruído? Temos que garantir a qualidade deste trabalho, já que nem sempre uma má intervenção é melhor que nenhuma.»
(CARNEIRO, 2003, p.115)

4.1. O acompanhamento arqueológico

A implementação de uma “nova” vertente na “Arqueologia de Salvamento” essencialmente no início do presente século (BUGALHÃO, 2008, p.219) implicou a ocorrência de renovações à prática arqueológica urbana, nomeadamente a diversificação das actividades realizadas (ALMEIDA, 2007, pp. 103-104; LEMOS, 2006, pp.15-20; RAPOSO, 2003, p.58). Nesta sequência, desenvolveram-se extraordinariamente os trabalhos de acompanhamento arqueológico de obras públicas e privadas (LEMOS, 2006, p.16, MADEIRA, 2011, p.11).

No novo quadro de actuação arqueológica, a cidade de Lisboa, comparativamente às restantes cidades portuguesas, veio nos últimos anos a ultrapassar significativamente as demais em nível da quantidade de trabalhos realizados, predominando actualmente a prática arqueológica urbana numa perspectiva preventiva. Conforme os dados estatísticos disponíveis são possíveis verificar que sensivelmente entre 2006 e 2013, Lisboa veio a representar cerca de 10% da actividade arqueológica

nacional e desde 2001 a integrar aproximadamente 21,2% dos arqueólogos no mercado de trabalho (Anexo IV. Figs. 97, 98 e 99) (BUGALHÃO, 2008, p.219; 2014⁸).

Ainda em Lisboa, até 2000 apresentou-se uma percentagem de trabalhos de escavação de 73%, de 25% de acompanhamento arqueológico de 1% para prospecção e levantamentos e 1% para outro tipo de trabalhos desenvolvidos. Desde 2001, veio a indicar-se cerca de 24% para a realização de escavações arqueológicas, de 72% de acompanhamento arqueológico, de 3% para prospecção e levantamentos e 1% para outras actividades realizadas (Anexo IV. Fig. 100) (BUGALHÃO, 2008, p.219; 2014). Perante os dados consultados, observa-se, deste modo, um predomínio na execução do acompanhamento arqueológico, cujo crescimento observado ocorreu, assim, aquando a sua integração dos referidos procedimentos preventivos. Pode-se deste modo afirmar, que se trata «assim de um tipo de trabalho reabilitado pela prática da arqueologia preventiva» (BUGALHÃO, 2011, p.26).

As primeiras manifestações de acompanhamento arqueológico remontam aos primeiros anos do século XXI (BUGALHÃO, 2008, p.220), sem registo exacto identificado da sua primeira realização (SILVA, A. M., 2005, p.460), efectuados nos âmbitos “de implantação ou recuperação de infraestruturas básicas” (BUGALHÃO, 2008, p.220, 2014), bastante frequentes em meio urbano (Anexo IV. Fig. 101).

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico ainda se encontram bastante desenquadrados no seu panorama geral. No que se refere ao seu enquadramento legal, este manifesta uma aparente necessidade de uma melhor adequação ao tipo de trabalho e respectivas atribuições. A sua realização, como de qualquer outro trabalho arqueológico, é actualmente regulamentado por três normas basilares e fundamentais à sua execução: o PDM (PDML, no caso em questão) (Anexo IV. Fig. 102), o RTA e a Lei de Bases do Património Cultural. Contudo, parece ainda não se encontrar expressa de forma concreta a sua definição em qualquer documento legal, o que vem a dificultar a determinação da sua terminologia e, conseqüentemente, o seu plano de actuação. Pode, de um modo geral, apenas proceder-se à interpretação de referências ou a um subentendimento da implicação da sua prática em directivas gerais relativas ao património arqueológico e às práticas preventivas (SILVA, A. M., 2005, pp.429-460).

⁸ *Arqueologia de Lisboa: balanços e perspectivas*. Comunicação no Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia. 21 de Maio de 2014. Disponível em:

http://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas
(Consultado: 20.06.2016)

Esta reduzida explicitação documental acaba em algumas situações por conduzir a uma certa e inevitável dificuldade e “flexibilidade” na sua interpretação, que se tem vindo a tentar colmatar pela entidade tutelar, na interpretação do estipulado nas leis normativas e numa aplicação algo distinta pelas entidades responsáveis (SARRAZOLA, 2006, pp. 23-27).

No RTA de 1999 a execução de trabalhos de acompanhamento arqueológico seria abrangida pelo Art.º3.º, sendo integrados nas intervenções de Categoria C, englobando todas as «acções preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados (...)». Neste artigo não é identificada qualquer indicação concreta aos contextos de realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico, o mesmo acontece no Art.º 2.º referente à definição de trabalhos arqueológicos (SARRAZOLA, 2006, p.24; SILVA, A. M., 2005, p.460).

A actual Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro) bem como os seus fundamentos da Convenção de La Valleta parecem estar em grande parte relacionada com os enquadramentos normativos europeus (Directivas 85/337/CEE, de 27 de Junho e 97/11/CE, de 03 de Março) relativos ao princípio «poluidor-pagador» e à lata integração do conceito importado da perspectiva Ambiental no Património Arqueológico e suas repercussões nesta legislação (ALMEIDA, 2007, p.104; MADEIRA, 2011, p.11; SARRAZOLA, p.24, 2006). Contudo, à semelhança do observado no antigo RTA (Decreto-Lei n.º270/1999, de 15 de Julho), verifica-se um lapso jurídico na não explicitação do acompanhamento arqueológico ou de qualquer outro trabalho equivalente como a obrigatoriedade da sua realização e os contextos que a requeiram (LEMOS, 2006, p.17).

A Lei n.º 107/2001 prevê, numa óptica preventiva, a estipulação de um conjunto de deveres a cumprir pela entidade promotora, pública ou privada, no que respeita à salvaguarda e à minimização de impactos sobre os patrimónios cultural e ambiental bem como aos suportes financeiros dessas mesmas acções (Lei n.º107/2001, de 08 de Setembro, Art.º 6.º, 14.º e 79.º; Resolução da Assembleia da República n.º71/97, Art.º6.º) (BUGALHÃO, 2011, p. 37; CARNEIRO, 2003, p.129-130; SARRAZOLA, p.24, 2006).

De modo a exemplificar brevemente situações resultantes de equívocos da definição de acompanhamento arqueológico refira-se uma questão levantada acerca do

Art.º15.º, 6, *alínea c)* do PDML de 1994⁹ «quanto ao carácter permanente, temporário ou periódico do acompanhamento por técnicos especializados» a aplicar nas duas áreas de potencial valor arqueológico previstas no ponto 1 do mesmo artigo. Nomeadamente referentes à área delimitada pela muralha fernandina e a área abrangida pelo Bairro da Mouraria, referente à Área de nível 1 de intervenção e à Área de nível 2 de intervenção, a designada «restante área urbana condicionada» (Decreto-Lei n.º94/94, de 29 de Setembro) (SARRAZOLA, 2006, p.25). A Circular do IPA de 10 de Setembro de 2004, acabou por vir a apresentar uma definição de acompanhamento arqueológico considerada suficientemente esclarecedora sobre o cerne geral da sua realização: «As medidas de minimização de carácter geral contemplarão, necessariamente, o acompanhamento arqueológico de obra, o qual deverá ser sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações do solo realizadas na cidade de Lisboa», admitindo ainda no decorrer da abordagem «a presença de um ou mais assistentes de arqueólogo sob a coordenação directa de um arqueólogo», em caso de ocorrência de várias frentes de obra em simultâneo (SARRAZOLA, 2006, p.25).

Nesta perspectiva parece satisfatória a concepção geral de acompanhamento arqueológico, sugerida por António Silva: «O acompanhamento arqueológico é um trabalho arqueológico sujeito a licenciamento oficial (...) e que terá de ser dirigido por um arqueólogo devidamente habilitado. Contrariamente, ao que por vezes possa pensar-se, o acompanhamento arqueológico não implica necessariamente apenas a presença de um arqueólogo em campo. Por vezes há necessidade de dispor de uma equipa com vários arqueólogos ou assistentes, quer devido à extensão do projecto ou ao número de frentes de obra em execução, quer pela necessidade de efectuar registos mais detalhados (tomada de medidas, desenhos, implantação topográfica, etc.).» (SILVA, A. M., 2005, p.462).

Consequentemente, também a definição do trabalho de acompanhamento arqueológico proposta nas Recomendações de Caderno de Encargos de Arqueologia

⁹ À sua elaboração ter-se-á previamente pressuposto na Lei n.º13/85, de 06 de Julho a concretização de um documento legislativo «cautelar específico que contemplasse as diversas situações» arqueológicas presentes no subsolo urbano (Art.º40, 2). Este assume como principais objectivos a gestão, o planeamento do espaço arqueológico e as formas da sua actuação em meio citadino, constituindo um importante mecanismo de salvaguarda do património arqueológico no que refere ao ordenamento do território, como previsto na norma mencionada (BUGALHÃO, 2008, p.228; BUGALHÃO, 2011, p.32; REAL, 1991, pp.15-18, 2003, p.89; SILVA, 1999, p.230).

formuladas pela APA se mostra adequada. Tanto uma sugestão como outra pouco se distanciam do indicado pelo IPA. A APA sugere a realização de «acompanhamento de todo o tipo de trabalhos que possam afectar informação arqueológica existente no solo, subsolo ou em meio submerso (mobilizações de terreno, desmatação, dragagens ou outros). O acompanhamento consiste na permanência a tempo integral do arqueólogo na frente de obra em causa com registo da informação (ou ausência dela) revelada pela execução dos trabalhos (inclui todo o tipo de acções decorrentes, desde a caracterização das realidades identificadas, afectadas, acções de limpeza, desmatação e sinalização)» (APA, 2008, pp. 3-4).

Por outro lado, o actual PDML, com repartição em três Áreas de Nível Arqueológico, prevê a realização do acompanhamento arqueológico em Área de Nível III (Aviso n.º 1162/2012, de 30 de Agosto, Art.º 33.º, 1, *alínea a*), 3). Porém, a sua actuação pode sofrer pontuais ajustes, devidamente aprovados pela entidade tutelar, conforme os tipos de obras a acompanhar e sempre que os contextos em presença o justifiquem. Este tipo de trabalhos pode igualmente ser realizado em Áreas de Nível I e II, geralmente referentes a trabalhos de escavação em área e de sondagens arqueológicas, respectivamente (Art.º 33.º, 1, *alíneas b) e c*), 4 e 5, respectivamente) (Anexo IV. Figs. 102 e 103). A sua realização decorre em grande maioria em projectos de implantação e renovação de infraestruturas, os mais frequentes na cidade, como o acima referido, nos quais o procedimento de trabalhos de acompanhamento se mostra mais adequado e eficaz¹⁰.

A supervisão destas obras por entidades competentes pode evitar significativas consequências em eventuais vestígios arqueológicos, funcionando, de uma forma genérica, muitas das vezes como um método de sondagem e prospecção, dada a extensão e dinamismo de uma área como Lisboa (BUGALHÃO, 2008, pp.220-222), ao facultar condições propícias à investigação do sítio alvo de acompanhamento através, por exemplo, da realização de sondagens de emergência (SARRAZOLA, 2000, p.58).

O actual RTA concede, de um modo geral, um maior enquadramento às actuações preventivas face ao documento de 1999, incluindo a realização de acompanhamento arqueológico na definição dos trabalhos arqueológicos (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º2.º, *alínea g*)). A sua realização parece, contudo, ainda não se mostrar suficientemente explícita na contextualização dos seus âmbitos de

¹⁰ Exemplo do acompanhamento arqueológico realizado em período de estágio na Calçada do Carmo escrito no ponto 3.1.

concretização. Já no que se refere ao enquadramento dos trabalhos arqueológicos (Art.º3.º), a descrição feita na referida Categoria C mostra-se mais completa, subentendendo-se a realização de trabalhos de acompanhamento.

No designado Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Julho) é igualmente previsto a execução de trabalhos de acompanhamento arqueológico no decorrer de obras ou intervenções diversas em bens culturais classificados ou em vias de classificação e ainda, de património móvel integrado em bens culturais imóveis, geralmente integrados nas áreas de Nível I ou II do PDML. Contudo, a sua explicitação não parece ser muito clara, referindo apenas a obrigatoriedade da realização de acompanhamentos destas obras por entidades competentes, indicada nos artigos 2.º e 8.º, no qual se manifesta novamente o princípio do “poluidor-pagador”. Expressa apenas na secção relativa à realização de trabalhos arqueológicos (15.º) a eventual integração da componente arqueológica nos trabalhos executados sobre o património classificado ou em vias de classificação, não especificando a natureza ou contextos da sua actuação. Restringe-se neste artigo, à referência da adopção das normas regulamentares de trabalho arqueológico estabelecidas na respectiva legislação na eventualidade da sua concretização.

Igualmente quanto às normas de actuação em campo reflecte-se de igual forma alguma necessidade na fomentação técnico-metodológica deste tipo de trabalho. No seguimento do parecer do IPA de 10 de Setembro de 2004, acima referido, relativo ao enquadramento do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental e no qual se realizou uma breve referência aos trabalhos de acompanhamento arqueológico, o assunto foi debatido e reflecte-se em alguma bibliografia.

Refira-se a abordagem de António Silva, que constata em primeiro lugar as diferentes perspectivas de actuação deste tipo de trabalho por cada entidade promotora, individual ou colectiva de arqueologia, o que dificulta o estabelecimento de uma padronização metodológica (SILVA, A. M., 2005, pp.459-460).

A concretização de um acompanhamento arqueológico, em síntese, tem por objectivo, como acção preventiva, a identificação e o registo de vestígios arqueológicos que permitam uma certa descrição da dinâmica ocupacional do sítio intervencionado. A sua realização actua, de certo modo, em alternativa aos trabalhos de prospecção arqueológica, que não se desenvolvem em espaço citadino propriamente dito, no sentido de registo e caracterização arqueológica da área urbana. Os trabalhos de acompanhamento arqueológico, talvez mais que as intervenções de sondagem e de

escavação em área, assumem um carácter significativamente intrusivo. Estes pressupõem o decurso de uma obra e de uma escavação mecânica do solo ou operada por profissionais de outras áreas. Esta escavação é, então, acompanhada pelo arqueólogo, que observa a movimentação e características dos sedimentos durante todo o processo e identifica eventuais vestígios arqueológicos existentes (SILVA, A. M., 2005, pp.460-61).

No caso em que a afectação do potencial arqueológico pela obra seja reduzida, poder-se-á recorrer ao acompanhamento arqueológico como único procedimento preventivo a efectuar. Este pode eventualmente vir pressupor um desenvolvimento dos trabalhos para sondagens ou escavações arqueológicas, conforme a importância das realidades identificadas. A possibilidade da ocorrência destes procedimentos deverá ser de conhecimento geral de todos os envolvidos no projecto. O acompanhamento arqueológico pode igualmente ocorrer na sequência de trabalhos de escavação ou de sondagem, já em fase final de trabalhos, de modo a detectar eventuais vestígios arqueológicos que possam surgir no decorrer dos processos de revolvimento de terras (SILVA, 2005, pp.460-61).

«A minimização de impactes negativos dos empreendimentos entre os quais se compreendem os que podem afectar vestígios arqueológicos caracteriza actualmente a boa execução e os padrões de qualidade de grandes empresas. Os projectistas e as empresas de construção deveriam partilhar de uma legítima satisfação e “orgulho” do arqueólogo pelo salvamento de informação ou de vestígios que sem acompanhamento arqueológico poderiam perder-se irremediavelmente, para prejuízo de toda a comunidade.» (SILVA, A. M., 2005, p.467). A imprevisibilidade do desenlace de um acompanhamento arqueológico constitui evidentemente uma das suas principais características, sobretudo num contexto urbano como Lisboa, no qual o planeamento de todo um processo de acção pode ser algo arriscado, uma vez que é difícil prever o surgimento ou, sobretudo, a relevância de eventuais ocorrências arqueológicas (SILVA, A. M., 2005, pp.461-462). Tal facto constitui uma preocupação para as entidades promotoras, uma vez que a importância dos achados pode vir a influenciar o decurso ou, em ocasiões excepcionais, a viabilidade do projecto (SILVA, A. M., 2005, pp.467-468).

São igualmente nestes momentos que a capacidade de gestão, decisão e de negociação do arqueólogo deve ser aplicada, assim como o diálogo e a sensibilização face aos trabalhos a concretizar. Também a capacidade de cooperação mútua em contexto de obra constituem pontos-chave na conciliação de todos os interesses patentes

(MADEIRA, 2011, pp.4-5; SARRAZOLA, 2010, p.58; SILVA, A. M., 2005, pp. 467-468; SILVA, A., 1985, p.8). Esta posição constitui um mecanismo de desmistificação da percepção da Arqueologia como “empata obras”, desenvolvida nos últimos anos (ALMEIDA, 2008, p.146).

A realização de um acompanhamento arqueológico deve pressupor sólidas bases teóricas e metodológicas, adequadas às especificidades do seu plano de actuação (SILVA, A.M., 2005, p.461). Perante a ausência de um normalizado plano de actuação geral, é importante destacar o modelo particular de actuação elaborado pelo GAU¹¹, que constituiu uma experiência a ter em consideração para a arqueologia das grandes cidades. A intervenção realizada encontrou-se inserida num abrangente contexto de trabalhos arqueológicos que implicaram a realização de escavações, sondagens e extensos trabalhos de acompanhamento arqueológico em vários pontos da cidade, realizados por entidades do GAU e por empresas privadas (SILVA, A. M., 2005, pp.462-463).

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico, realizados no âmbito de projectos de requalificação da Sociedade Porto 2001 (2001-2002), incidiram essencialmente sobre arruamentos e espaços públicos, tendo essencialmente em vista uma renovação infraestrutural da cidade. As equipas de Arqueologia foram distribuídas pelos polos de actuação ao longo da cidade, constituídas por 2 a 3 elementos. Procedeu-se com estrita regularidade a dois tipos de registo: um de carácter mais geral, a partir de um registo diário dos trabalhos realizados no solo (Anexo IV. Fig. 104) e dos resultados obtidos. Realizou-se também um registo mais específico das actividades desenvolvidas nos vários pontos da área em intervenção e das ocorrências arqueológicas identificadas. Procedeu-se igualmente a uma descrição sumária do espólio e posterior conciliação com os respectivos registos gráficos e fotográficos, assim como a uma análise do seu valor patrimonial e contextualização no espaço intervencionado (SILVA, A. M., 2005, pp.462-464).

Estes registos mais detalhados constaram em fichas designadas de “Observação” (Anexo IV. Fig. 105), formuladas especificamente para a identificação de ocorrências arqueológicas consideradas de interesse ao longo da intervenção. Estas fichas foram

¹¹ O Gabinete de Arqueologia Urbana (GAU) da Câmara Municipal do Porto desempenha funções no campo da arqueologia desde a década de 80 do século XX na cidade do Porto em diversos domínios, de forma articulada ao principal fundamento da sua actuação, «a gestão, salvaguarda e divulgação do património arqueológico urbano». Destaca-se ainda a realização de actividades desenvolvidas no âmbito da divulgação e uma «área de “projectos especiais” para finalidades específicas.» (SILVA, A., 2000, p.130).

numeradas sequencialmente conforme os arruamentos em que surgiram os vestígios registados, procedendo-se seguidamente à descrição da natureza da obra desenvolvida no local em questão bem como de todas as realidades arqueológicas existentes, desde estruturas a depósitos estratigráficos. Nestas fichas constou ainda uma sucinta caracterização «do espólio recolhido, para indicação dos registos associados (desenho e/ou fotografia) e por uma avaliação do interesse/afecção arqueológica dos elementos observados, numa escala compreendida entre os termos *Nulo*, *Reduzido*, *Médio*, *Grande*.» (SILVA, A.M., 2005, pp.463, 465-466). O anexo contínuo da respectiva informação cartográfica de cada evidência de interesse arqueológico identificado no decorrer dos trabalhos veio a constituir um dos princípios fundamentais desta metodologia (SILVA, A.M., 2005, p.463).

Estas fichas de “Observação” correspondem, *grosso modo*, às fichas específicas de acompanhamento arqueológico e listagens de U.E. indicadas em tópicos de abordagens anteriores, sendo contudo mais elaboradas e pormenorizadas. A realização de registos e descrições sistemáticas permitem uma eficaz contextualização espacial e até cronológica de muitos vestígios identificados, a partir de uma contínua organização dos dados, cujo tratamento permitiu ainda uma determinação das áreas de risco e uma estimativa do potencial arqueológico em algumas áreas da cidade, o estabelecimento de cronologias, entre outros dados (SILVA, A.M., 2005, p.463).

A metodologia concebida pelo GAU, direccionada a um acompanhamento arqueológico complexo pelo seu enquadramento de execução, revela a utilidade de uso de uma metodologia normalizada, adequada e articulada com os contextos de actuação, permitindo ultrapassar os conceitos que comumente caracterizam a actual prática do acompanhamento arqueológico. Este tipo de trabalho é considerado, de um modo geral, exclusivamente preventivo, vocacionado para a aplicação de medidas de salvaguarda sobre eventuais vestígios que possam surgir (SILVA, A.M., 2005, p.463).

A importância do desenvolvimento de acompanhamentos arqueológicos manifesta-se gradualmente nos resultados obtidos na sua realização, não só em contexto urbano, como rural. Desenvolvidos ao abrigo de um cuidado e adequado plano de actuação aos âmbitos de trabalho a concretizar. A sua realização tem permitido identificar uma significativa quantidade de ocorrências arqueológicas, sobretudo no decorrer de projectos de obra, bastante frequentes em meio urbano (BUGALHÃO, 2011, p.26). Consequentemente deve-se, pois, procurar abandonar a tendência para a subalternização frequentemente atribuída aos acompanhamentos arqueológicos e

determinar esta prática como uma intervenção arqueológica individual, inserida numa “Arqueologia Preventiva” e dotada de princípios metodológicos próprios (BUGALHÃO, 2011, pp. 25-26; SILVA, A.M., 2005, pp.460-461).

4.2. A sondagem de diagnóstico manual

A sondagem arqueológica constitui, à semelhança do acompanhamento arqueológico, uma intervenção arqueológica como uma acção preventiva, igualmente inserida na Categoria C do RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º3.º, *alínea c*). A sua realização em âmbito preventivo decorre frequentemente em contexto urbano, essencialmente em âmbito de projectos de construção de imóveis e de infraestruturas diversas ou de reabilitação de antigos edifícios, que implicam contínuos trabalhos de revolvimento dos subsolos.

A par da sondagem de diagnóstico manual poderão ser igualmente realizadas sondagens de diagnóstico mecânicas. Estas são desenvolvidas de um modo um pouco menos recorrente, em contextos em que se pressupõe a presença de uma estratigrafia composta por estratos de época contemporânea que apresentem uma reduzida relevância na compreensão dos contextos arqueológicos existentes, como explicitados nos planos metodológicos da Neoépica. Poder-se-á recorrer igualmente à sua aplicação em terrenos de extensas dimensões, em que é desconhecida qualquer presença de vestígios arqueológicos. A utilização de meios mecânicos no processo de diagnóstico decorre numa perspectiva de uma identificação mais rápida das ocorrências arqueológicas que possam existir na área em reformulação¹².

A sondagem de diagnóstico distingue-se da escavação em área essencialmente por se tratar de uma pontual confirmação e avaliação prévias de eventuais ocorrências arqueológicas presentes no subsolo. A realização destas intervenções arqueológicas em meio urbano parte essencialmente de uma análise preliminar do já identificado potencial

¹² Por motivos de coesão com a abordagem determinada no presente relatório, esta forma de sondagem não será desenvolvida.

arqueológico da área em que se insere o projecto a concretizar, bem como de uma adequação da intervenção perante o contexto de trabalhos (BICHO, 2006, p.145; LEMOS, MARTINS, 1992, pp.93-94, SILVA, A., 1985, pp.5-7).

Neste âmbito a realização de uma sondagem de diagnóstico poderá indistintamente prever aspectos fundamentais numa primeira caracterização dos níveis de preservação e de interesse do sítio em questão, seja numa vertente de investigação, de minimização de impactos ou de salvamento. A sua concretização pressupõe a identificação da «extensão de um horizonte arqueológico» ou o reconhecimento de estratigrafia de um sítio e respectiva relevância (BICHO, 2006, pp.145-152). No início da segunda metade do século XX Sir Mortimer Wheeler previu a finalidade dos trabalhos de sondagem, considerada, de um modo geral, «como escavações de controlo (*Control Pit*)». Estas pressuporiam essencialmente como génese da sua execução «providenciar ao investigador um mínimo possível de remeximentos do nível, e poder antecipar a natureza e possível dimensão das camadas que se encontram a ser escavadas pela equipa. É um vislumbre para o futuro» (BICHO, 2006, p.147).

Esta breve descrição aplicar-se-ia genericamente a um sítio arqueológico a ser posteriormente intervencionado em maior área. Contudo, esta descrição pode, de uma forma adequada, ser aplicada no âmbito de trabalhos arqueológicos desenvolvidos em meio urbano, pelo seu carácter de diagnóstico e, conseqüentemente, pelo estabelecimento de formas de actuação a aplicar em possíveis ocorrências arqueológicas de um sítio. A partir de um diagnóstico prévio na área a intervencionar é possível imediatamente identificar, nesta fase de análise preliminar, o potencial arqueológico do sítio, que poderá dar ou não aso ao alargamento da área do sítio intervencionado ou a proceder-se a uma escavação em área (BICHO, 2006, p.145)¹³. Esta percepção do trabalho de sondagem de diagnóstico encontra-se bastante vinculada e estabelecida na actual prática arqueológica, constituindo a intervenção de diagnóstico uma das principais actividades arqueológicas actualmente realizadas no âmbito de acção preventiva (BUGALHÃO, 2011, pp.219-222).

No que respeita à explicitação e caracterização das sondagens arqueológicas nos princípios regulamentares do património arqueológico, parece não se verificar de forma expressa na descrição de trabalhos arqueológicos, no que se refere à Lei n.º13/85, de 06

¹³ A escavação em área não será igualmente alvo de particular abordagem no presente ponto de desenvolvimento, tendo sido apenas referenciada a título de um breve enquadramento e sucinta definição do trabalho de sondagem.

de Julho e n.º107/2001, de 08 de Setembro (Art.º37.º e 77.º respectivamente). São apenas indicados os processos de prospecção e escavação, pressupondo-se um enquadramento da eventual execução de sondagem no plano de trabalhos arqueológicos estipulado. Já o RTA de 1999 (Decreto-Lei n.º270/99, de 15 de Julho), como também o de 2014 (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro), referem de forma clara as sondagens arqueológicas entre os tipos de trabalhos arqueológicos a realizar (Art.º2.º, em ambos). No Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Julho) é referenciado o carácter arqueológico das obras ou intervenções a realizar em bens de interesse patrimonial, no artigo 35.º, bem como o princípio do “pagador-poluidor” no artigo 37.º. Contudo, não se alonga nesta breve referência nem são discriminados os tipos e enquadramentos de trabalhos arqueológicos a afectar.

Relativamente ao actual PDML, como referido, prevê actualmente três áreas de potencial arqueológico, cuja realização de trabalhos de sondagem comumente se subentende aos espaços integrados na Área de Nível Arqueológico II (Aviso n.º 11622/2012, de 30 de Agosto, Art.º 33.º, 1, *alínea b*), 3) (Anexo IV. Fig. 102). Como também mencionado, poderão ocorrer pontuais adequações dos trabalhos aos sítios intervencionados, pelos contextos arqueológicos identificados e enquadramentos da sua realização. Importa nesta sequência destacar uma importante medida municipal tomada por Lisboa com a constituição de uma Comissão de Avaliação de Projectos no âmbito da ARU¹⁴ (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, Art.º50.º).

O estabelecimento de uma relação de cooperação directa entre esta Comissão e a DGPC terá vindo a tornar o processo de avaliação de impactos entre a Arqueologia e os planos de urbanização mais dinâmicos e efectivos. Através desta ligação procura-se, de um modo geral, contribuir para um concílio entre as motivações e necessidades patrimoniais e dos projectos a realizar. Consideram-se neste processo as áreas de valor patrimonial onde se inserem os contextos a intervir, nomeadamente a sua inclusão em áreas de ZEP, de Planos de Pormenor, de Planos de Urbanização, de PDM, entre outras. Constam também os processos de classificação e inventariação que as

¹⁴ Toda a cidade consolidada de Lisboa, à excepção das áreas recentemente urbanizadas, grandes equipamentos e cemitérios, integram a designada Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Lisboa desde 26 de Abril de 2012, enquadrada nos planos de Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU). A actuação destes organismos prevê um conjunto de medidas estratégicas a implementar na cidade de modo a torná-la, em suma, mais activa, competitiva, inclusiva e dinâmica. Dados disponíveis em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana> (Consultado: 10.08.2016)

respectivas áreas podem apresentar e, posteriormente, a definição das mais adequadas formas de actuação arqueológica a aplicar¹⁵.

O estabelecimento da inicialmente designada «rescue archaeology» (SILVA, R.B. DA, 1999, p.232), inserida numa perspectiva de recuperação, valorização e salvaguarda das cidades destruídas no contexto pós-guerra, deparou-se com uma necessidade imperativa de formulação e enquadramento dos objectivos e planos de intervenção a um novo, particular e exigente objecto de estudo: a cidade. A emergência deste contexto de actuação arqueológica contribuiu em grande medida para o desenvolvimento da actualmente reconhecida “Arqueologia Urbana”, cuja dinâmica e complexidade da área em estudo em muito pouco se assemelha a outras realidades intervencionadas (SILVA, 1985, A., pp.7-8; SILVA, R.B. DA, 1999, pp.232-239). A partir deste momento desencadeou-se, de uma forma genérica, uma sequencial corrente de princípios e formulações metodológicas de escavação, cuja descrição detalhada não cabe aqui abordar (BICHO, 2006, p.51; MADEIRA, 2011, pp.3, 6-9; MARTINS, RIBEIRO, 2009/10, pp. 152-154).

Entre as várias perspectivas fomentadas, destaca-se no seio da actual prática arqueológica os fundamentos metodológicos pressupostos por Philip Barker (BARKER, 1986) quanto a um novo método de escavação em área e de Edward Harris (HARRIS, 1979, 1989) no que se refere a mecanismos de registo das sequências estratigráficas de acordo com a sua disposição natural. Este processo de registo foi essencialmente caracterizado pela introdução dos reconhecidos princípios de UEA e de “interface”, bastante patentes na prática de escavação actual (BICHO, 2006, pp.180-18; MARTINS, RIBEIRO, 2009/10, p.154).

Ambos os princípios foram, de um modo geral, estabelecidos a partir do desenvolvimento das propostas outrora realizadas por Wheeler (WHEELER, 1954) e por Kenyon (KENYON, 1961) (CARANDINI, 1997, pp.49-54; HARRIS, 1989, pp.11-13; RIBEIRO, 2001, p.30). A determinada altura foi desenvolvida uma relação de complementaridade entre os dois fundamentos, um em nível de escavação dos solos e outro de identificação e registo das ocorrências manifestadas, que acabou por resultar na formulação de um único processo metodológico de escavação que actualmente predomina e estabelece os princípios de trabalho na maioria das intervenções arqueológicas realizadas.

¹⁵ Informação complementada com as informações disponíveis no *site* da CML (Consultado: 18.08.2016).

De forma bastante genérica o processo metodológico prevê uma escavação através de uma sucessiva desmontagem das U.E. num processo inverso ao da sua formação, fazendo-se a remoção dos estratos conforme as suas características e sucessões naturais. A aplicação deste procedimento permite obter uma leitura mais clara e coerente dos ritmos das sobreposições deposicionais observadas e respectivas realidades cronológicas a que estas se referem. Permite também, através da definição de planos estratigráficos horizontais, devidamente cotados e sobrepostos entre si, como P. Barker propôs (BARKER, 1977, pp.71-95, 113-139), e verticais do espaço intervencionado, partindo do conceito de secção cumulativa por este estabelecido e posteriormente desenvolvidos por E. Harris (HARRIS, 1989, pp.56-64) e A. Carandini (CARANDINI, 1997, pp.27-36). Ambos os planos são fundamentalmente estabelecidos a partir de uma correcta e precisa delimitação de “interfaces”, possibilitando obter e registar a globalidade da dinâmica estratigráfica (HARRIS, 1989, pp.11, 54-68).

Simultaneamente à remoção dos depósitos, individualizados em U.E., são atribuídas numerações sequenciais e infinitas conforme a ordem da sua identificação. As unidades são registadas e individualizadas de acordo com as suas características naturais, nomeadamente a cor, a textura, a compacidade e a composição dos sedimentos. São ainda identificadas as relações com outras unidades ou interfaces (BICHO, 2006, pp. 180-185; CARANDINI, 1997, pp. 27-36, 43-101; GUERRA, 1982, pp. 8-10; 1983, pp.8-10; HARRIS, 1989, pp. 34-39, 109-137; RIBEIRO, 2001, pp.28-34).

As unidades estratigráficas constarão em listagens/fichas específicas de U.E. preenchidas em campo, onde serão devidamente identificadas, sucintamente descritas e indicadas as relações físicas entre si e o seu enquadramento no espaço de intervenção. A correlação entre os estratos é posteriormente convertida em diagrama sequencial (“Matriz” de Harris), no qual são representadas de forma esquemática as complexas relações estratigráficas (de sucessão, de igualdade e de equivalência / contemporaneidade) entre si. O agrupamento esquematizado de conjuntos de U.E., ou seja, de ocorrências arqueológicas e dos respectivos períodos de ocupação, permitirá uma leitura mais prática e coerente das realidades arqueológicas apresentadas e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma sequência cronológica e estratigráfica mais fiável (BICHO, 2006, pp.180-185; GUERRA, 1982, pp.8-10; 1983, pp.8-10; RIBEIRO, 2001, pp.30-33) (Anexo IV. Figs. 106 e 107).

Em contexto urbano, esta organização e interpretação de dados torna-se uma tarefa bastante mais desafiante e complexa, dificultada pela constante identificação de

estratigrafias invertidas, acompanhadas por solos continuamente revolvidos e pela presença de inúmeros contextos infraestruturais (HARRIS, 1989, pp.122-123; MADEIRA, 2011, pp.3-4). Estes factores, entre tantos outros característicos de uma intervenção urbana, dificultam, de um modo geral, a leitura e compreensão da sua diacronia espacial, sobretudo numa cidade como Lisboa, cuja importância temporal e extensão espacial é acompanhada por uma contínua estratificação arqueológica do território (BICHO, 2006, p.176; BUGALHÃO, 2008, p.220, LEMOS, MARTINS, 1992, pp. 93-94; SILVA, A., 1985, pp. 7-8). Porém, o conhecimento do espaço arqueológico, através da realização de trabalhos de diagnóstico, possibilita, igualmente, uma maior ponderação e mais adequada aplicação das metodologias de escavação a utilizar, essencialmente quando estes se desenvolvem em área (BICHO, 2006, p.152).

No que respeita, num panorama geral, à actividade arqueológica desenvolvida em meio urbano parecem se levantar algumas ressalvas no contexto da prática de “Arqueologia de Salvamento”, nomeadamente no que respeita à aplicação de diversas metodologias de trabalho em campo. Refira-se, por exemplo, a chamada de atenção por Francisco Sande Lemos relativa a uma eventual ocorrência de um processo de pulverização de métodos provocada pela heterogeneização dos procedimentos de intervenção na cidade. A aplicação de metodologias distintas em cada intervenção viria a constituir um entrave a uma normalização metodológica no que respeita à sua prática e investigação num meio tão abrangente a nível geográfico e arqueológico. Esta heterogeneização metodológica acabaria também por se manifestar numa perda de conhecimento do sítio intervencionado, pela dispersão e redução da legibilidade e relevância da documentação produzida. Paralelamente tem-se sublinhado a inexistência de uma entidade única investida de competências, refira-se de gestão e fiscalização da actividade arqueológica, que se responsabilize e responda pelas questões patrimoniais (LEMOS, 2006, p.17).

As ressalvas quanto aos processos metodológicos de escavação parecem, passada uma década desde aquele trabalho de Sande Lemos (2006), não terem colhido largamente, talvez porque, apesar de se estar perante um contexto urbano, está-se igualmente perante uma “Arqueologia de mercado” (RAPOSO, 2003, p.58). Nesta são desenvolvidas, em grande medida, intervenções arqueológicas intercalares de um mesmo sítio por várias entidades, essencialmente empresariais, que desde o início do actual milénio vêm a integrar o maior número de equipas de arqueologia (BUGALHÃO, 2008, pp.223-224). Este facto tornaria imprescindível a realização de

uma mesma abordagem científica do espaço intervencionado, de modo a facilitar a comunicação entre os intervenientes e restantes investigadores. É, deste modo, de extrema importância a aplicação de um mesmo método basilar para a compreensão, salvaguarda e posterior reconhecimento das informações concedidas pelos sítios, independentemente da quantidade de trabalhos ou entidades que actuem sobre eles. Carecemos, segundo alguns, de uma sólida actuação de uma entidade intermediária e coordenadora, responsável pela gestão de meios, informação e a sua conversão em ferramentas de leitura e compreensão da cidade (SILVA, R.B.DA, 1999, p.238).

Factores como estes vêm a contribuir para uma instabilidade de trabalho, de produção de conhecimento e da continuidade de actividade arqueológica num sítio. Estes são acompanhados por uma «dispersão e sub-dimensionamento dos meios humanos e a sua qualificação» (SILVA, R.B.DA, 1999, p.238) e uma contrastante falta de progressão da qualidade de trabalho, em contradição com o exponencial aumento da quantidade de intervenções arqueológicas (ALMEIDA, 2008, p.146). Deve-se ainda referir a importância de uma presença permanente de pelo menos um do responsável pela intervenção arqueológica em campo que garanta a gestão, funcionamento e resposta a qualquer situação no decorrer dos trabalhos de modo a precaver a ocorrência de situações desnecessárias de perda de informação (SILVA, 1999, p.238; LEMOS; 2006, p.19).

Apesar de algumas pontuais manifestações de tentativas de criação de um modelo normativo padronizado quanto ao registo arqueológico, estas parecem ainda não se manifestar no seio científico com a intensidade necessária. Assumem-se, pois, como um possível ponto de partida à fomentação de uma concepção metodológica normalizada, aplicável em qualquer contexto de trabalho, mais concretamente desenvolvido em meio urbano¹⁶.

Além das consideradas «práticas avulsas não standartizadas» (SILVA, A.M., 2003, p.126) da “Arqueologia Preventiva”, persistem ainda intervenções arqueológicas desenvolvidas a partir de técnicas e princípios metodológicos que nos dias actuais se encontram totalmente desadequados à prática propriamente dita. É, aliás, problemática a autorização dada pela tutela para a sua aplicação, com a conseqüente perda de registos.

¹⁶ Casos exemplificativos da dissertação de mestrado com especialização em Arqueologia Urbana de Maria Ribeiro (Universidade do Minho, 2001) - *A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico*; e do sucinto manual normativo - *Recomendaciones metodológicas para el trabajo arqueológico en la ciudad de Valencia* (Ayuntamiento de Valência, 2004).

Ocorrências deste género vêm a acentuar a ineficácia sentida no nível de suportes de regulamentação e fiscalização nos mais variados campos de actuação arqueológica (SILVA, R.B.DA, 1999, pp.238-239).

Por sua vez, defende-se igualmente a aplicação de metodologias mistas de acordo com cada contexto a intervencionar, de modo a garantir uma maior eficácia da intervenção realizada, bem como o máximo levantamento possível de informações do sítio arqueológico (BICHO, 2006, p.145). A conciliação metodológica numa arqueologia praticada em meio urbano é, pois, talvez mais do que em qualquer outro contexto arqueológico aconselhável uma articulação de metodologias, tendo sempre como ponto de partida uma definição da base metodológica a aplicar (SILVA, A.,1985, p.7).

Outra questão que envolve directamente a sondagem arqueológica é o seu elevado potencial destrutivo, mesmo que efectuada manualmente revela-se um processo mais complexo e problemático a este nível comparativamente à escavação em área. Importantes factores a ter em atenção neste processo são as dimensões da sondagem e as características da sua localização espacial, bem como uma considerada apreciação das metodologias a aplicar em cada sondagem conforme as condições apresentadas (CARANDINI, 1997, p.48; BICHO, 2006, pp.148-149).

O desenvolvimento destes trabalhos de diagnóstico em espaços de tamanho reduzido poderá vir a causar alguns entraves na leitura de conjunto em plano horizontal, ao dificultar a leitura de todos os níveis estratigráficos existente no espaço de sondagem devido aos condicionalismos dos limites definidos da área a intervencionar. E ainda, pelo cingimento da intervenção a pequenas parcelas integradas em contextos específicos. Esta organização do espaço pode por vezes conduzir a uma involuntária escavação de U.E. e/ou estruturas, comprometendo de forma permanente o enquadramento estratigráfico do sítio intervencionado, requerendo em alguns casos uma maior atenção na delimitação dos níveis estratigráficos face à imprevisibilidade da presença e extensão de ocorrências arqueológicas. É, desta forma, importante procurar estabelecer um equilíbrio entre as dimensões e o nível de detalhe aquando do estabelecimento de uma sondagem de diagnóstico (BICHO, 2006, pp.148-149). Notem-se novamente os trabalhos desenvolvidos na Rua dos Bacalhoeiros no âmbito do presente estágio, no que respeita ao campo de visão das sondagens e, em determinados casos, às dimensões de pequenos sectores a intervencionar, determinados neste caso

específico em grande conta pelas constantes ocorrências estruturais identificadas no sítio.

Outra problemática relacionada com esta “Arqueologia Preventiva” e a ocorrência contínua de sondagens de diagnóstico relaciona-se com a divulgação dos seus resultados e a produção de conhecimento sobre o passado que é o objectivo da própria disciplina. De facto, já tem sido sublinhado como o acentuado aumento da quantidade e diversidade dos trabalhos realizados a partir de finais do século XX não se fez, de forma bastante evidente, acompanhar das devidas publicações (Anexo IV. Figs. 97, 98 e 109) (BUGALHÃO, 2008, pp.225-229, 2014¹⁷; SILVA, R.B.DA, 1998, pp. 47-48, 1999, pp.235-239). Em nível de tipologias de actividade, verificou-se em Portugal até ao final da década de 90 do século XX, cerca de 58% de trabalhos desenvolvidos no âmbito da investigação, de 18% em contexto preventivo, de 18% no decorrer de projectos de valorização e de 6% no que se refere a intervenções arqueológicas de salvamento. Na cidade de Lisboa até o ano de 2000, apresentou 12% de actuação a nível da investigação, 65% no âmbito preventivo, 7% em trabalhos de valorização e 16% de acção de salvamento. A partir de 2001 passou a registar-se uma prática arqueológica essencialmente de carácter preventivo, assumindo cerca de 97% da actividade exercida, apresentando apenas 3% no âmbito da investigação, 1% em trabalhos de valorização, tornando-se os valores da “Arqueologia de Salvamento” praticamente nulos (Anexo IV. Fig. 108) (BUGALHÃO, 2008, p.219; 2014).

Enquanto os contextos identificados no decorrer da esmagadora maioria dos acompanhamentos arqueológicos poderão, de um modo geral, apenas acarretar a sua divulgação através da entrega do respectivo relatório final e inserção dos resultados obtidos nas Bases de Dados de Arqueologia (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 2.º *alíneas a) e e)*) (BUGALHÃO, 2008, p.225; 2011, pp.20-22), os trabalhos de escavação em área e de sondagem arqueológica, pelo seu carácter intrusivo exclusivamente arqueológico e registos realizados, deveriam ser alvo constante e contínuo de publicação (BUGALHÃO, 2008, pp.225-229; ALMEIDA, 2008, p.147).

Os resultados das sondagens arqueológicas virão sempre a conceder um contributo ao conhecimento e preservação da dinâmica ocupacional da cidade e, mais

¹⁷ *Arqueologia de Lisboa: balanços e perspectivas*. Comunicação no Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia. 21 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas (Consultado: 20.06.2016)

concretamente, da área de actuação ou até mesmo informações que poderão conduzir à realização de intervenções arqueológicas mais abrangentes, independentemente destas serem ou não desfasadas no tempo em projectos de intervenção diversos. Porém, a verdade é que aquele significativo aumento do número de intervenções fez-se igualmente acompanhar de uma grande quantidade e complexidade de dados a trabalhar, cujas exigências de estudo e análise requerem prazos e custos que nem sempre se encontram disponibilizados (ALMEIDA, 2008, pp. 145-147; BUGALHÃO, 2008, p. 225; MARTINS, RIBEIRO, 2009-10. p. 156; RAPOSO, 2003, p.58)

Contudo, os dados concedidos nestas sondagens podem nem sempre ser suficientemente claros para um entendimento completo e imediato da sua diacronia. Por vezes a compreensão geral da dinâmica arqueológica de um sítio é determinada por uma eventual articulação e complementação entre as informações concedidas em intervenções realizadas, em momentos distintos, em sítios bastante próximos entre si, o que constitui uma das principais ocorrências que caracterizam a realização de uma sondagem arqueológica, sobretudo em contexto urbano (LEMOS, MARTINS, 1992, pp.93-94).

A sua execução em âmbitos de trabalho individuais, numa grande quantidade e dispersas pelos vários pontos da cidade acaba muitas vezes por apenas permitir uma mais completa e assertiva interpretação das realidades arqueológicas identificadas numa sondagem, realizada em determinado sítio, a certa altura aquando o desenvolvimento de outros trabalhos de diagnóstico nessa mesma área da cidade ao conceder e permitir acrescentar às informações anteriormente recolhidas uma maior quantidade de dados que permitam uma leitura mais clara e geral dos espaços intervencionados. Esta articulação entre as áreas de sondagem pode ocorrer em espaço de meses ou anos ou ainda, com uma alguma frequência, acabam por permanecer interrogações acerca das funcionalidades e/ou das cronologias dos vestígios identificados, pela restrição e pouca perceptibilidade dos dados disponíveis. Pode ocorrer ainda a possibilidade de não se detectar qualquer vestígio de interesse arqueológico que contribua para o conhecimento da ocupação cronológica e para história da cidade, o que por si, acaba por constituir um dado informativo quanto à interpretação arqueológica de determinada área (LEMOS, MARTINS, 1992, pp.93-95).

Os processos de divulgação de resultados obtidos encontram-se previstos no actual RTA, através da publicação em artigo ou monografia, Revista Portuguesa de Arqueologia e Trabalhos de Arqueologia, respectivamente (Decreto-Lei n.º164/2014, de

04 de Novembro, Art.º 17.º). Neste mesmo artigo é possível observar uma certa atenção às questões acima mencionadas - «(...) atentos os condicionalismos orçamentais (...)» (ponto 2), bem como uma certa flexibilidade de restrição da divulgação dos resultados apenas nas Bases de Dados de Arqueologia (ponto 4) e da integração de um exemplar impresso do relatório de intervenção no Arquivo da Arqueologia Portuguesa (Art.º14.º, 1), o que acaba por ocorrer com maior frequência (BUGALHÃO, 2008, pp.225-227; 2011, pp.20-21; 2014).

Acrescenta-se uma problemática que acaba por se relacionar com o desenvolvimento das análises efectuadas no decorrer da intervenção de um sítio arqueológico em publicações científicas é a gestão do espólio (IPA, 1997, p.89; BUGALHÃO, 2011, p.38). Conforme previsto na orgânica do IPA ter-se-á procedido à criação de um depósito nacional (Decreto-Lei n.º117/97, de 14 de Maio, Art.º3.º, *alínea m*)) (RAPOSO, 2003, pp.133-135, SILVA, R.B.DA, 1999, p.88). Na cidade de Lisboa veio a concretizar-se com a disposição de dois depósitos municipais em Lisboa (CAL-DPC)¹⁸. Contudo, a contínua dispersão de dados em depósitos públicos e privados que se encontram na sua generalidade sobrelotada com espólios pouco estudados ou até mesmo inéditos, acaba por dificultar o seu acesso e conseqüentemente o seu estudo e posterior divulgação. A sobrelotação destes espaços acaba frequentemente por resultar dos sucessivos levantamentos de grandes quantidades de conjuntos materiais e de um lento escoamento de espólios analisados (GONÇALVES, 2003, p.113).

Estas questões poderão ter vindo a ser acentuadas com o estabelecimento do princípio da «prioridade científica», no RTA de 1999 (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho, Art.º2.º e 11.º). Este princípio consistiria essencialmente numa primazia de investigação e tutela dos materiais levantados nas intervenções pelos arqueólogos responsáveis pelos trabalhos, mesmo que estes se encontrassem em depósito provisório até à publicação dos seus resultados (Art.º11.º, 3 e 16.º, 2). O Regulamento previa a perda da prioridade de investigação pelo arqueólogo responsável caso não cumprisse as condições estipuladas no mesmo artigo (Art.º 11.º, 1, 2, 4 e 5).

O seu conceito pareceu apresentar-se, entre alguns autores consultados, um pouco generalista e pouco concreto quanto ao seu fundamento, propósito e contextos de aplicação (LAGO, 2003, pp.100-101). O termo “prioridade científica” pode adquirir

¹⁸ Nomeadamente, em Pedrouços (freguesia de Santa Maria de Belém, Lisboa) e no Bairro do Rego (freguesia de Avenidas Novas, Lisboa), nos quais são depositados os variados espólios levantados de diversas intervenções arqueológicas realizadas no município, sob a tutela do CAL. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/centro-de-arqueologia-de-lisboa> (Consultado: 28.08.2016)

uma suposição um pouco vaga do seu conteúdo, o que terá vindo a gerar alguns equívocos na sua interpretação, sobretudo no que respeita aos trabalhos arqueológicos realizados em âmbito empresarial, por não se encontrarem devidamente expressas as suas aplicações (CARNEIRO, 2003, p. 117). Por norma, são os espaços de gabinete e laboratório destas instituições que dão geralmente lugar ao depósito provisório dos espólios recolhidos nas intervenções realizadas, onde decorrem os processos de tratamento e elaboração do relatório arqueológico, até ao envio para a entidade depositária designada para o efeito (BUGALHÃO, 2011, pp.37-39).

O princípio de “prioridade científica” foi reiterado pelo Decreto-Lei n.º287/2000, de 10 de Novembro, que de certa forma o veio tornar mais viável, restringindo, contudo ainda a disponibilização de toda a informação de uma intervenção arqueológica à comunidade científica em geral. A perda da prioridade científica sobre os espólios arqueológicos seria aplicada pelo não cumprimento das competências atribuídas no artigo 2.º (2 e 3) do ainda antigo Regulamento (Art.º11.º).

A ocorrência de um certo incumprimento dos prazos estipulados para o depósito permanente dos espólios arqueológicos, previstos no RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º10.º, 1) contribui igualmente para uma acumulação de dados para posterior tratamento em «reservas científicas» (Art.º10.º), que segundo o estipulado no mesmo artigo, deveria implicar a perda da reserva dos materiais (Art.º10.º, 3), o que por norma não ocorre. Os conjuntos materiais permanecem em reserva científica, quer se encontrem em depósito provisório, quer sob a tutela do director científico da intervenção (Art.º10.º, 1 e 18.º, 4). Também uma generalista postura de “pertença” dos sítios e da sua documentação por parte de alguns investigadores e as fragilidades das entidades tutelares bem como das suas orgânicas e dos documentos normativos do património cultural, que mostram em alguns momentos alguma ineficácia na fiscalização das normativas, vêm a contribuir para uma maior dificuldade de estudo e gestão dos acervos materiais (ALMEIDA, 2007, pp.102-104; ALMEIDA, 2008, pp.147-148, 151-152; BUGALHÃO, 2008, p.229, 2011, pp.37-41, 2014¹⁹; LEMOS, 2003, pp.49-55, 2006, pp.16-20, SILVA, 2003, pp.123-127).

¹⁹ *Arqueologia de Lisboa: balanços e perspectivas*. Comunicação no Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia. 21 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas (Consultado: 20.06.2016)

Acrescenta-se a já mencionada «mercantilização da arqueologia», caracterizada por alguns autores numa perspectiva genérica de prazos, orçamentos e obtenção de lucros como garantia de subsistência (GONÇALVES, 2003, p.112), integrada por entidades enquadrante e contratante (Decreto-Lei n.º164/2014, Art.º 2.º, *alíneas b) e c)*), as quais se encontram sob a abrangência do referido princípio do “poluidor-pagador”. Este fundamento, (igualmente referenciado no RTA (Art.º 2.º *alíneas b) e c)*, 5.º, 6 e 6.º, 7, *alínea a)*, 12.º,1), passou gradualmente a suportar financeiramente parte da actividade arqueológica realizada, num âmbito da designada «Arqueologia contractual» (ALMEIDA, 2007, p.104; BUGALHÃO, 2008, pp.224-225, 2014²⁰; GONÇALVES, 2003, p.112; RAPOSO, 2003, pp.57-59).

A prática deste princípio veio beneficiar pouco a índole científica da actividade, independentemente das acções de gestão, valorização e divulgação previstas da actual Lei de Bases do Património Cultural (Art.º74.º, 3), acabando de certa forma por restringir a vertente de investigação na prática preventiva para um plano de actuação secundário (LAGO, 2003, p.142; MARTINS, RIBEIRO, p.156). Segundo alguns pontos de vista, esta dimensão, bem como os respectivos financiamentos, deve ser considerada como principal responsabilidade de instituições estatais (Universidades e Instituições de Investigação) e aos respectivos académicos e investigadores científicos (BUGALHÃO, 2008, pp.229; DINIZ, 2008, pp.25-30).

Contudo, à parte das exposições apresentadas ao longo da bibliografia consultada, deve-se igualmente frisar os esforços realizados pelas equipas responsáveis pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nestes contextos num estudo contínuo e respectivas acções de divulgação dos trabalhos desenvolvidos e publicação dos resultados obtidos. Procuram-se tomar as medidas necessárias de modo a garantir um maior enquadramento científico possível das intervenções arqueológicas efectuadas. Os estudos estatísticos realizados, nomeadamente por Jacinta Bugalhão, os mais recentes identificados registam esta realidade ainda que se tenha em atenção à impossibilidade de registo de todos os procedimentos arqueológicos efectuados a nível nacional ou sequer na extensão da cidade de Lisboa. Apesar de uma clara redução do volume de publicações produzido, sobretudo face à quantidade de trabalhos arqueológicos

²⁰ *Arqueologia de Lisboa: balanços e perspectivas*. Comunicação no Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia. 21 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas (Consultado: 20.06.2016)

desenvolvidos, é possível verificar, de certo modo, um certo esforço no sentido de divulgação e apresentação de resultados nos últimos anos (BUGALHÃO, 2014²¹) (Anexo IV. Fig. 109).

Há, naturalmente, posições ainda mais cépticas, que reconhecem uma gradual secundarização da actividade arqueológica, praticada de forma maioritariamente casuística, realizada sem o adequado enquadramento em projectos científicos de investigação, nomeadamente o acompanhamento arqueológico, constituindo essencialmente uma obrigatória parte integrante em projectos de urbanização e de outras construções (CARVALHINHOS et. al, 2003, pp.211-212; MARTINS, RIBEIRO, 2009-10, pp.159-160; SILVA, 2003, p.75). Numa procura de equilíbrio entre os interesses patententes nos âmbitos da sua concretização, raramente a prática arqueológica acaba por assumir uma posição prevalecente (SILVA, 1999, p.230), caminhando-se para um crescente distanciamento entre as designadas «Arqueologia Preventiva» e «Arqueologia de Investigação» (CARNEIRO, 2003, p.117; FABIÃO, 1999, p. 107; GONÇALVES, 2003, p.113; LAGO, 2003, pp.145-147; MARTINS, RIBEIRO, 2009/10, p.155; RAPOSO, 2003, p.59) (Anexo IV. Fig. 108).

Assim, perante todo este panorama geral sucintamente descrito, é clara a necessidade de reforçar medidas de apoio à coordenação, valorização e divulgação científica desta actividade arqueológica (MARTINS, RIBEIRO, 2009-10, pp.159-160; SILVA, R.B. DA, 1999, p.238). Os trabalhos arqueológicos deveriam ser alvo de constantes e assíduos processos de fiscalização, inventariação (BUGALHÃO, 2011, pp. 37-41) e de apoios à «investigação científica especializada» dos seus contextos (JORGE, 2000, p.11; LAGO, 2000, p.21; BUGALHÃO, 2011, p. 37) e posterior edição científica (GONÇALVES, 2003, p.113; BUGALHÃO, 2011, p.38). O retorno científico e social dos trabalhos realizados constitui um importante procedimento na realização de qualquer intervenção arqueológica. Caso contrário, mais facilmente se continua a encarar a arqueologia como um evitável estorvo, do que como um processo científico realizado a par de outros planos de actuação (CARNEIRO, 2003, pp.129-130; CARVALHINHOS, LEITÃO et. al, 2003, pp. 211-212).

²¹ *Arqueologia de Lisboa: balanços e perspectivas*. Comunicação no Seminário Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia. 21 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/9028869/Arqueologia_de_Lisboa_balan%C3%A7o_e_perspectivas (Consultado: 20.06.2016)

4.3. O tratamento de material

Os processos de tratamento de material arqueológico pressupõem, para cada etapa de trabalho, um conjunto de procedimentos previstos nos planos metodológicos de cada instituição, com pontuais adaptações na forma de abordagem de cada conjunto material, considerando as suas características gerais e os pressupostos dos trabalhos realizados.

O processo de tratamento tem início com a lavagem do espólio recolhido. Segundo o sugerido por Dias, em primeiro lugar deve-se proceder à separação e organização dos elementos arqueológicos por categorias de materiais, segundo os seus enquadramentos cronológicos e as informações indicadas nas fichas específicas preenchidas em campo. As recolhas sedimentares, de argamassas, de carvões e de elementos botânicos devem ser etiquetadas e acondicionadas em espaços adequados para posterior estudo científico (LIMA et. al, 2015²²). Em seguida, procede-se à lavagem dos materiais arqueológicos, cujos procedimentos devem adequar-se aos diversos tipos. Esta pode ser realizada em tanques de água corrente (DIAS, 2013, pp.107-109) ou em cubas ou baldes de plástico de modo a evitar a perda de material (LIMA et. al, 2015).

O processo de lavagem deve ser sempre auxiliado por escovas de dentes de cerdas macias, de forma a remover a sedimentação envolvente. No caso das cerâmicas aconselha-se a sua utilização nas laterais dos fragmentos para remoção dos resíduos que permanecem nas fracturas. A lavagem superficial destes fragmentos deve ser realizada, de um modo geral, com recurso a pincéis ou a «escovas de tipo para sapato com cerdas macias» (DIAS, 2013, pp.107-108). Quanto aos artefactos líticos deve assumir-se um maior cuidado na lavagem dos materiais de reduzidas dimensões, recomendando-se a utilização de uma peneira com espaçamento de cerca de dois milímetros, de modo a que não ocorra perda de material (DIAS, 2007, p.107).

²² O artigo é apresentado em formato digital de forma sequencial, sem paginação. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/gestao-e-documentacao-de-acervos-arqueologicos-o-exemplo-utilizado-no-lap-uneb--2> (Consultado: 21.08.2016)

Aos espólios vítreos, osteológicos e metálicos não é aconselhada a sua lavagem. Nos primeiros deve-se proceder à passagem a seco de um pincel ou de uma escova de cerdas macias sem exercer fricção. O contacto com a água é desaconselhável aos vestígios osteológicos, devido à sua absorção e possível criação de fungos, recorrendo-se igualmente à remoção de excessos de sedimento através de escovas e de algodão humificado com álcool (DIAS, 2013, p.108). Por fim, os materiais metálicos exigem uma maior atenção nos métodos de tratamento. Nestes são utilizadas com maior regularidade escovas de cerdas de aço, que permitem a remoção da sujidade e oxidação da peça, bem como a aplicação de meios mecânicos, que se revelam ser mais eficazes sobretudo na limpeza das concavidades das peças (DIAS, 2007, p.108). A estes processos acrescentam-se ainda os procedimentos químicos (por exemplo, por decapagem) que podem ser aplicados nesta fase de tratamento (COSTA, 1999, pp.1-2).

Após a limpeza e lavagem dos materiais procede-se à sua secagem, realizada normalmente ao ar livre, com a disposição dos materiais em suportes identificados (DIAS, 2013, p. 107). Pode-se igualmente efectuar uma secagem natural no interior do espaço de laboratório, com a disposição dos materiais em “papel metro” (LIMA et. al, 2015²³). A secagem dos materiais vítreos e osteológicos é, de um modo geral, recomendada em ambientes distintos daqueles, pois não devem ser expostos directamente à luz solar. O mesmo se aconselha relativamente aos materiais metálicos, que devem beneficiar de condições climáticas propícias à sua secagem e conservação prevenindo a ocorrência de nova oxidação (DIAS, 2013, p.108; COSTA, 1999, pp.3-4). A secagem de materiais pode realizar-se também dentro de estufas climatizadas (LIMA et. al, 2015) apesar de ser mais rápida é pouco recorrente, devido aos elevados custos de aquisição e manutenção.

Enquanto alguns parecem sugerir o início da inventariação com a marcação imediata das peças logo após a secagem (DIAS, 2013, pp.107-1019), outros aconselham a colocação dos espólios em novos sacos de plástico até ao seu processo de triagem e análise (LIMA, et. al, 2015). Este último processo é comumente realizado, sobretudo em contexto empresarial, dados os acervos materiais recolhidos provenientes de uma grande quantidade de intervenções arqueológicas realizadas.

²³ O artigo é apresentado em formato digital de forma sequencial, sem paginação. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/gestao-e-documentacao-de-acervos-arqueologicos-o-exemplo-utilizado-no-lap-uneb--2> (Consultado: 21.08.2016)

Concluídas estas tarefas precedentes procede-se então à inventariação dos materiais. Esta encontra-se estipulada na Carta de Malta (1992, Art.º 2.º) e na legislação que nela se inspira, nomeadamente as Leis de Bases do Património Cultural português (Lei n.º 13/85, de 06 de Julho, Art.º 19.º e Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, Art.º 19.º). Estas preveem a explicitação do carácter de todo o espólio levantado em trabalhos arqueológicos como património nacional (Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, Art.º 74.º, 1 e 2), ao qual são conferidas as devidas acções de protecção e valorização, aplicadas a sítios e monumentos patrimoniais (Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, Art.º 75.º). Algumas destas disposições encontram-se referenciadas no anterior (Decreto-Lei n.º 270/1999, de 15 de Julho, Art.º 16.º) e no actual RTA (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 18.º). Nos dois documentos é indicada a obrigatoriedade da realização de um anexo ao relatório técnico-científico, contendo um inventário geral dos espólios recolhidos em cada intervenção (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho, Art.º 13.º, *alínea i*); Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 15.º, 1, *alínea h*). Pressupõe-se a realização destes inventários pelo arqueólogo responsável pela intervenção arqueológica (ALMEIDA, 2006, p.33), sendo os vestígios artefactuais os únicos elementos materiais representativos de uma realidade já desaparecida, sendo alvo de enquadramento espacial, caracterização e catalogação (ALMEIDA, 2006, p.30).

A elaboração das Normas Gerais de Inventário de Arqueologia²⁴ veio a apresentar alguma particularização na abordagem dos espólios arqueológicos, formulando um plano de análise, com especificação e descrição dos campos de estudo a aplicar nos conjuntos materiais. Ainda que este preveja a sua utilização em peças reservadas à musealização, o modelo de inventariação proposto neste documento vem a constituir um suporte metodológico normalizado à realização de inventários, podendo este, por sua vez, ser enquadrado e ajustado às diversas finalidades de inventariação de materiais arqueológicos. Apresenta conteúdos relativos à conservação, restauro, catalogação e a diversas contextualizações dos acervos materiais (IPM, 2000, pp.9-15) (Anexo IV. Fig. 110).

A utilização deste modelo de inventário não se apresentaria adequado à inventariação dos conjuntos de espólios arqueológicos provenientes de escavações,

²⁴ Sob a responsabilidade do MNA, Museu Monográfico de Conímbriga e da Direcção de Serviços de Inventário/IPM no âmbito do programa MATRIZ (Dezembro de 2000), cuja aplicação se prevê nas instituições museais abrangidas pelo IPM e sob as quais reside a tutela dos inventários realizados.

como referida pela quantidade de material e de intervenções realizadas dada a sua minuciosa e exaustiva análise individualizada de cada peça. Contudo, perante a flexibilidade dos modelos aplicados na inventariação destes materiais, decidiu-se apresentar sucintamente o plano sugerido pelo IPM referente às medidas gerais de inventário de acervos arqueológicos uma vez que além de constituir uma base firme de estudo e um modelo normalizado, indica vários procedimentos aplicados variavelmente em qualquer processo de inventariação, como se poderá constatar a partir dos inventários já descritos, realizados no âmbito de estágio.

Face a estas questões parece oportuna a citação de Luís Raposo e Virgílio Correia na elaboração do regulamento de inventário – «Provavelmente será impossível (ou desaconselhável) inventariar todo o material recolhido, por exemplo, em escavações arqueológicas feitas sob metodologias modernas. (...) deve ser criado um sistema de registo e recolha própria da escavação» (IPM, 2000, p.23). Ao considerar-se, por exemplo, a atribuição individual de um número de inventário a cada peça em contextos de extensas recolhas de materiais arqueológicos, maioritariamente fragmentados, levantam-se «questões de variadas ordens» quanto à eficácia e rentabilidade de tempo e recursos de trabalho (IPM, 2003, p.3).

As marcações dos materiais devem ser essencialmente realizadas com tinta-da-china, preferencialmente à superfície, de modo a que esta não seja visível nem interfira na leitura da peça. Caso o fragmento não disponha de uma área suficiente para inscrição ou aqueles que, pelas suas características, não permitem marcação directa, dever-se-á proceder à sua identificação com etiquetas em papel “acid-free” com a indicação do número de inventário nas respectivas unidades de acondicionamento. A inscrição deverá ser inserida após a passagem de uma fina camada de verniz, de forma legível, em pequenas dimensões, com materiais não intrusivos na peça e que garantam a sua reversibilidade (IPM, 2000, p.33-35).

Uma metodologia de inventariação indicada a aplicar em contextos de escavação sugere uma marcação bastante personalizada para cada tipo de espólio, recorrendo a diversos materiais e processos de identificação específicos para cada tipo de conjunto (DIAS, 2013, pp.106-108). Nesta refere-se a necessidade de realização de pesagem de todos os fragmentos em grandes acervos materiais através de balanças de precisão, bem como um minucioso registo de medidas das peças (largura, altura, espessura e quando necessário, de diâmetro) e um registo fotográfico ilustrativo de todo o acervo, inserido no documento de inventário (DIAS, 2013, p.109). A aplicação destes processos

apresenta-se, contudo, algo dificultada ao tratamento de materiais provenientes de escavações arqueológicas em contexto urbano, sobretudo quando a sua realização se encontra submetida a prazos apertados.

A execução deste inventário encontra, numa fase anterior e maioritariamente sem precedente em espaço museológico, uma realização mais objectiva e simplificada nos laboratórios de empresas e outras instituições de arqueologia. Nestes contextos as numerações atribuídas consideram geralmente apenas a numeração de inventário, de forma sequencial, a referência interna do sítio intervencionado e, sempre que se requeira, do contexto arqueológico proveniente (IPM, 2000, p.23-26). A realização de um inventário pode efectuar-se segundo formas de abordagem distintas, tendo em conta as características e quantidade dos materiais recolhidos. A formulação e adequação dos modelos de trabalho por cada instituição respondem igualmente a uma calendarização de trabalhos também estipulada. Procura-se continuamente estabelecer um equilíbrio entre rapidez e eficácia na execução dos trabalhos (BUGALHÃO, 2011, p.38; RAPOSO, 2003, p.58). Refira-se, a título exemplificativo, a adequação dos modelos de inventariação efectuada nos processos de inventariação da Rua Azeredo Perdigão (Peniche) e no Palácio Conde Barão de Alvito (Lisboa), anteriormente apresentados.

Outro procedimento de inventariação que merece referência é o processo de classificação tipológica e formal das peças em inventário, que através de um estudo preliminar das suas técnicas, formas e materiais construtivos é possível ser realizado um enquadramento cronológico das mesmas e, conseqüentemente uma datação mais assertiva dos contextos de que provieram (BICHO, 2006, pp. 193-209, 419-421).

Após a finalização e anexo do inventário ao relatório final, envio e aprovação pela entidade tutelar, os conjuntos materiais já inventariados são acondicionados para depósito permanente, juntamente com toda a documentação relativa à intervenção. Estes permanecem em depósito temporário, conforme o estipulado no RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º10.º e 18.º). Em âmbito empresarial, os espólios permanecem sob a tutela provisória da empresa responsável pelos trabalhos arqueológicos e pelo tratamento dos materiais recolhidos. Veja-se como exemplo, o caso prático dos procedimentos aplicados pela Neoépica, em que os materiais inventariados permanecem depositados em gabinete até à conclusão do seu estudo, quando o caso, ou até à aprovação do relatório final, após a qual são entregues à respectiva entidade competente.

No que se referem aos indicados depósitos provisórios e reservas científicas continuam a levantar-se algumas questões. Pode-se, por exemplo, destacar a permanência dos materiais, frequentemente já tratados e acondicionados, em depósitos provisórios. A ocorrência de um certo incumprimento dos prazos de depósito estipulado no actual Regulamento (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º10.º), apesar do previsto quanto à sua prorrogação (Art.º10.º, 2), acaba por conduzir a uma saturação e a uma usufruição menos eficaz dos espaços, que constantemente assistem a um volume de deposição de materiais bastante superior face à quantidade escoada, já referida (GONÇALVES, 2003, p.113). Contudo, as implicações que suportam estas questões de sobrelocação dos espaços, sejam estes de carácter provisório ou permanente, bem como as fragilidades de fiscalização de todo o processo de actuação arqueológica pela tutela (ALFARO, REAL, 2006, p.11; BUGALHÃO, 2011, p.38-39) remetem para assuntos mais complexos da prática arqueológica portuguesa, que vão bastante além da abordagem do presente relatório.

4.4. O relatório técnico-científico

A finalização de qualquer trabalho arqueológico decorre com a redacção de um relatório final. Trata-se de uma necessidade consagrada desde 1964, na Carta de Veneza, nomeadamente no artigo 16.º, relativo à documentação e publicação dos trabalhos de conservação, restauro e escavação de monumentos e sítios. Refere-se o seu acompanhamento por documentação elaborada de forma sucinta, em formato de relatórios analíticos e descritivos, devidamente ilustrados com desenhos e fotografias. Nestes prevê-se a apresentação de todas as fases dos trabalhos, bem como dos elementos técnicos e científicos referentes ao decorrer das intervenções, estipulando-se os locais de depósito dos dados recolhidos para consulta pública, bem como a recomendação da publicação dos resultados obtidos em cada intervenção.

Ao abrigo desta primeira documentação internacional e perante uma aparente não explicitação na Lei de Bases do Património Cultural (Decreto-Lei n.º 107/2001, de

08 de Setembro), o relatório arqueológico encontra-se actualmente estipulado de forma detalhada no RTA (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro). Este preconiza a redacção de três tipos de relatórios distintos (progresso, preliminar e final) (Art.º 14.º). À excepção do relatório final, que assume um carácter obrigatório aquando da finalização de qualquer tipo de intervenção arqueológica, os demais documentos não se encontram descritos em qualquer documento regulamentar. A elaboração destes relatórios pode ser requerida em âmbitos distintos no decorrer de qualquer trabalho arqueológico nas diversas Categorias expressas no Regulamento (Art.º 3.º). Tomem-se como exemplos os projectos que impliquem um acompanhamento arqueológico de obra num período de vários meses, nos quais podem ser exigidos relatórios de progresso. O estabelecimento de medidas de salvaguarda e de minimização de impactos sobre o património após a finalização dos trabalhos de diagnóstico é normalmente requerido sob a forma de relatórios preliminares.

As normas estipuladas na redacção dos relatórios são aplicadas em todos os trabalhos arqueológicos. No que respeita aos conteúdos a constar no relatório, estes são integrados nos modelos formulados por cada instituição, uniformizados segundo o indicado no RTA. O Regulamento actualmente em vigor (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro) ressalva a maior parte do estipulado no seu precedente (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho), nomeadamente no que se refere ao local de arquivo do relatório, à designação e explicitação de cada tipo de documentação requerida, às suas aplicações, ao formato e aos prazos de entrega (Art.º 14.º, 1 e 4), respectiva aprovação e entidades responsáveis pela sua avaliação (Art.º 16.º, 1) e redacção (Art.º 5.º, 3). Constan igualmente os conteúdos a abordar (Art.º 15.º), as sanções aplicadas em situações de não entrega (Art.º 14.º, 5) e não aprovação contínua do relatório (Art.º 16.º, 3), bem como as condições de reformulação de conteúdos (Art.º 16.º, 2). São ainda indicados os processos de publicação e divulgação dos resultados obtidos a realizar e respectiva inserção nas Bases de Dados de Arqueologia (Art.º 10.º e 17.º), bem como o anexo de outras informações consideradas de relevo pela direcção científica.

Contudo, em breve comparação de ambos os Regulamentos verificam-se algumas pontuais alterações que vieram de um modo geral, a clarificar a interpretação das normas a seguir, através de uma explicitação algo mais detalhada. As particularidades do novo Regulamento pretenderão uma adequação à actual prática predominante de “Arqueologia Preventiva” em contexto urbano (LEMOS, 2006, p.17).

O enquadramento do sítio passou a exigir uma mais minuciosa contextualização espacial, bem como dos achados arqueológicos identificados (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º15.º, *alíneas a), ii) e i), ii)*). Demanda-se, igualmente, uma explicitação mais detalhada quanto ao registo documental, gráfico e fotográfico dos vestígios identificados (Art.º 15.º, *alíneas d), g), h), i), j), k), l)*), incorporando o estipulado em circulares de 12 de Agosto de 2010 e 27 de Dezembro de 2011 relativas à documentação fotográfica a constar em relatórios arqueológicos e a entregar em formato digital, respectivamente.

Ainda no que respeita aos trabalhos preventivos e em meio urbano parece observar-se também algum reforço na abordagem de minimização de impactes sobre o sítio arqueológico (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 15, 1, *alínea m)*, 2., *alínea b) viii)*, 3., *alínea d)*). No anterior RTA apresentava-se expresso o período de dois anos após o término dos trabalhos arqueológicos caso se tratasse de intervenções em espaço urbano para entrega de toda a informação arqueológica obtida (depósito de espólio, relatório final, entre outros dados) e de um ano para os restantes trabalhos (Decreto-Lei n.º270/99, de 15 de Julho, Art.º 7.º, 1 e 2). O prazo de um após a finalização dos trabalhos veio a ser aplicado pelo novo RTA a todos os contextos de escavação para a entrega do relatório final (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 14.º, 2, *alínea a)*). Ao depósito dos espólios foi estabelecido igualmente neste documento à data de término da intervenção, o período de cinco anos para os trabalhos realizados no âmbito das Categorias A e B e de três anos nas Categorias C e D (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 18.º, 4).

A integração de uma Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro, Art.º15.º, 1, *alínea l)*) (Anexo IV. Fig. 111), já integrada no anterior RTA no relatório final veio a constituir um mecanismo de auxílio à coordenação e fiscalização da prática arqueológica por parte das entidades competentes. A apresentação em síntese neste documento das informações relativas à intervenção arqueológica veio a contribuir para uma maior eficácia dos procedimentos de actualização, georreferenciação e inventariação dos sítios intervencionados na cidade nas respectivas Base de Dados (Endovélico e Portal do Arqueólogo, Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º 2.º, *alíneas a) e e)*).

O processo de inventariação de sítios arqueológicos em Portugal veio a ganhar um maior impulso na década de 80 do século XX com o intuito da realização de uma “Carta Arqueológica de Portugal”, a partir da elaboração de um inventário manual que

era realizado, de uma forma sucinta, através da elaboração de fichas descritivas diversas acerca do sítio arqueológico, que incluíam informações de carácter científico, técnico, administrativo e legal (BUGALHÃO, LUCENA, 2004, p.175). A efectiva informatização destas informações, em finais de 1995 com a fomentação de um Sistema de Informação e Gestão Arqueológica, o Endovélico veio a permitir a georreferenciação dos sítios intervencionados a partir de um acesso às informações através de um SIG.

Este sistema veio a constituir uma das principais ferramentas de trabalho do IPA a partir de 1997, aquando a sua constituição (Decreto-Lei n.º117/97, de 14 de Maio) que veio a desempenhar um papel activo no campo de acção preventiva, exclusivamente direccionado para a regulamentação e fiscalização da prática arqueológica e gestão patrimonial. À qual ficou, deste modo, reservada a coordenação das bases de dados de arqueologia. Face às responsabilidades aferidas tornou-se imprescindível a este novo organismo o reconhecimento da realidade arqueológica nacional assim como «desenvolver interfaces eficazes com a comunidade científica e a sociedade civil» numa gestão da actividade numa óptica preventiva (BUGALHÃO, LUCENA, 2004, pp.175-176). Neste sentido, o cumprimento do dever da elaboração do relatório arqueológico assume igualmente uma importância no que respeita à actualização contínua das bases de dados e consequentemente do mapa arqueológico da cidade.

No que se refere à legislação de bens imóveis classificados ou em vias de classificação (Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho), parece igualmente pressupor um documento descritivo das obras ou intervenções realizadas nos mesmos, apresentado sob a forma de relatórios prévio, intercalares ou finais²⁵, à semelhança do observado no RTA (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro).

A verdade é que a normativa estabelecida no RTA não está isenta de problemas. Tem-se assinalado, sobretudo alguma fragilidade sobre o processo de avaliação dos relatórios de trabalhos arqueológicos realizados nos centros históricos urbanos. Perante um contexto tão complexo e delicado, considera-se que se deveria proceder à determinação de um organismo autónomo, devidamente creditado, que procedesse a uma avaliação de relatórios arqueológicos em espaço urbano a partir de um conjunto de critérios específicos destinados a esse efeito (LEMOS, 2006, pp.19-20). Crê-se que o desenvolvimento desta medida resultaria numa significativa melhoria da qualidade dos relatórios caso os arqueólogos estivessem cientes de que a documentação produzida no

²⁵ Nomeadamente, os artigos 3.º a 5.º, 11.º, 13.º a 15.º, 17.º a 19.º, 32.º e 33.º.

decorrer dos trabalhos seria submetida a uma avaliação externa. Possivelmente estes passariam a ser direccionados e dotados de uma maior especialização para os trabalhos realizados em meio urbano, nos quais se pressuporia uma abordagem mais particularizada dos aspectos técnico-científicos dos vestígios e contextos intervencionados, do valor arqueológico das áreas envolventes, bem como das potencialidades, fragilidades e riscos a que o património urbano se encontra frequentemente submetido (LEMOS, 2006, p.20).

Proceder-se-ia, em suma, a uma segunda análise e avaliação geral dos processos adoptados e dos resultados de cada intervenção em património urbano. Sugere-se uma avaliação com uma periodização regular, de carácter bianual, de forma a assumir igualmente uma incidência sobre relatórios já aprovados pela tutela do património cultural, o que permitiria simultaneamente determinar as habilitações nesta temática e o nível de eficácia deste organismo (LEMOS, 2006, p.20).

Noutra perspectiva, os estudos estatísticos efectuados por Jacinta Bugalhão quanto à evolução da arqueologia portuguesa nas últimas décadas (cerca 1980-2010), permitem constar um panorama de maior regularização e cumprimento das bases normativas relativas ao relatório arqueológico. Esta melhoria terá assentado no apoio estruturante do RTA, as iniciativas da tutela de maior envolvimento nos planos da prática arqueológica e as medidas de incentivo à regularização documental das intervenções (BUGALHÃO, 2011, pp. 23; 31-33). Além disso, pode-se considerar que a questão dos “relatórios em atraso” passou gradualmente a assumir uma menor expressão comparativamente a fases anteriores, relacionada com o estrondoso aumento de intervenções realizadas (BUGALHÃO, 2011, p.23).

Indica-se ainda como um factor de maior regularização dos relatórios, a implicação, de um modo geral, da sua entrega para remuneração integral dos trabalhos realizados (BUGALHÃO, 2011, p.23). Parte do pagamento dos trabalhos arqueológicos em contexto de projectos de obra passou a estar dependente da finalização do processo de diagnóstico e da aprovação do respectivo relatório. Ainda que o atraso na entrega de relatórios de escavação continue a ocorrer com alguma frequência, parecem continuar, todavia, a ser concedidas autorizações de novos trabalhos a arqueólogos que não procedem à entrega do respectivo relatório técnico-científico dentro dos prazos estipulados, ao desencontro do legalmente estipulado no RTA (BUGALHÃO, 2011, p.23).

O relatório realizado no final de cada intervenção não deveria constituir uma última fase de abordagem do sítio intervencionado, mas um ponto de partida para o desenvolvimento de um estudo contínuo e posterior publicação e divulgação dos resultados obtidos ao público. Este pressuposto do relatório de escavação parece não ter vindo a obter a efectivação devida, o que acaba por se manifestar pela quebra de publicações científicas registada nos últimos anos, como já abordado (BUGALHÃO, 2011, p.24). O acompanhamento do relatório por um inventário contendo um estudo preliminar dos espólios recolhidos (Decreto-Lei n.º164/2014, de 04 de Novembro, Art.º15.º, 1, *alínea h*) terá vindo constituir uma base de trabalho para a continuação da análise do sítio. O anexo deste inventário veio igualmente a complementar um pouco mais o relatório como um primeiro passo à investigação do sítio arqueológico e um possível mecanismo auxiliar de resolução de algumas das problemáticas mencionadas quanto à gestão e análise dos acervos materiais (ALMEIDA, 2006, pp.31-35) (Anexo IV. Fig. 107).

A não elaboração de um relatório arqueológico, além de constituir uma grave contra-ordenação quanto ao estipulado legalmente, constitui um significativo lapso e entrave a todo o processo de valorização e divulgação da informação gerada pelo sítio intervencionado, seguido de uma inadequada abordagem de conteúdos na sua redacção. Num âmbito mais problemático registam-se pontuais situações em que a sua redacção nunca chega a ocorrer. Estas decorrem na sequência de intervenções arqueológicas realizadas sem a solicitação da devida autorização (BUGALHÃO, 2011, p.24-25, LEMOS, 2006, p.17, 19-20). É um caminho que, esperamos, a arqueologia portuguesa queira cada vez menos trilhar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de estágio e posteriormente do respectivo relatório responderam, em grande medida, ao inicialmente previsto com a sua opção como componente não-lectiva do presente ciclo de formação académica. Pode considerar-se que as motivações que conduziram à sua realização foram de um modo geral, concretizadas. Constituiu uma diferente e bastante gratificante experiência de aprendizagens diversas, num âmbito de actuação arqueológica totalmente diferente daquele experienciado até ao momento, através da realização de diversas actividades que integram o trabalho do arqueólogo, desde a actuação em campo aos trabalhos de gabinete.

A realização das actividades propostas foi sempre apoiada e acompanhada por todos os elementos das equipas responsáveis por cada trabalho. O espírito de cooperação patente entre os seus membros contribuiu de forma significativa para uma melhor aprendizagem e concretização das tarefas propostas. Também a preocupação manifestada por parte dos coordenadores de estágio da Neoépica em proporcionar, sempre que possível, os ambientes apropriados à aquisição e desenvolvimento de técnicas e conhecimentos metodológicos e logísticos de escavação e de noções acerca do funcionamento da prática empresarial, contribuíram para concretização dos objectivos estipulados a cumprir nesta etapa.

Também os enquadramentos e a natureza das intervenções realizadas formularam um excelente contexto de aprendizagem, quer pela complexidade arqueológica característica do seu meio de actuação, como pelo âmbito envolvente da sua prática. Os particularismos que caracterizaram o plano de acção de estágio vieram a apresentar desafios e contextos de trabalho que incitaram o desenvolvimento de alguns conhecimentos e uma percepção da actual prática arqueológica. Em nível das tarefas desempenhadas em campo permitiram ainda um maior enriquecimento da compreensão da dinâmica ocupacional de uma área de Lisboa através da participação em escavações de contextos arqueológicos algo distintos, relativamente próximos a nível geográfico na actual planta da cidade (Anexo III. Fig. 8).

Todos os sítios intervencionados, nomeadamente o Palácio Conde Barão de Alvito, em edifícios localizados na Avenida da Liberdade, no Pátio do Tronco e na Rua

das Portas de Santo Antão, bem como na Rua dos Bacalhoeiros e na Calçada do Carmo no que se refere ao trabalho de acompanhamento arqueológico, se encontram localizados na zona do Centro Histórico da cidade, integrados em áreas de valor patrimonial reconhecido. Os espaços alvo de escavação arqueológica apresentam, em suma, uma semelhança a nível cronológico no que respeita a uma predominante presença de realidades de período contemporâneo e moderno, sobretudo remontante, esta última, à fase pré-terramoto, que se manifestam à sua forma em cada um destes sítios.

No Palácio Conde Barão de Alvito foi possível identificar uma longa diacronia ocupacional, compreendida entre a pré-história recente e a época contemporânea, com ocorrência de um período sem ocupação entre o período tardo-romano e o moderno (século XVI). Esta sequência cronológica foi de um modo sucinto, registada por um paleosolo pouco rico em materiais, por contextos estruturais e funerários de cronologias romana republicana e tardia que permitiam alguma recolha artefactual. A ocupação do sítio foi igualmente caracterizada por uma grande quantidade de contextos de despejo, por pisos e por construções modernas referentes às funções anteriores dos edifícios, enquadráveis na sua globalidade entre os séculos XVII e XVIII, com manifestações em alguns pontos da intervenção dos séculos XV e XVI. Verificaram-se ainda, no geral, níveis sedimentares e diversos vestígios contemporâneos de estruturas associadas às últimas actividades do sítio.

Por outro lado, observou-se uma homogeneidade das ocorrências arqueológicas identificadas em todos os espaços intervencionados no conjunto de edifícios implantados na Avenida da Liberdade, no Pátio do Tronco e na Rua das Portas de Santo Antão. Apresentou realidades materiais e estruturais bastante idênticas em todas as sondagens realizadas, à excepção da sondagem 7, cujos vestígios identificados parecem estar, numa primeira análise, possivelmente associadas à actividade metalúrgica. Nas restantes sondagens verificou-se uma primeira ocorrência caracterizadas por materiais e contextos contemporâneos identificando-se em algumas situações estruturas associadas às construções dos actuais edifícios. Registaram-se ainda construções maioritariamente de época pré-pombalina, entre os séculos XVII e XVIII.

Na Rua dos Bacalhoeiros destacou-se imediatamente um massivo surgimento de pisos argamassados, sobrepostos entre si, em praticamente toda a extensão das áreas intervencionadas. Registou-se, assim, uma escassez de sedimento para escavação e de material associado a estas estruturas, dificultando a sua datação e definição das suas

funções. Sobressaiu ainda a robusta e maciça construção identificada na sondagem 3 que pelas suas dimensões e elementos construtivos bem como pela sua localização geográfica, leva a pressupor, a partir da leitura de uma primeira fase de trabalhos arqueológicos, se tratar de um troço correspondente ao traçado da antiga muralha fernandina.

No que se refere ao acompanhamento arqueológico realizado na Calçada do Carmo, conforme descrito no ponto 3.1., trataram-se essencialmente de trabalhos mecânicos realizados em solos já revolvidos por obras anteriores, não se detectando qualquer ocorrência arqueológica, procedendo-se apenas aos respectivos registos da realidade identificada.

Relativamente ao trabalho de gabinete foi possível acrescentar à experiência adquirida até ao momento alguns procedimentos quanto ao processo de tratamento de material arqueológico, desde a sua lavagem, inventariação e interpretação dos dados com a realização do inventário completo dos espólios da Rua Azeredo Perdigão (Peniche). A partir da execução deste inventário foi possível constatar os contextos de despejo cerâmico de período romano republicano e alto-imperial (I a.C. e I) identificados no decorrer da escavação, pela presença predominante de material anfórico. Registaram-se ainda ocorrências materiais de época moderna (séculos XVII e XVIII). Contudo, ainda que não seja clara a sua funcionalidade, pressupõe-se que o sítio intervencionado se trate de uma área associada à actividade portuária. Procedeu-se ainda ao auxílio de parte da inventariação dos conjuntos de artefactos recolhidos no Palácio Conde Barão de Alvito, cujos contextos materiais e enquadramentos de escavação foram em vários momentos descritos no presente relatório. Também o apoio na elaboração de relatórios técnico-científicos concedeu uma perspectiva mais abrangente do processamento dos trabalhos numa fase última fase de uma intervenção arqueológica.

Os objectivos estipulados assumiram uma mais completa concretização através da complementação da vertente prática de estágio com a redacção do respectivo relatório, a partir da abordagem e inserção de cada actividade realizada, de uma forma sucinta e muito genérica, mas suficiente para a compreensão do seu estado actual nos respectivos enquadramentos legislativos e metodológicos. Pode-se considerar que as principais dificuldades sentidas na sua redacção passaram pela selecção da informação a tratar e na objectividade nas exposições dos diversos autores ao longo da consulta bibliográfica, sobretudo no que respeita às questões em torno da prática da AU.

Foi possível identificar e compreender ao longo desta pesquisa algumas questões salientadas e debatidas por vários autores relativamente aos processos metodológicos aplicados em meio urbano, como às reiteraões e fragilidades dos suportes regulamentares vigentes, da instabilidade da Tutela e insuficiência dos restantes organismos responsáveis pela gestão e valorização do património cultural. E ainda, apontamentos quanto aos enquadramentos da prática arqueológica num âmbito empresarial e consideradas consequências da sua predominância no mercado de trabalho bem como de uma crescente secundarização da ciência num plano de actuação maioritariamente preventivo (ALMEIDA, 2008, pp.145-153; BUGALHÃO, 2011, pp. 19-2; CARVALHINHOS et. al, 2003, pp.211-212; LEMOS, 2006, pp.15-21; SILVA, R.B.DA, 1999, pp.229-240).

Em balanço geral, a elaboração deste relatório constituiu uma tarefa algo desafiante e esclarecedora, a qual, juntamente à experiência prática, permitiu adquirir e consolidar diversas noções e princípios gerais, essenciais à prática e regulamentação da actividade arqueológica. Constituiu igualmente um necessário e importante auxílio numa abertura de horizontes neste domínio que se apresenta, por sua vez, como uma maior possibilidade de integração no mercado de trabalho. Talvez fosse aconselhável que os formandos no domínio da arqueologia pudessem desenvolver, de forma mais activa, actividades distintas das proporcionadas no interior das faculdades no decorrer do seu percurso académico. A formação dos futuros profissionais em Arqueologia ganharia em incluir os diversos planos de actuação em que são desenvolvidos e aplicados os conhecimentos científicos, em variados contextos e de uma forma mais autónoma, permitindo adquirir competências de trabalho em contexto de imprevisibilidade e adversidades diversas que constantemente podem colocar em risco um património que, no futuro, passará a estar sob sua responsabilidade dar a reconhecer, proteger e valorizar.

6. BIBLIOGRAFIA

ESTUDOS

AA.VV. (2009) – *Regulamentos da Associação Profissional de Arqueólogos*. 2ª edição, Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos.

Disponível em: <http://www.aparqueologos.org/> (Consultado: 20.06.2016)

ALARCÃO, J. (1993-1994) – Ainda sobre a conciliação das Arqueologias. In *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º11/12. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional, pp. 211-221.

ALFARO, L.; REAL, F. (2006) – Legislação e regulamentos em preparação em 2005. In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol.1. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 9-13.

ALVES, M.; CATALÃO, S.; FONTES, L. (2010) – Arqueologia da Arquitectura em Contexto Urbano: reflexão a partir de três exemplos da cidade de Braga, Portugal. In *Arqueología de la Arquitectura*, Vol.7. Madrid: Conselho Superior de Investigações Científicas, pp. 105-128.

AMARO, C. (1999) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: exemplo do sítio arqueológico musealizado na Baixa Pombalina. In *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º17. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional, pp. 465-487.

AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; RAMALHO, M. (1994) – A baixa pré-pombalina: alguns aspectos urbanísticos. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 227-233.

ALMEIDA, M. J. DE (2006) – Património arqueológico móvel: (des) enquadramento na actual legislação portuguesa. In: *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol.1. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 29-36.

ALMEIDA, M. J. DE (2006) – Coleções de arqueologia em autarquias: reflexões a partir de um inquérito promovido pela APA. In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol.1. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 37-57.

ALMEIDA, M. J. DE (2007) – A arqueologia para os arqueólogos: reflexões sobre a organização sócio-profissional dos arqueólogos em Portugal. In *Al-Madan*, Série II, n.º15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 101-104.

ALMEIDA, M. (2008) – Proteger apesar do IGESPAR, IP: A arqueologia portuguesa num instituto sem competências de arqueologia... Nem de património histórico. In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol. 3. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos, pp. 145-153.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE AQUEOLOGIA (2009) – Estatuto da Associação Profissional de Arqueólogos. In *Regulamentos da Associação Profissional de Arqueólogos*, 2.^a edição. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos, pp. 3-16.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE AQUEOLOGIA (2009) – Código Deontológico da Associação Profissional de Arqueólogos. In *Regulamentos da Associação Profissional de Arqueólogos*, 2.^a edição. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos, pp. 17-24.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE AQUEOLOGIA (2009) – Regulamento disciplinar da Associação Profissional de Arqueólogos. In *Regulamentos da Associação Profissional de Arqueólogos*, 2.^a edição. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos, pp. 25-34.

AYUNTAMIENTO DE VALENCIA (2004) - *Recomendaciones metodológicas para el trabajo arqueológico en la ciudad de Valencia*. Valência: Câmara Municipal de Valência.

BARATA, M. F. (2002) – Algumas reflexões sobre «património». In *Estudos/Património*, Vol. 3. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp.100-105.

BAHN, P.; RENFREW, C. (1996) – *Archaeology - Theories, Methods and Practice*. 2ª edição, London: Thomas and Hudson. Ltd, pp. 19-21; 24-44; 97-110; 337-477; 509-547.

BARKER, P. (1969) - Some aspects of the excavation of timber buildings. In *World Archaeology*, Vol.1. Oxford: Routledge. Taylor & Francis Group, pp. 220-235.

BARKER, P. (1977) - *Techniques of Archaeological Excavation*. Londres: Batsford.

BARKER, P. (1986) - *Understanding Archaeology Excavation*. Londres: Batsford.

BICHO, N. F. (2006) – *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70.

BRAZ, A. F.; BUGALHÃO, J.; GAMEIRO, C.; MARTINS, A. (2012-2013) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: Da intervenção arqueológica à investigação, gestão e apresentação pública. In *Arqueologia & História*, Vol. 64-65. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 191-199.

BUGALHÃO, J.; MONTEIRO, J. L.; SABROSA, A. (1994) - BCP: Rua Augusta/Rua dos Correeiros: campanha 1993/1994. In *Al-Madan*, Série II, Vol. 3. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p.110.

BUGALHÃO, J. (2008) - Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. In *Era-Arqueologia*, Vol. 8. Lisboa: Era Arqueologia S.A./Colibri, pp. 218-230.

BUGALHÃO, J. (2011) – A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. In *Arqueologia & História*, n.º 60-61. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.19-43.

CALADO, L.; PEREIRA, P.; LEITE, J. (2001) - Falando com franqueza: a salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas. In *Estudos/Património*, Vol. 1. Lisboa: [s.e], pp. 103-107.

CARANDINI, A. (1997) – *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*. Trad. castelhano e prefácio de Xavier Dupré Raventós. Barcelona: Crítica.
Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/188373196/CARANDINI-Andrea-Historias-en-La-Tierra> (Consultado: 18.08.2016)

CARNEIRO, S. (2003) – Caminhando sobre a cauda do dragão. In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 anos ds APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 115-118.

CARNEIRO, S. (2003) – Entre o Público e o Privado. Conflito e Ruptura na Arqueologia Portuguesa. In *VII Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 129-130.

CARVALHINHOS, M.; FERNANDES, L.; LEITÃO, M.; MARQUES, A.; MURALHA, J.; SILVA, R. B. da (2003) – Arqueologia em Lisboa. Passado e Futuro de uma prática. In *Actas do 4º Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: ARQA, pp. 211-212.

COMISSÃO ORGANIZADORA (org.) (2008) – 1º CPAE – Congresso Português de Arqueologia Empresarial: um contributo para reflectir e agir na Arqueologia Portuguesa. Congresso realizado nos dias 20 e 21 de Novembro de 2008, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. In *Al-Madan*, Série II, n.º16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 154.

CORREIA, V. H. (2003) – Um depoimento pessoal(íssimo). In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 anos ds APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 77 – 83.

CORREIA, V.; MARTINS, A.; RAPOSO, L. (2000) - Normas de Inventário: normas gerais – arqueologia. In Museu Nacional de Arqueologia, Museu Monográfico de Conímbriga, Direcção de Serviços de Inventário/Instituto Português de Museus (coord.), *Normas de Inventário*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, pp. 1-76.

Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>

(Consultado: 05.06.2016)

COSTA, D. M. (1999) – Limpeza e Conservação de Objectos Metálicos. In *X Reunião Científica da SAB*, Vol. 1. Porto Alegre: PUC, pp. 1-5.

Disponível em: <http://portal.arqueologiadigital.com/arqueonet> (Consultado: 20.08.2016)

COSTA, C.; DINIZ, M.; DUARTE, C.; GRILO, C.; LAGO, M.; LIMA, A.; RAPOSO, J.; TERESO, J.; VIEGAS, C.; (2014) – *Discovering the Archaeologists of Europe. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos.

DIAS, M. (2013) – Novos métodos curatoriais aplicados aos materiais arqueológicos: da intervenção ao acervo. In *Revista LEPA – Textos de Arqueologia e Património*, Vol. 1. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas Editores, pp. 103-111.

DINIZ, M.; GONÇALVES, V. (1993-1994) – Na 2ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. In *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º11/12. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional, pp. 175-187.

DINIZ, M. (2008) – Arqueologia – Divulgação – Universidade: palavras-chave para um novo contrato social. In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol. 3. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos, pp. 25-30.

Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia (2002) – Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol.5, n.º1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 277-283.

Documentação relativa à intervenção arqueológica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa (1991-1995). Consulta na biblioteca da DGPC, processo n.º S-1950, três volumes. Cota Anterior: 9011 (209) – Arqueólogos responsáveis: Jacinta Bugalhão e Clementino Amaro.

Documentação relativa à intervenção arqueológica na Praça da Figueira, Lisboa – Parque de estacionamento da Praça da Figueira (1999-2001). Consulta na biblioteca da DGPC, processo n.º S-1925, dois volumes – Arqueólogo responsável: Rodrigo Banha da Silva.

FABIÃO, C. (1989) – Para a história da arqueologia em Portugal. In *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º2. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa penélope, pp. 10 – 24.

FABIÃO, C. (1994) – Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. In *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º13. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa penélope, pp. 147-162.

FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. In *Al-madan*, Série II, Vol. 8. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp.104-126.

FABIÃO, C. (2006) – A Universidade e as empresas de arqueologia: vias para uma relação desejável. In *Era-Arqueologia*, Vol.7. Lisboa: Era Arqueologia S.A./Colibri, pp. 30-41.

GAMITO, T. (2003) – A Arqueologia: que perspectivas profissionais?. In *VII Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 137 – 150.

GASPAR, A.; GOMES, A.M.; SEQUEIRA, M.J.; SILVA, R.B.S. (1997) – Arqueologia Urbana em Lisboa. In *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia (Vila*

Real,1997), *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*, Vol. VII. Porto: Adecap, pp.53-74.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Virtudes públicas, vícios privados?*. In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 anos ds APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina. pp. 109 – 113.

GUERRA, A. (1982) - Escavar?... Sim obrigado! A resposta de Harris. In *Al-Madan*, Série I, n.º 0. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 8-10.

GUERRA, A. (1983) - Alguns aspectos de uma escavação: método, técnica e registo. In *Al-Madan*, Série 1, n.º 2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 8-10.

HARRIS, E. C. (1989) - *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London: Academic Press.

KENYON, K. (1961) – *Beginning in Archaeology*. Revised edition. Londres: Phoenix House.

LAGO, M. (2001) – O Público e o Privado – Notas para a inovação na gestão do Património Arqueológico. In *Era-Arqueologia*, Vol.4. Lisboa: Era Arqueologia S.A./Colibri, pp. 9 – 11.

LAGO, M. (2003) – Profissão: Arqueólogo (na transição do milénio) In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 95-107.

LEMOS, F. S.; MARTINS, M. (1992) – A Arqueologia Urbana em Portugal. In *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º7. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa penélope, pp. 93-102.

LEMOS, F. S. (2000) – Arqueologia Urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento. In *Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Amadora: ARQA, pp. 245 – 253.

LEMOS, F. S. (2003) – Arqueologia em Portugal, em tempo de crise. In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 anos ds APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 49-55.

LEMOS, F. S. (2006) – A Lei e a Arqueologia Urbana. In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol. 1. Porto: Associação Profissional dos Arqueólogos, pp. 15-21.

LIMA, F. S.; SANTANA, H. A.; SANTANA, J.A.B.; SILVA, G.D.; SILVA-SANTANA, C.; VIEIRA, N.S. (2014) – Gestão e documentação de acervos arqueológicos: o exemplo utilizado na LAB/UNEB In *Revista Gestão Universitária*, Vol.1. [s.l.]: [s.e.].

Disponível em:

<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/gestao-e-documentacao-deacervosarqueologicos-o-exemplo-utilizado-no-lap-uneb--2> (Consultado: 21.08.2016)

MADEIRA, S. (2011) – *A Arqueologia Urbana, subsídios para a sua compreensão*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, pp.11-16.

Disponível em:

<http://www.cm-coimbra.pt/index.php/areas-de-intervencao/urbanismo/gabinete-para-o-centro-historico/grupo-dearqueologia/item/1852-investigacao> (Consultado: 21.08.2016)

MARTINS A. C. N. (1999) – O Museu Archeologico do Carmo e a descentralização cultural. In *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º17. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional, pp. 559–595.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. (2010) – A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. In *Forum*, n.º 44-45 (2009-2010). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 149-178.

MARTINS, A. C. (2011) – António Jorge Dias (1907-1973) e a Arqueologia em Portugal. In *O Arqueólogo Português*, Série V, n.º1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional, pp. 329-357.

MARTINS, A. C. (2012) – Em busca do tempo perdido: a protecção arqueológica em Portugal e em Espanha (1ª metade do século XX). In *O Arqueólogo Português*, Série V, n.º2. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional, pp. 189-239.

MATALOTO, R; NUNES, E.; OOSTREBEEK, L. (2006) – Universidades e Empresas de Arqueologia: problemas de uma relação desejável. (Debate). In *Era-Arqueologia*. Lisboa: Era Arqueologia, Vol.7. S.A./Colibri, pp. 42-52.

MONTEIRO, C. (2015) – *Secagem de Madeiras Arqueológicas – Análise dos comportamentos físicos e aplicação da madeira de secagem binária*. Dissertação de Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

NETO, M. P. R. (1985) – A Acção dos Municípios na Salvaguarda do Património Arqueológico em Meio Urbano. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnologia de Setúbal, pp. 13-19.

Notas técnicas relativas à intervenção arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros, edifícios ns.º 93-115ª, Lisboa (2016). Disponibilização para consulta pela Neoépica, Lda. – Arqueólogas responsáveis: Raquel Santos e Helena Pinheiro.

OOSTREBEEK, L. (2006) – Ensino Superior e Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível. In *Era-Arqueologia*, Vol.7. Lisboa: Era Arqueologia S.A./Colibri, pp. 6-14.

PEREIRA, J. (2008) – Arqueologia: onde fica a raiz do poder?. In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Vol. 3. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 155-159.

PEREIRA, P. (2001) – Arqueologia na grande cidade. In *Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da reconquista de Lisboa)*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 7-9.

RAPOSO, J. (2001) – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. In *Al-Madan*, Série II, n.º 10. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 100-106, 132.

RAPOSO, L. (2003) – Passado, presente e futuro da Arqueologia profissional. In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 57 – 65.

RAPOSO, L. (2003) – Por uma Arqueologia de Serviço Público. In *VII Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 131 – 135.

REAL, F. (1991) – Os arqueólogos e a noção de cidade: uma entidade em constante transformação. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 15-18.

REAL, F. (2003) – Profissão de arqueólogo: alguns desafios para o futuro. In CARNEIRO, S. (coord.), *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 85-93.

REAL, F. (2003) – Arqueologia em Portugal, em tempo de crise. In CARNEIRO, S. (coord.) *Nos 10 anos ds APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*. Torres Novas: Gráfica Almondina, pp. 49-55.

REAL, F. (2011) – Datas essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1989-2011). In *O Arqueólogo Português*, Série V, n.º1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia - Imprensa Nacional, pp. 205-228.

Relatório final da intervenção arqueológica na Praça da Figueira, edifício n.º 15, Lisboa (2014-2015). Consulta na biblioteca da DGPC, processo n.º 2014/1 (132) - Arqueólogo responsável: Rodrigo Banha da Silva.

Relatório final do acompanhamento arqueológico na Calçada do Carmo, edifícios ns.º 39-43, Lisboa (2015). Disponibilização para consulta pela Neoépica, Lda – Arqueólogas responsáveis: Raquel Santos e Helena Pinheiro.

Relatórios preliminares da intervenção arqueológica no Largo Conde Barão de Alvito, edifícios ns.º 43-47ª, Lisboa (2015). Disponibilização para consulta pela Neoépica, Lda – Arqueólogos responsáveis: Paulo Rebelo e Sara Brito.

Relatório preliminar da intervenção arqueológica na Avenida da Liberdade, edifício n.º 12, Pátio do Tronco, edifício n.º2-2D e Rua das Portas de Santo Antão, edifício n.º137, Lisboa (2015-2016). Disponibilização para consulta pela Neoépica, Lda. – Arqueólogos responsáveis: Nuno Neto e Vanessa Mata.

Relatório preliminar de acompanhamento arqueológico Rua de Sant’Ana à Lapa, edifício n.º 70, Lisboa (2016). Consulta durante o período de estágio na Neoépica, Lda. – Arqueólogo responsável: Miguel Rocha.

Relatório final da intervenção arqueológica na Rua Azeredo Perdigão, Peniche. Disponibilização Neoépica, Lda. – Arqueólogos responsáveis: Raquel Santos, Tiago Fontes e Paulo Rebelo.

RIBEIRO, M. (2001) – *A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana, apresentada à Universidade do Minho, Braga.

ROSKANS, S. (2001) – *Teoría y práctica de la excavación*. Trad. castelhano de María Ruiz del Árbol, 2003. Barcelona: Crítica, pp. 21-43; 55-66; 81-121; 203-278; 309-337.

Rossio. Estudos de Lisboa (Revista) (2013), n.º1. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Disponível em: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_rossio
(Consultado: 20.07.2016)

SARRAZOLA, A. (2000) – *Arqueologia e Acompanhamento de Obras. Um equilíbrio em construção*. In *Era-Arqueologia*, Vol.2. Lisboa: Era Arqueologia, S.A./Colibri, pp. 52-67.

SARRAZOLA, A. (2006) – Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou a arte de caçar com gato). In *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, Vol. 1. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 23-28.

SILVA, A. (1985) – A Cidade e a Arqueologia. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnologia de Setúbal, pp. 7–11.

SILVA, A. (2013) – Arqueologia Portuguesa em (tempo de) Crise?. In *Al-Madan*, Série II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 15–16.

SILVA, A. (2013) – A Arqueologia passou de moda?. In *Al-Madan*, Série II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 17–19.

SILVA, A. C. (2008) – Arqueologia empresarial: questões legais a montante dos “Cadernos de Encargos”. In *Era-Arqueologia*, Vol.8. Lisboa: Era Arqueologia S.A./Colibri, pp. 14–17.

SILVA, A. M. (2000) – O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial. In *Al-Madan*, Série II, n.º 9. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 130-140.

SILVA, A. M. (2003) - *Anos da APA: Que Futuro para a Arqueologia Profissional*. 1ª edição. Torres Novas: Gráfica Almodina, pp.67-76.

SILVA, A. M. (2005) – O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, n.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 459-469.

SILVA, A. M. (2014) – Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal. In *Revista da Faculdade de Letras*, Vol. XIII. Porto: Ciências e Técnicas do Património, pp. 75-88.

SILVA, A. L. DA (2006) – A Arqueologia como actividade económica: o paralelo com outros sectores de actividade. In *Era-Arqueologia*, Vol.7. Lisboa: Era Arqueologia S.A./Colibri, pp. 17-20.

SILVA, A. V. (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Vol. 1, 2ª edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, C. A. (2003) – Conflito, mediação e regulação de interesses na “Arqueologia Preventiva”. In *VII Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 122 – 127.

SILVA, R. B. DA (1999) - Concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa. In *Actas das Sessões – III Colóquio Temático “Lisboa – Utopias na Viragem do Milénio”*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 229-240.

SOARES, J. (2000) – A Arqueologia Urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 101-130.

VALERA; A. C. (2006) – Universidades e Empresas de Arqueologia: razões para uma relação desejável. In *Era-Arqueologia*, Vol.7., Lisboa: Era Arqueologia SA./Colibri. pp. 22-28.

WHEELER, M. (1954) – *Archaeology from the Earth*. Oxford: Oxford University.

LEGISLAÇÃO

Circular IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) de 27 de Dezembro de 2011 - Relativo ao suporte digital a acompanhar a documentação prevista no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Despacho IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) de 12 de Agosto de 2010 - Relativo à documentação fotográfica a constar em relatórios arqueológicos.

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro de 2009 - Regime Jurídico de Reabilitação Urbana – Presidência do Conselho de Ministros.

Diário da República, 1.ª série B, n.º 226 - Decreto-Lei n.º 94/94, de 29 de Setembro de 1994 - Plano Director Municipal de Lisboa.

Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 30 de Agosto de 2012 - Aviso n.º 11622/2012 - Plano Director Municipal de Lisboa.

Diário da República, 1.ª série, n.º 79 - Decreto-Lei n.º 59/80, de 03 de Abril de 1980 - Criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

Diário da República, 1.ª série, n.º 151 – Decreto-Lei n.º 216/90, de 03 de Julho de 1990 - Lei Orgânica do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

Diário da República, 1.ª série A, n.º 126 - Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 01 de Junho de 1992 e Diário da República, 1.ª série A, n.º 113 - Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio de 1997 - Lei Orgânica do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR).

Diário da República, 1.ª série A, n.º 111 - Decreto-Lei 117/97, de 14 de Maio de 1997 - Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Diário da República, 1.ª série, n.º 63 - Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março de 2007 - Lei Orgânica do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR).

Diário da República, 1.ª série, n.º 102 - Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de Maio de 2012 - Lei Orgânica da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).

Diário da República, 1.^a série, n.º 153 - Lei n.º 13/85, de 06 de Julho de 1985 - Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural.

Diário da República, 1.^a série A, n.º 209 – Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro de 2001 - Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural.

Diário da República, 1.^a série A, n.º 137 - Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho de 1999 - Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

Diário da República, 1.^a série A, n.º 260 - Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro de 2000 - Alteração do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Diário da República, 1.^a série, n.º 213 - Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro de 2014 - Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

Diário da República, 1.^a série, n.º 113 – Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de Julho de 2009 - Criação do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

Diário da República, 1.^a série, n.º 113 – Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Julho de 2009 - Regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Diário da República, 1.^a série, n.º 113 – Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Julho de 2009 - Regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

Directiva 85/337/CEE do Conselho das Comunidades Europeias relativa à avaliação de efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, de 27 de Junho de 1985.

Directiva 97/11/CE do Conselho das Comunidades Europeias, de 03 de Março de 1997 - Alteração da Directiva de 1985.

CARTAS, CONVENÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS

Carta de Atenas – 1931

Carta de Veneza – 1964

Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – 1987

Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico – 1990

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) –
Conselho da Europa – 1992

Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada – 1º Encontro Luso-Brasileiro de
Reabilitação Urbana – 1995

Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) -
Convenção de Malta – 1997 (Decreto-Lei n.º 71/97, de 09 de Outubro)

Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património
Construído – Conferência Internacional sobre Conservação – 2000

Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial – UNESCO – 2002

Declaração de Viena – 2009

Carta de Bruxelas – 2009

Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas
históricas – 2011

CARTOGRAFIA

Carta Militar de Portugal: série M888. Folha 431 [Material Cartográfico] /Instituto geográfico do exército – Escala 1:25 000. Lisboa: I.G.E., 1993.

Carta Geológica de Portugal: Folha 34-D [Material Cartográfico] /Serviços Geológicos de Portugal – Escala 1:50 000. Lisboa: S.G.P., 2005.

WEBGRAFIA

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/> (Consultado: 20.02.2016)

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> (Consultado: 20.02.2016)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

(Consultado: 20.02.2016)

<http://www.agendax.pt/artigo/centro-de-arqueologia-de-lisboa#.VsCfUWiLTU>

(Consultado: 20.02.2016)

<http://www.cm-lisboa.pt> (Consultado: 20.02.2016)

<http://www.cm-coimbra.pt/> (Consultado: 20.02.2016)

<http://www.neoepica.pt/> (Consultado: 26.02.2016)

<http://era-arqueologia.pt/> (Consultado: 26.02.2016)

<https://www.archaeological.org/> (Consultado: 21.03.2016)

<https://dialnet.unirioja.es/> (Consultado: 21.03.2016)

<http://www.almadan.publ.pt/> (Consultado: 22.03.2016)

<http://www.portugalromano.com/revista/> (Consultado: 22.03.2016)

http://www.arqueologos.pt/p_aap.html - Revista da AAP (Associação dos Arqueólogos Portugueses) (Consultado: 22.03.2016)

<http://revista.arp.org.pt/pt/revistas/17.html> - Revista Conservar Património (Consultado: 22.03.2016)

<http://www.aparqueologos.org/> - Revista da APA (Associação Profissional de Arqueologia) (Consultado: 22.03.2016)

<http://www.uniarq.net/biblioteca-online.html> (Consultado: 01.05.2016)

https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/742-ecos-de-outra-escrita-na-cidade_ (15.06.2016)

7. ANEXOS

Anexo I: Calendarização de estágio

Anexo II: Modelos de fichas específicas de campo (Neoépica, Lda.)

Anexo III: Imagens ilustrativas das actividades realizadas

Anexo IV: Outras representações complementares

ANEXO I: Calendarização de estágio

CALENDÁRIO DE ESTÁGIO ¹

Data de início: 21 de Setembro de 2015

Data de término: 11 de Março de 2016

Total de horas de estágio: 800 horas

Número de horas de trabalho diárias: 8 horas

DATA(S)	LOCALIZAÇÃO	ACTIVIDADE(S)	OUTRAS INFORMAÇÕES
21 a 22 de Setembro de 2015	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	<ul style="list-style-type: none"> - Breve elucidação acerca das metodologias gerais aplicadas no tratamento e na logística de armazenamento temporário de materiais no espaço destinado a esse efeito - Lavagem e separação, em sacos de plástico transparentes, de espólio recolhido na intervenção arqueológica no Palácio Conde Barão de Alvito, na altura em decurso, conforme a tipologia material e respectiva sondagem e U.E. - Contacto com materiais arqueológicos levantados nos trabalhos efectuados na Rua da Adiça, em Alfama. De 	---

¹ A ocorrência de faltas em dias de estágio foram devidamente compensadas e justificadas. A discente dispõe do estatuto de trabalhadora-estudante, quer no decorrer da fase inicial do estágio como ao longo da redacção do respectivo relatório.

		<p>cronologias Romana, Islâmica e Moderna na sequência da separação e selecção de conjuntos de materiais para análise e abordagem no respectivo relatório de intervenção, juntamente à arqueóloga responsável: Vanessa Filipe</p>	
30 de Setembro a 1 de Outubro de 2015	Largo do Conde Barão, Ns.º43-47ª, Lisboa	Sondagens de diagnóstico manual no Palácio Conde Barão de Alvito (séculos XVI/XVII). Arqueólogos responsáveis: Paulo Rebelo e Sara Brito	---
5 a 13, 15 a 16, 19 a 20 de Outubro de 2015	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da lavagem e separação, em sacos de plástico transparentes, de espólio recolhido nas sondagens arqueológicas realizadas no Palácio Conde Barão de Alvito conforme a tipologia material, respectiva sondagem e U.E. - Início da separação e organização dos materiais levantados nos trabalhos arqueológicos realizados na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007) conforme a sua localização nas valas de diagnóstico, U.E., tipologia formal e material e posterior inventariação 	---

Fig. 1 – Calendário das actividades desenvolvidas ao longo do período de estágio

16 de Outubro de 2015	Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa	---	<p>- Presença em algumas conferências do Colóquio <i>Entre Aljubarrota e Ceuta 1385-1415</i> – Dados históricos e arqueológicos recentes. Organização da secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Museu Arqueológico do Carmo, juntamente a alguns membros da empresa</p> <p>- Apresentação ao novo coordenador do Centro de Arqueologia de Lisboa, António Marques</p>
22 a 23 de Outubro de 2015	Calçada do Carmo, Ns.º 39-43, Lisboa	Acompanhamento arqueológico na abertura de valas para implantação de novas condutas eléctricas no subsolo (EDP). Arqueólogas responsáveis: Raquel Santos e Helena Pinheiro	---
26 a 27 de Outubro de 2015	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	- Participação na elaboração do relatório do acompanhamento arqueológico realizado na Calçada do Carmo, em conjunto com a arqueóloga responsável pelo mesmo: Helena Pinheiro	---

		- Continuação da realização do inventário dos materiais da intervenção realizada na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007)	
28 de Outubro de 2015 a 8 de Janeiro de 2016 ²	Avenida da Liberdade N.º12, Pátio do Tronco N.º2 -2D e Rua das Portas de Santo Antão Ns.º137 a 147, Lisboa	Sondagens de diagnóstico manual levadas a cabo em edifícios dos séculos XIX e XX, actualmente inactivos. Arqueólogos responsáveis: Nuno Neto e Vanessa Mata	---
12 a 15, 18 a 29 de Janeiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	<p>- Finalização do inventário do espólio recolhido nos trabalhos realizados na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche, e posterior inserção na base de dados da empresa</p> <p>- Realização e colocação de etiquetas identificativas nos respectivos contentores de armazenamento</p>	---
1 a 8 de Fevereiro de 2016	Rua dos Bacalhoeiros, Ns.º 93-115ª, Lisboa	Sondagens de diagnóstico manual realizadas num antigo edifício já em processo parcial de reabilitação. Arqueólogas responsáveis: Raquel Santos e Helena Pinheiro	- Visita do coordenador do CAL, António Marques

² Ao longo dos meses de trabalhos arqueológicos levados a cabo na Avenida da Liberdade, contabilizaram-se no total nove dias nos quais, por diversos motivos com justificação prévia e aceite, não foi possível comparecer nos mesmos tendo estes sido posteriormente compensados. Incluem-se nestes dias os feriados e as festividades de Natal e de Ano Novo que coincidiram com o decorrer dos trabalhos, durante os quais estes ficaram temporariamente suspensos.

Fig. 1 – Calendário das actividades desenvolvidas ao longo do período de estágio

4 de Fevereiro de 2016	Rua dos Bacalhoeiros, Ns.º 93-115ª, Lisboa	---	- Presença em reunião entre representante da DGPC e as entidades competentes responsáveis pela obra e pelos trabalhos arqueológicos
9 a 12 de Fevereiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	Lavagem e separação, em sacos de plástico transparentes, de espólio recolhido nas sondagens arqueológicas realizadas na Avenida da Liberdade conforme a sondagem, U.E. e tipologia material.	---
15 de Fevereiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	Participação na elaboração do relatório de acompanhamento arqueológico realizado na Rua de Sant'Ana à Lapa, N.º 70, em Lisboa, em conjunto com o arqueólogo responsável pelo mesmo: Miguel Rocha	---
16 a 19 de Fevereiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	- Separação em contentores dos materiais das sondagens arqueológicas realizadas no Palácio Conde Barão de Alvito por sondagem e U.E. para posterior inventariação - Realização e colocação de etiquetas com as respectivas informações em contentores de materiais de sítios arqueológicos recentemente inventariados	---
22 de Fevereiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	- Lavagem e separação em contentores do espólio recolhido nas sondagens arqueológicas realizadas na Rua das Escolas Gerais, em Lisboa, por sondagem, U.E. e tipologia material - Lavagem de materiais levantados em acompanhamentos arqueológicos na área de Sintra	---
23 a 26 de Fevereiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	- Armazenamento em novos contentores por sondagem e U.E. do espólio recolhido nas sondagens arqueológicas realizadas no Alto do Cidreira (I, II, III e V), em Cascais (2007), já inventariado - Realização de novas etiquetas identificativas para os mesmos	---
29 de Fevereiro de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	Lavagem e separação em contentores do espólio recolhido nas sondagens arqueológicas realizadas na Rua dos Bacalhoeiros por sondagem, U.E. e tipologia material	---
1, 3 a 11 de Março de 2016	Sede e Gabinete. Rua do Rio, Quinta do Rebelo, Sacotes. Algueirão-Mem Martins, Sintra	Auxílio na execução do inventário dos materiais levantados nas sondagens de diagnóstico no Palácio Conde Barão de Alvito, juntamente à arqueóloga responsável: Sara Brito	---

Fig. 1 – Calendário das actividades desenvolvidas ao longo do período de estágio

ANEXO II: Modelos de fichas específicas de campo (Neoépica, Lda.)



Ficha de Prospecção

Topónimo:		Localização			Nº
Freguesia:		Coord. Gauss:			
Concelho:		Coord. UTM:			
Distrit:		OMP:	C. Congr.:	Alt.:	
Tipo de Sítio:					
Acesso:					
Visibilidade		Geomorfologia			Tipo de Solo
Nula		Planície		Peça	
Má		Planalto		Abrigo	
Regular		Encosta		Prox. linha de água	
Bom		Cume		Prox. nascente	
Excelente		Escarpa		Prox. rio	
		Esporão		Outra:	
		Falésia			
Conservação		Dispersão do Material			Impactos
Muito boa		Tipo		Área	
Bom		Contínua		Extensa	
Regular		Dispersa		Média	
Má		Concentrada		Portual	
Muito má		Outra:		Outra:	
Litologia:					
Hidrografia:					
Recursos Mineiros:					
Descrição geral:					
Estruturas:					
Cronologia:					

Fig. 2 – Ficha específica de prospecção arqueológica (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Grau de Rolamento		Índice de Fractura		Densidade de Materiais	
Muito rolado		Muito fracturado		Baixa	
Rolado		Fracturado		Média	
Arestas vivas		Pouco fracturado		Alta	

Area de Dispersão:

Material recolhido:

Croquis

Observações:

Registo			Responsável	Data
Fotografia		Croquis		

Fig. 2 – Ficha específica de prospecção arqueológica (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Topónimo:		Localização			Nº
Freguesia:		Coord. Gauss:			
Concelho:		Coord. UTM:			
Distrito:		CMP:	C. Congr.:	Alt.:	

Tipo de Ocorrência:					
Acessibilidade		Implantação na Paisagem		Tipo de Solo	
Via Rápida		Planície		Prata	
Estrada Nacional		Planalto		Alriço	
Estrada Municipal		Encosta		Prox. linha de água	
Estradão		Cume		Prox. nascente	
Caminho pé posto		Escarpa		Prox. rio	
Sem acesso		Esporão		Outra:	
Outro:		Falésia			
Conservação		Dispersão do Material Arqueológico		Tipo de Trabalhos	
Muito boa		Tipo		Área	
Bom		Contínua		Extensa	
Regular		Dispersa		Média	
Má		Concentrada		Pontual	
Muito má		Outra:		Outra:	
				Templagem	
				Desmatção	
				Aterro	
				Valas	
				Outro:	

Descrição dos Trabalhos:	

Descrição da Ocorrência:	

Cronologia:	

Registo		Data
Fotografia	Nºs.:	
Desenho	Nºs.:	

Fig. 3 – Ficha específica de acompanhamento arqueológico (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Interpretação:
Observações
Croquis
Responsável

Fig. 3 – Ficha específica de acompanhamento arqueológico (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Sítio:				Localidade:										
Localização						Tipo						UE nº		
Sector		Sondagem		Depósito		Interface								
Área		Quadrícula		Enchimento		Geológico								
Secção		Quadrante		Derrube		Outro:								

Depósito									
Límite		Forma		Espessura		Inclinação:			
Nítido		Linear		Máxima		Distinção da camada anterior:			
Gradual		Ondulada		Mínima					
Difuso		Irregular		Cota do Topo					
Não Obs.		Outra:		Cota de Base					

Características Sedimentares									
Compacidade		Granulometria		Plasticidade		Cimentação		Cor	
Solta		Argila (muito fino)		Não plástica		Ausente			
Macia		Silte (fino)		Mod. plástica		Fraca			
Compacta		Areias (médio/grosso)		Plástica		Moderada			
Mt. Compacta		Balastos (2-256mm)		Mt. Plástica		Intensa			

Características Pedogenéticas (porosidade, fissuras, agregação, pedoquímica, pedocaracteres, pedoreliquias):									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Relações Estratigráficas					Perturbações				
Anterior a		Posterior a			Antropica		Bioturbação		Naturais
Coberta por		Cobre			Agricultura		Animal:		Canais erosivos
Cortada por		Corta			Indústria		Vegetal:		Abatimentos
Cheia por		Enche			Pisoteio				Crioturbação
Encosta					Desflorestação				Outra
					Outra				

Conteúdos									
Clástico									
Tipo	Residual	Escasso	Comum	Abundante	Tamanho		Forma		Rolamento
Calcário					Areão (2-8mm)		Alongada		Angular
Xisto					Cascalho (8-64mm)		Esferoidal		Sub-angular
Granito					Calhau (64-256mm)		Discoidal		Sub-rolado
					Bloco (>256mm)		Paralelepipedica		Rolado

Faunístico					Botânico				
Tipo	Residual	Escasso	Comum	Abundante	Tipo	Residual	Escasso	Comum	Abundante
Mamalógico					Carvões				
Malacológico					Sementes				
Ictiológico					Madeiras				

Artefactual									
Tipo	Residual	Escasso	Comum	Abundante	Tipo	Residual	Escasso	Comum	Abundante
Cer. Manual					Pedra Lascada				
Cer. Comum					Pedra Polida				
Cer. Construção					Mat. Vitreos				
Cer. Fina					Obj. em osso				
Mat. Metálicos					Argamassas				
Numismas					Outro:				

Fig. 4 – Ficha específica de Unidade Estratigráfica (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Interpretação					
Formação			Depósito Primário		
Sedimentar		Antropica	Depósito Secundário		
Lacustre	Enchimento		Solo		
Vertente	Despejo		Horizonte	Tipo:	
Aluvial tractive	Nível de abandono		Grau de Conservação		
Aluvial decantação	Nível de ocupação		In situ		
Outro:	Outro:		Revolvimento antigo		
			Revolvimento recente		

Método de Escavação					
Nível Natural		Seco	Picareta/Pá	Crivagem	Malha
Nível Artificial		Húmido	Pico/Colherim		

Contextualização	
Elementos de datação:	Cronologia:

Observações

Matriz		
□	□	□
□	□	□
□	□	□
□	□	□
□	□	□

Registo	
Fotografia	Nº
Desenho	Nº
Amostra	Nº

Caderno de Campo	
Descrição	Pág.
Croquis	Pág.

Responsável	
Data	

Cota ponto zero	
Cota do Nível	

Croquis

Fig. 4 – Ficha específica de Unidade Estratigráfica (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Sítio:			Localidade:		UE nº
Localização			Tipo		
Sector		Sondagem			
Área		Quadrícula		Estrutura positiva	
Compartimento		Quadrante		Estrutura Negativa	

Designação (paredes, alicerces, pilas, portas, janelas, escadas, condutas, arcos, alicerces, elemento decorativo, vãos, orifício/agulheiro, fundo de calçada, buraco de poste, sepultura, silo, fossa, estrutura de combustível, etc.):	
--	--

Relações Estratigráficas			Alterações sofridas		
Anterior a		Posterior a	Antropica	Dioturbação	Naturais
Coberta por		Cobre	Destruição	Animal:	Degradação
Cortada por		Corta	Transformação		Erosão
Cheia por		Enche	Reutilização	Vegetal:	Outra:
Encosta em		É adossada por	Outra:		Indeterminável
Outra:					Sem alterações

Características Físicas					
Estado de Conservação		Dimensões		Posição	
Vestigial		Comprimento		Cota Máxima	
Mau		Largura		Cota Mínima	
Razoável		Altura		Orientação	
Bom		Dímetro		Inclinação	
Muito bom		Espessura			

Estrutura Negativa					
Planta	Paredes	Fundo	Perfil	Revestimento	
Circular	Introvertidas	Plano	Em "U"		Não
Sub-circular	Extrovertidas	Côncavo	Em "V"		Sim
Elíptica	Verticais	Convexo	Em "saco"		Tipo
Sub-elíptica	Irregulares	Em "V"	Piriforme		Argila
Sub-quadrangular	Outra:	Irregular	Troncocónico		Argamassa
Em "8"		Outro:	Cilíndrico		Outro:
Irregular			Irregular		

Estrutura Positiva					
Planta	Rectilínea	Circular	Curva	Irregular	Outra:

Material Construtivo			
Tipo	Consistência	Textura	Tamanho do Constituinte
Pedra	Muito solta	Muito macia	Muito pequeno
Madeira	Solta	Macia	Pequeno
Adobe (terra/argila)	Mod. Compacta	Média	Médio
Tijolo	Compacta	Grosseira	Grande
Metal	Muito compacta	Muito grosseira	Muito grande
Vegetal	Obs.:		
Outro:			

Material de União			
Tipo	Consistência	Textura	Outros constituintes (elementos artefactuais, vegetais, fúnculos ou botânicos)
Argamassa	Muito solta	Muito macia	
Terra	Solta	Macia	
Argila	Mod. Compacta	Média	
Cimento	Compacta	Grosseira	
Vegetal	Muito compacta	Muito grosseira	
Nenhum			
Outro:			

Fig. 5 – Ficha específica de Unidade Estratigráfica – Estruturas (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Técnica Construtiva				
Aparelho pétreo	Acabamento	Revestimento	Juntas	Elementos decorativos (grafito, cancelura, epígrafe, emblema, brasão, pintura, estatuária, etc.)
Arbitrário c/ fiadas	Tosco	Argamassa	Regular	
Arbitrário s/ fiadas	Argamassado	Estuque	Irregular	
Fiadas regulares	Aparelhado	Argila	Aberta	
Fiadas irregulares	Bujardado	Madeira	Disfarçada	
Silhar	Alisado	Pedra	Outra:	
Outro:	Outro:	Outro:		

Contextualização	
Elementos de datação:	Cronologia:

Observações

Matriz															
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%; border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="width: 33%; border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="width: 33%; border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> </table>															

Registo	
Fotografia	Nº
Desenho	Nº
Amostra	Nº

Caderno de Campo	
Descrição	Pág.
Croquis	Pág.

Responsável	
Data	

Cota ponto zero	
Cota do Nível	

Croquis

Fig. 5 – Ficha específica de Unidade Estratigráfica – Estruturas (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

Sítio: _____

Campanha: _____

U.E.	Tipo	Localização e Descrição Sumária	Rel. Estrat.
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____
[]	- _____	- _____ _____	- Sobre _____ Sob _____

Fig. 6 – Ficha específica de Listagem de Unidade Estratigráfica – Estruturas (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

		Ficha de Material	
Sítio: _____			
Localidade: _____		Data _____	
Concelho: _____		Responsável _____	
Área: _____		Sondagem _____	
Prof _____ cm		X _____ Y _____ Z _____	U.E. [_____]
Superfície _____		Crivo _____	
Cerâmica comum	<input type="checkbox"/>	Vidro	<input type="checkbox"/>
Cerâmica c. vidrada	<input type="checkbox"/>	Metal/Numisma	<input type="checkbox"/>
Cerâmica construção	<input type="checkbox"/>	Pedra lascada	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>	Pedra polida	<input type="checkbox"/>
Osteol. Humano	<input type="checkbox"/>	Osteológico	<input type="checkbox"/>
Malacológico	<input type="checkbox"/>	Ictiológico	<input type="checkbox"/>
Observações:		Contentor:	
		.[].	

Fig. 7 – Ficha específica de Materiais (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)

ANEXO III: Imagens ilustrativas das actividades desenvolvidas

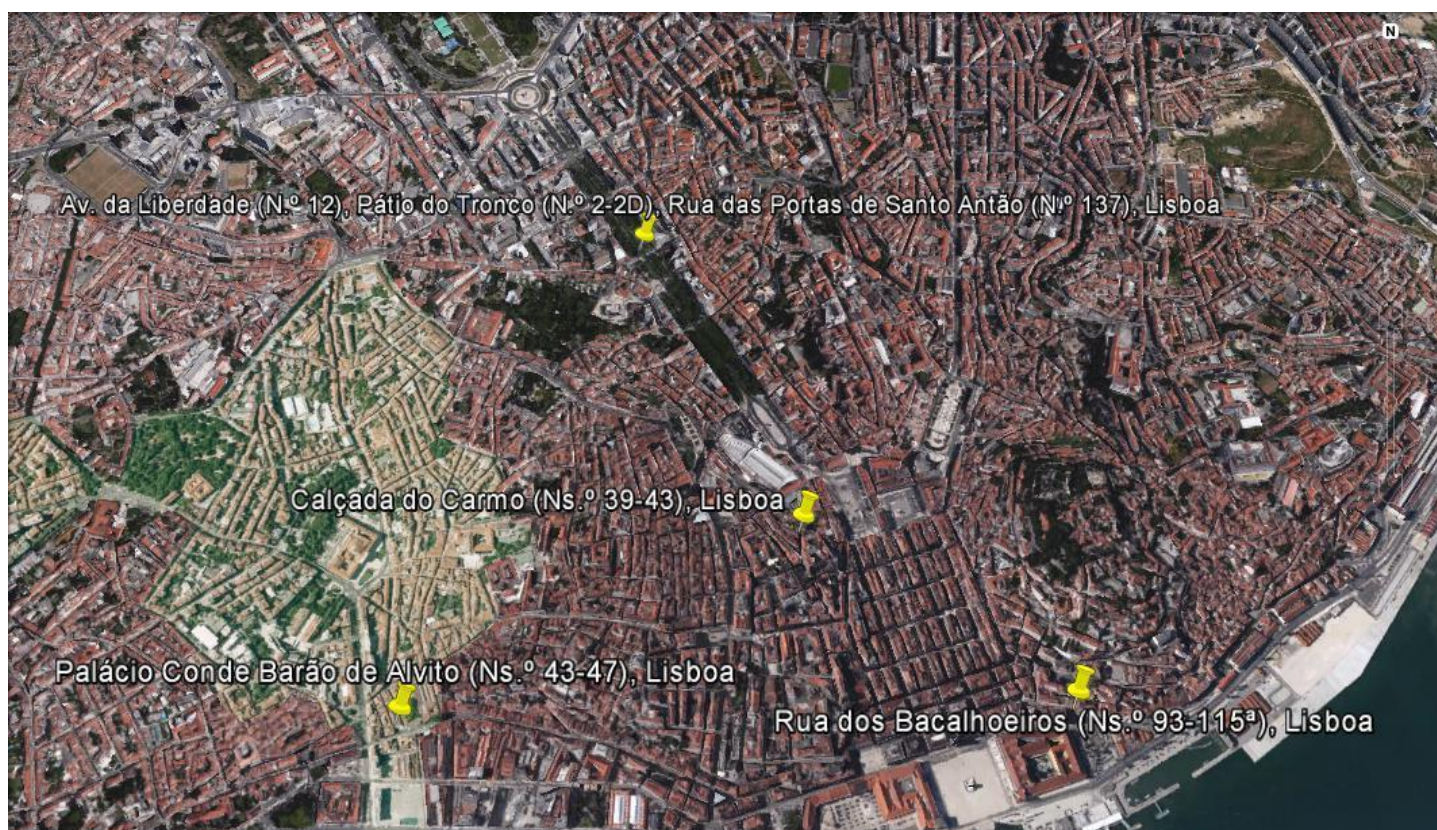
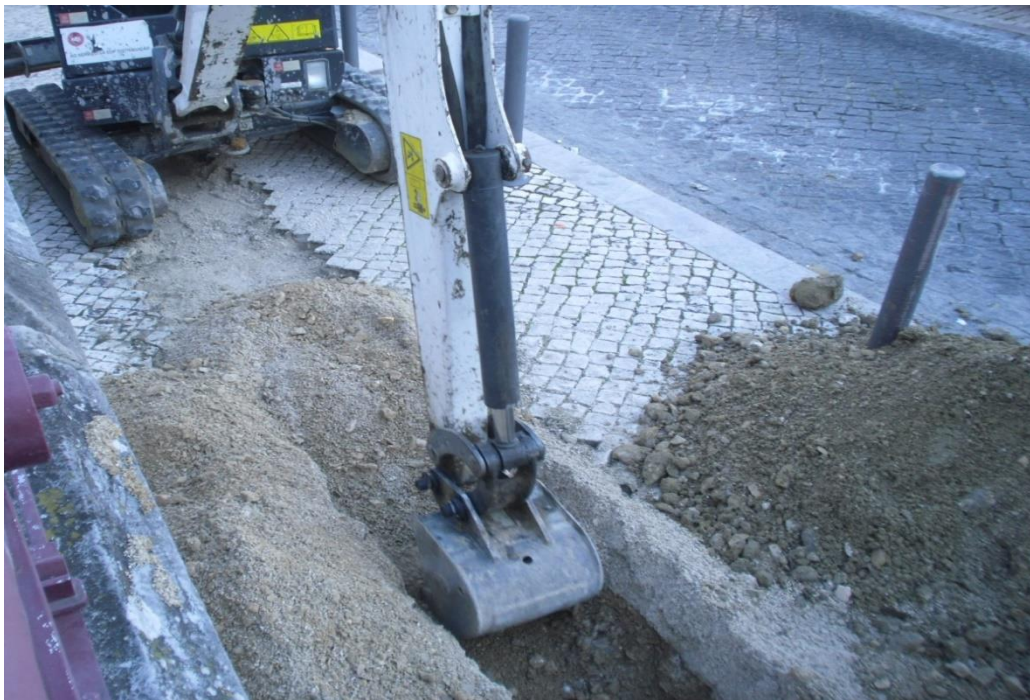


Fig.8 - Sítios intervencionados ao longo do período de estágio (Fonte: Google Earth)



Figs. 9 e 10 (respectivamente) – Desenvolvimento dos trabalhos: Vala 1 (Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 11 e 12 (respectivamente) – Desenvolvimento dos trabalhos: Vala 2 (Autoria: Equipa Neoépica)





Fig.13 – Preenchimento das valas com os sedimentos retirados (Autoria: Equipa Neoépica)

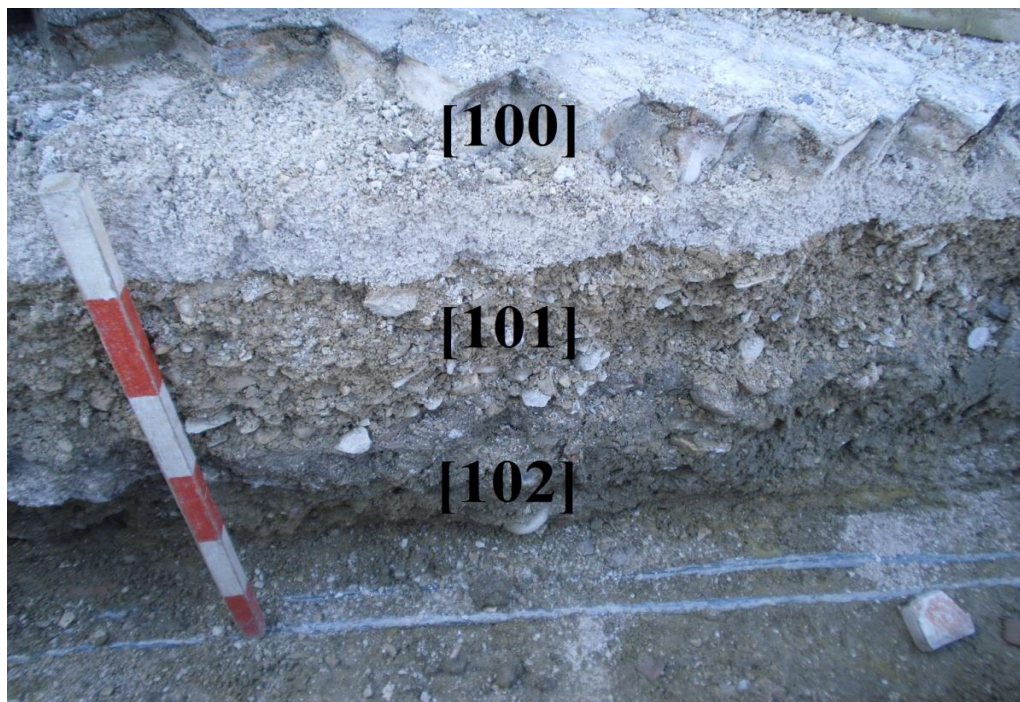


Fig. 14 – Sequência estratigráfica comum em ambas as valas 1 e 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 15 – Vista da área evolutiva dos trabalhos realizados (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 16 – Implantação do sítio intervençionado (Calçada do Carmo) na Carta Militar de Portugal (n.º431)
(Fonte: Relatório Final de trabalhos arqueológicos, Neoépica)

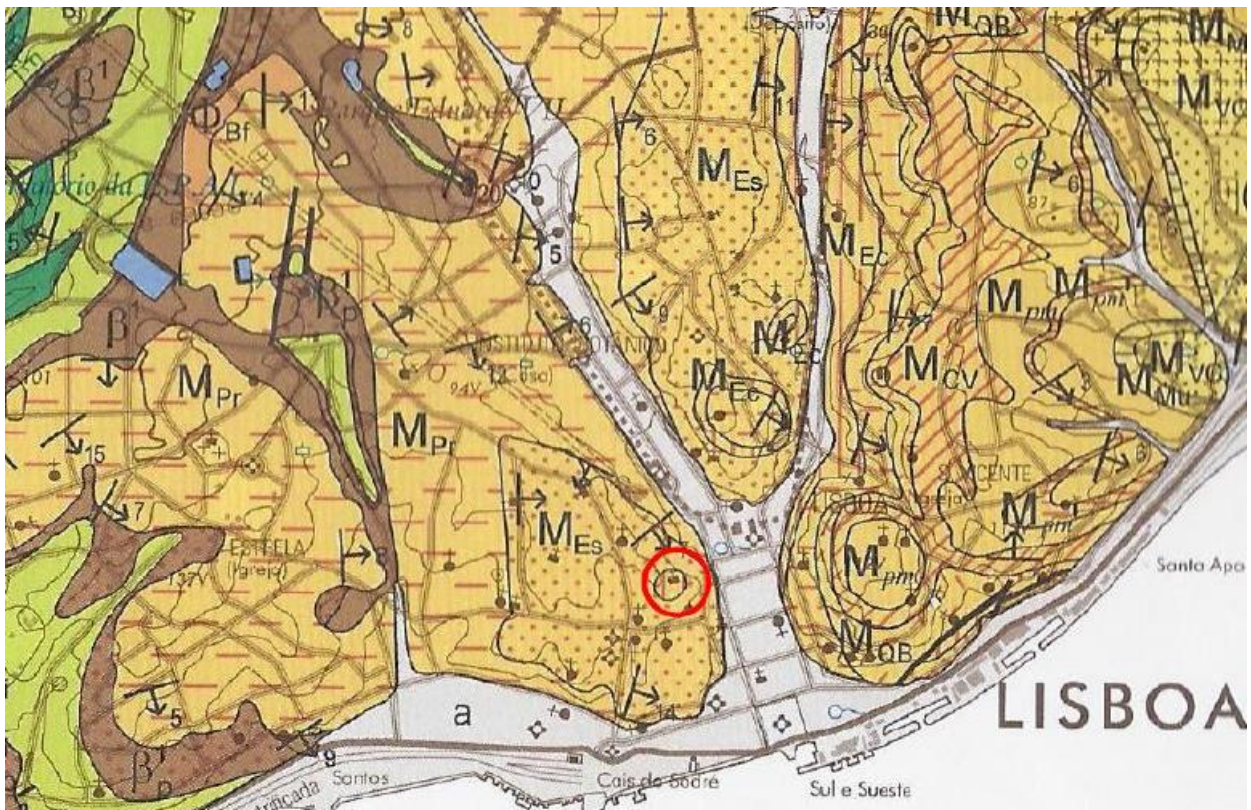


Fig. 17 – Implantação do sítio intervençionado (Calçada do Carmo) na Carta Geológica de Portugal (n.º34-D)
(Fonte: Relatório Final de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 18 – Implantação do sítio intervencionado (Palácio Conde Barão de Alvito) na Carta Militar de Portugal (n.º431) (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)

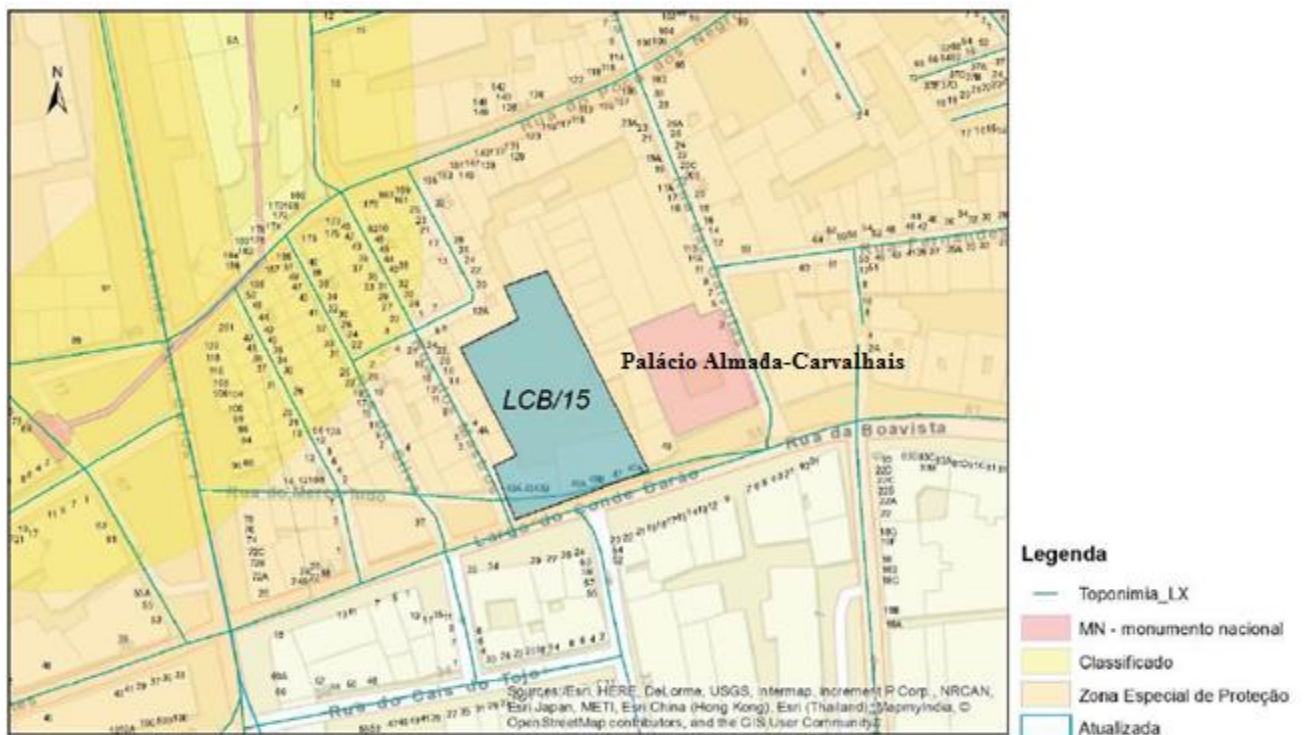


Fig. 19 – Implantação do sítio intervencionado (Palácio Conde Barão de Alvito) sobre a planta de património classificado e em vias de classificação (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 20 – Exemplo de uma sondagem parietal realizada no Palácio Conde Barão de Alvito. Sondagem parietal 12, 2.º piso, regista o fecho do antigo acesso (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 21 – Exemplo de uma sondagem parietal realizada no Palácio Conde Barão de Alvito. Sondagem parietal 32, 1.º piso, ilustra o fecho do acesso pelo lado Oeste aos pisos superiores (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)

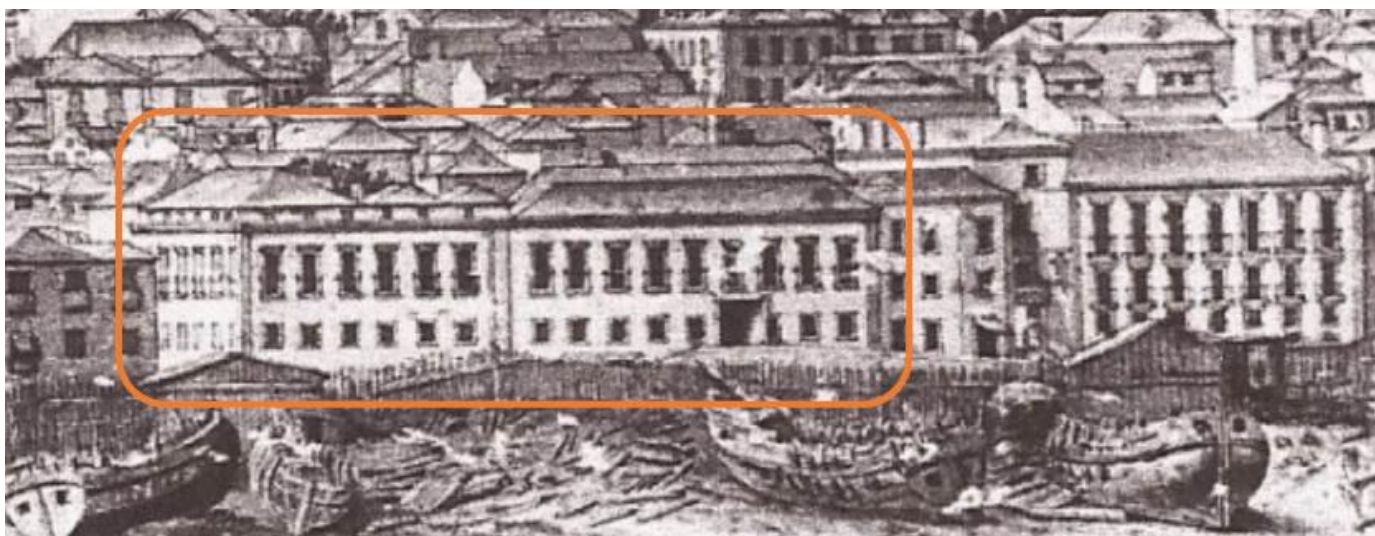


Fig. 22 – Pormenor de gravura da frente ribeirinha após o terramoto de 1755, com representação do Palácio Conde Barão de Alvimto (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)

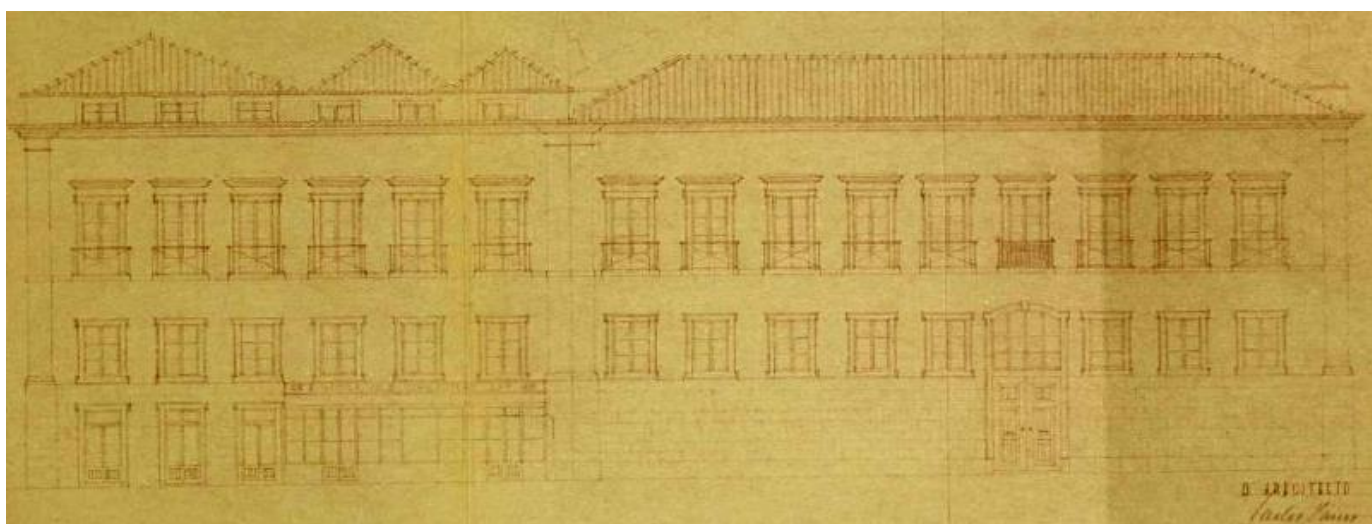


Fig. 23 – Fachada principal do Palácio Conde Barão de Alvimto no levantamento existente em 1944 (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Figs. 24 e 25 (respectivamente) – Pormenor de fotografia datada de 1900 em que não se observam os vãos actualmente existentes ao nível do piso térreo na fachada Este (à esquerda) e fotografia datada de 1952 em que é possível observar a presença dos vãos, possivelmente construídos em 1944 (à direita) (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 26 - Implantação aproximada das sondagens de diagnóstico de solo ao nível do logradouro, localizado no 2.º piso do edificado (acima) e a nível do 1.º piso (nível térreo) – Palácio Conde Barão de Alvito (Fonte: Relatório preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 27 – Inumação infantil (tardo-romana) dentro de ânfora. Sondagem 1 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 28 – Enterramento de não-adulto (tardo-romano) em cista. Sondagem 1 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 29 – Vista geral do logradouro. Sondagens 1 e 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 30 – Representação da estrutura interpretada como lago/fonte, identificada na sondagem 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 31 – Derrube tardo-romano (séculos IV-V) identificado na sondagem 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 32 – Muro de cronologia romana republicana identificado na sondagem 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 33 – Cobertura da sondagem 2 com manta geotêxtil (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 34 – Plano inicial da sondagem 2 antes do início dos trabalhos arqueológicos (Autoria: Equipa Neoépica)



Figs. 35 e 36 (respectivamente) – Desenvolvimento dos trabalhos na sondagem 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 37 - Levantamento de cotas com estação total na sondagem 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 38 – Representação da U.E. [2015] e da fossa [2008] na sondagem 2 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 39 – Estrutura interpretada como uma escadaria de época moderna, identificada na sondagem 3 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 40 – Piso de época moderna. Sondagem 4 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 41 – Estruturas de cronologia moderna (pré-terramoto), identificadas na sondagem 5 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 42 – Piso de período tardo-romano, identificado na sondagem 5 (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 43 – Implantação do sítio intervencionado (Avenida da Liberdade, Pátio do Tronco e Rua das Portas de Santo Antão) na Carta Militar de Portugal (n.º431) (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 44 – Implantação do sítio intervencionado (Avenida da Liberdade, Pátio do Tronco e Rua das Portas de Santo Antão) na nas proximidades do antigo Passeio Público (Fonte: Relatório Preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 45 - Implantação aproximada das sondagens de diagnóstico ao nível do piso 0 – Avenida da Liberdade, n.º12 (Fonte: Relatório preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)

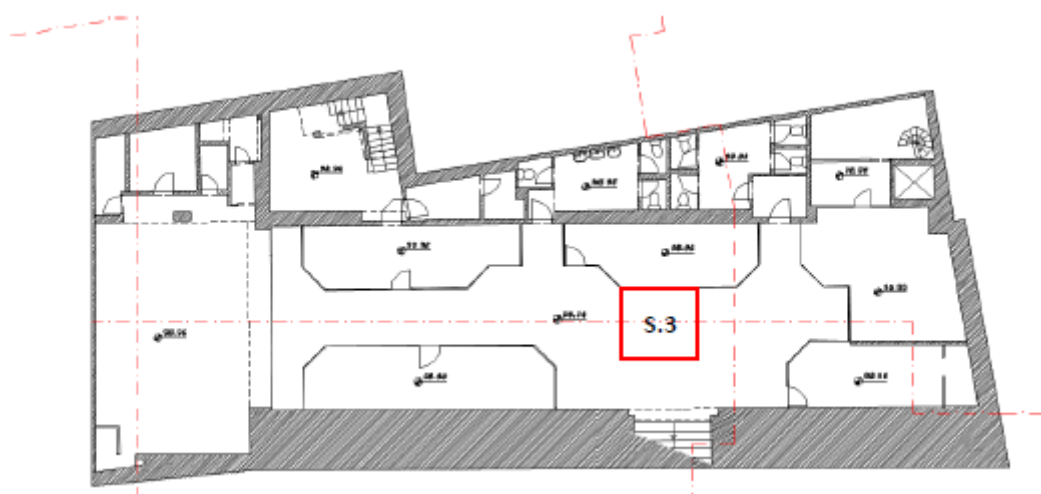


Fig. 46 - Implantação aproximada das sondagens de diagnóstico ao nível do intermédio identificado na Avenida da Liberdade, n.º12 (Fonte: Relatório preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 47 - Implantação aproximada das sondagens de diagnóstico ao nível do piso -1 – Avenida da Liberdade, n.º12, Pátio do Tronco, n.º 2-2D e Rua das Portas de Santo Antão, ns.º 137-147 (Fonte: Relatório preliminar de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Figs. 48 e 49 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 4, no edifício n.º2 do Pátio do Tronco
(Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 50 e 51 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 5, no edifício n.º2 do Pátio do Tronco
(Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 52 e 53 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 3, no edifício n.º12 da Avenida da Liberdade (Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 54 e 55 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 2, no edifício n.º12 da Avenida da Liberdade (Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 56 e 57 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 1, no edifício n.º12 da Avenida da Liberdade
(Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 58 e 59 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 7, na Rua das Portas de Santo Antão
(Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 60 e 61 (respectivamente) – Trabalhos de escavação da sondagem 7, na Rua das Portas de Santo Antão
(Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 62 e 63 (respectivamente) – Planos inicial e final da sondagem 7, na Rua das Portas de Santo Antão. Contexto de forja (Autoria: Equipa Neoépica)



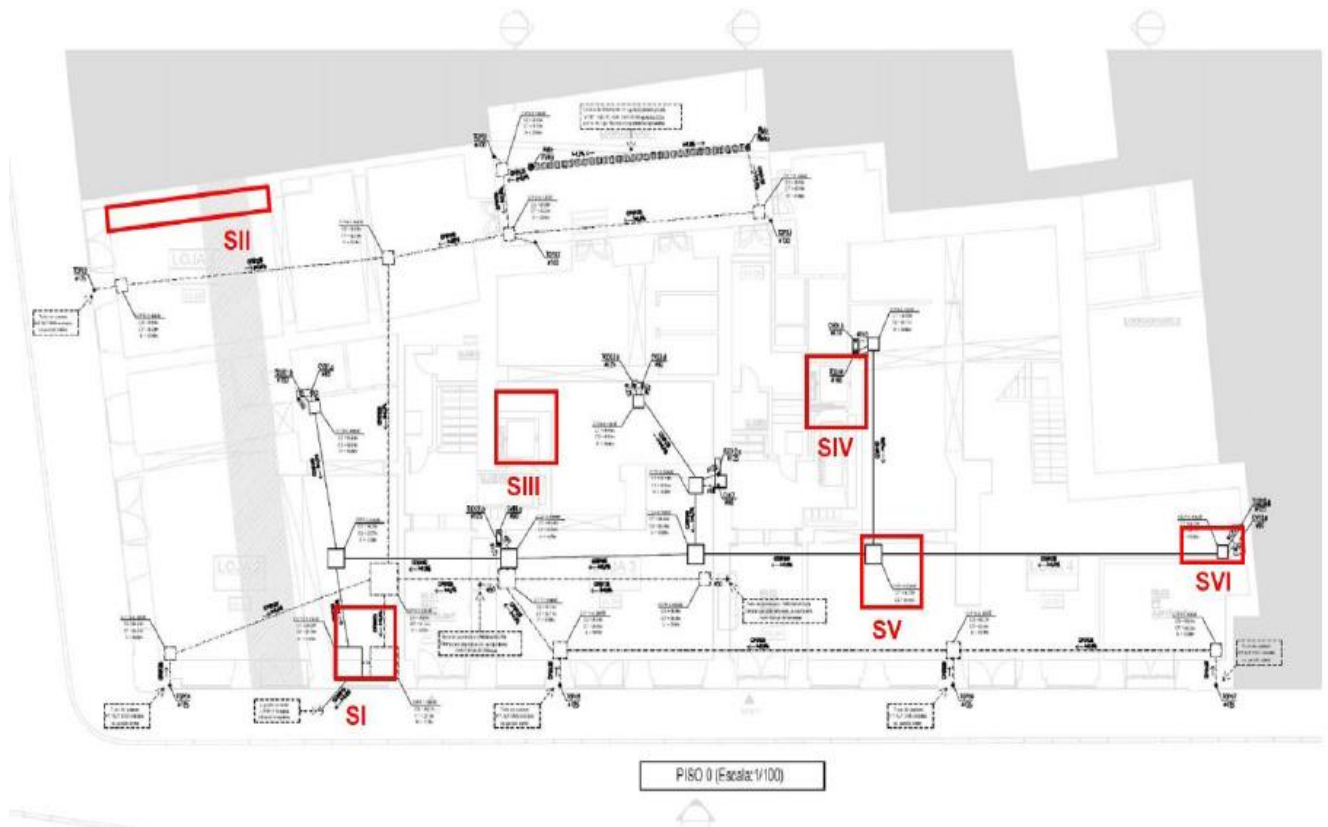


Fig. 64 - Implantação aproximada das sondagens de diagnóstico na Rua dos Bacalhoeiros, ns.º 93 a 115A – Plano inicial de trabalhos aquando o início da intervenção arqueológica (Fonte: Aditamento à Nota Técnica 2 de trabalhos arqueológicos, Neoépica)

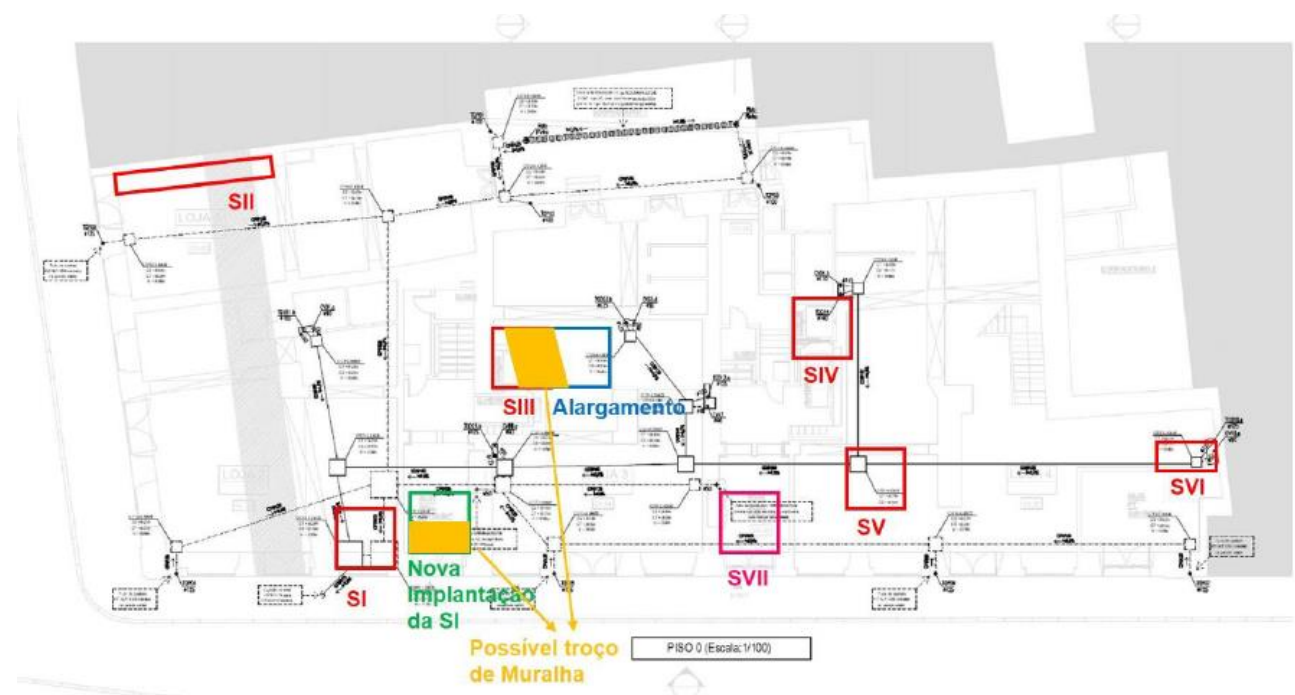


Fig. 65 - Implantação aproximada das sondagens de diagnóstico com referência às devidas alterações e alargamentos do espaço intervençionado face ao plano original, na Rua dos Bacalhoeiros, ns.º 93 a 115A. O início dos trabalhos arqueológicos nas sondagens 4, 5 e 6 encontram-se actualmente pendentes – Plano final de trabalhos a desenvolver (Fonte: Aditamento à Nota Técnica 2 de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig. 66 – Pormenor da planta da cidade de Lisboa que representa a sobreposição da Cerca Fernandina e da Cerca Moura, nas proximidades da Rua dos Bacalhoeiros (Fonte: Nota Técnica 2 de trabalhos arqueológicos, Neoépica)



Fig.67 – Planos final da sondagem 1, no edifício n.º99 da Rua dos Bacalhoeiros Representação da estrutura [104] (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 68 – Conduita identificada na sondagem 2. no edifício n.º93 da Rua dos Bacalhoeiros (Autoria: Equipa Neoépica)



Figs. 69 e 70 (respectivamente) – Imagens ilustrativas dos alargamentos realizados na sondagem 3, localizada no edifício n.º103 da Rua dos Bacalhoeiros (Autoria: Equipa Neoépica)



Figs. 71 e 72 (respectivamente) – Imagens ilustrativas do possível troço da muralha Fernandina, localizada na sondagem 3 no edifício n.º103 da Rua dos Bacalhoeiros (Autoria: Equipa Neoépica)





Figs. 73 e 74 (respectivamente) – Imagens ilustrativas da desmontagem da estrutura [314], localizada no edifício n.º103 da Rua dos Bacalhoeiros (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 75 – Alçado Oeste do possível troço da muralha Fernandina, sondagem 3, edifício n.º103 da Rua dos Bacalhoeiros (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 76 – Plano final da sondagem 7, no edifício n.º107 da Rua dos Bacalhoeiros (Autoria: Equipa Neoépica)



Fig. 77 - Sistema de lavagem de material arqueológico da empresa Neoépica (Fonte: Conferência *Problemáticas da Arqueologia Urbana: a experiência da Neoépica*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade do Algarve, em 19.11.2015)



Fig. 78 – Espaço de lavagem e tratamento de material no gabinete da Neoépica, Lda. (Autoria: Helena Soares)



Figs. 79 e 80 (respectivamente) – Ilustrações dos espaços de reserva de material em sala climatizada no gabinete da Neoépica, Lda. (Autoria: Helena Soares)

<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 91 Cerâmica comum</p>	<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 92 Cerâmica comum</p>
<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 93 Cerâmica comum</p>	<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 94 Cerâmica comum</p>
<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 95 Cerâmica comum</p>	<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 96 Cerâmica de construção</p>
<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 97 Faunas malacológica e osteológica animal e Ictiológico</p>	<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 98 Cerâmica comum, Cerâmica vidrada, Faiança, Porcelana, Terra Sigillata e Vidro</p>
<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 99 Amostras de argamassas, Escória, Fóssil, Lítico</p>	<p>ΝΕΟΕΡΙΚΑ arqueologia e património</p> <p>RAP/2007 (Peniche) Contentor 100 Amostra de sedimento</p>

Figs. 81 e 82 (respectivamente)- Acondicionamento e etiquetagem dos materiais inventariados no acervo material da intervenção arqueológica na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008) (Autoria: Helena Soares)





Figs. 83 a 88 - (respectivamente) Ilustrações exemplificativas de materiais inventariados no acervo da intervenção arqueológica na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008) (Autoria: Helena Soares)

Inventário RAP-07 - Peniche										
Nº Inv	Con	Localização	U.E.	Tipo	Estado	Quantidade Saco	Peso (kg)	Quantidade Escrita	Observações	
RAP-07.V1.[102].311	7	Vala 1	[102]	Cerâmica comum	PR	1	0,45		Terra Sigillata	
RAP-07.V1.[102].312	97	Vala 1	[102]	Osteológico		1	0,36		-	
RAP-07.V1.[102].313	97	Vala 1	[102]	Malacológico		1	0,52		-	
RAP-07.V1.[102A].314	97	Vala 1	[102A]	Malacológico		1	0,201		-	
RAP-07.V1.[102A].315	97	Vala 1	[102A]	Ictiológico		1	0,04		-	
RAP-07.V1.[102A].316	97	Vala 1	[102A]	Malacológico		1	0,46		-	
RAP-07.V1.[102A].317	97	Vala 1	[102A]	Osteológico		1	0,46		-	
RAP-07.V1.[102A].318	99	Vala 1	[102A]	Amostra de argamassa		1	0,104		-	
RAP-07.V1.[102A].319	99	Vala 1	[102A]	Cobre/Bronze		1	0,04		-	
RAP-07.V1.[102A].320	7	Vala 1	[102A]	Cerâmica comum	BR	2		149	-	
RAP-07.V1.[102A].321	7 a 8	Vala 1	[102A]	Cerâmica comum	FD	3		42	-	
RAP-07.V1.[102A].322	8 a 9	Vala 1	[102A]	Cerâmica comum	ASA	3		75	-	
RAP-07.V1.[102A].323	9 a 19	Vala 1	[101A]	Cerâmica comum	PR	22	221,8		-	
RAP-07.V1.[103].324	19	Vala 1	[103]	Cerâmica comum	BR	2		61	-	
RAP-07.V1.[103].325	19	Vala 1	[103]	Cerâmica comum	FD	1		12	-	
RAP-07.V1.[103].326	19	Vala 1	[103]	Cerâmica comum	ASA	2		37	-	
RAP-07.V1.[103].327	20 a 22	Vala 1	[103]	Cerâmica comum	PR	7	184,42		-	
RAP-07.V2.[202].328	97	Vala 2	[202]	Osteológico		1	0,38		-	
RAP-07.V2.[202].329	97	Vala 2	[202]	Malacológico		1	0,126		-	
RAP-07.V2.[202].330	23	Vala 2	[202]	Cerâmica comum	BR	1		6	-	
RAP-07.V2.[202].331	23	Vala 2	[202]	Cerâmica comum	FD	1		8	-	
RAP-07.V2.[202].332	23	Vala 2	[202]	Cerâmica comum	PR	1	6		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].333	97	Vala 2, Sond. 1	[101]	Osteológico		1	0,3		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].334	97	Vala 2, Sond. 1	[101]	Malacológico		1	3,482		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].335	99	Vala 2, Sond. 1	[101]	Amostra de argamassa		1	0,274		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].336	99	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cobre/Bronze		1	0,294		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].337	97	Vala 2, Sond. 1	[101]	Ictiológico		1	0,04		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].338	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Vidro		1	0,12		-	
RAP-07.V2.SD1.[101].339	23 a 24	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum	BR	3		525	-	
RAP-07.V2.SD1.[101].340	24	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum	FD	1		59	-	

RAP-07.V2.SD1.[101].341	24 a 25	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum	ASA	4			365
RAP-07.V2.SD1.[101].342	26 a 47	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum	PR	51		1338,64	
RAP-07.V2.Sup.343	97	Vala 2, Superfície	Sup	Malacológico		1		0,27	
RAP-07.V2.Sup.344	47	Vala 2, Superfície	Sup	Cerâmica comum	BR	1			7
RAP-07.V2.Sup.345	47	Vala 2, Superfície	Sup	Cerâmica comum	FD	1			1
RAP-07.V2.Sup.346	47	Vala 2, Superfície	Sup	Cerâmica comum	ASA	1			2
RAP-07.V2.Sup.347	47	Vala 2, Superfície	Sup	Cerâmica comum	PR	1		15	
RAP-07.V2.SD1.[101A].348	47 a 48	Vala 2, Sond. 1	[101A]	Cerâmica comum	BR	2			318
RAP-07.V2.SD1.[101A].349	48	Vala 2, Sond. 1	[101A]	Cerâmica comum	FD	1			20
RAP-07.V2.SD1.[101A].350	48	Vala 2, Sond. 1	[101A]	Cerâmica comum	ASA	1			63
RAP-07.V2.SD1.[101A].351	48 a 55	Vala 2, Sond. 1	[101A]	Cerâmica comum	PR	15		215,2	
RAP-07.V2.SD1.[101/102].352	97	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Malacológico		1		0,151	
RAP-07.V2.SD1.[101/102].353	97	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Osteológico		1		0,12	
RAP-07.V2.SD1.[101/102].354	99	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cobre/Bronze		1		0,07	
RAP-07.V2.SD1.[101/102].355	98	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Porcelana	PR	1			1
RAP-07.V2.SD1.[101/102].356	98	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Faiança	BR/PR	1			16
RAP-07.V2.SD1.[101/102].357	98	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cerâmica vidrada	BR/PR	1			8
RAP-07.V2.SD1.[101/102].358	98	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Terra Sigillata	PR	1			2
RAP-07.V2.SD1.[101/102].359	56	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cerâmica comum	BR	1			215
RAP-07.V2.SD1.[101/102].360	56	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cerâmica comum	FD	1			38
RAP-07.V2.SD1.[101/102].361	56	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cerâmica comum	ASA	2			278
RAP-07.V2.SD1.[101/102].362	57 a 65	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cerâmica comum	PR	25		115,2	
RAP-07.V2.SD1.[101A].364	96	Vala 2, Sond. 1	[101A]	Cerâmica de construção	PR	1			13
RAP-07.V2.SD1.[101/107].365	66	Vala 2, Sond. 1	[101/107]	Cerâmica comum	BR	1			6
RAP-07.V2.SD1.[101/107].366	66	Vala 2, Sond. 1	[101/107]	Cerâmica comum	PR	1		5,8	
RAP-07.V2.SD1.[104/102].367	66	Vala 2, Sond. 1	[104/102]	Cerâmica comum	BR	1			1
RAP-07.V2.SD1.[104/102].368	66	Vala 2, Sond. 1	[104/102]	Cerâmica comum	PR	1		0,521	
RAP-07.V2.SD1.[102].369	97	Vala 2, Sond. 1	[102]	Malacológico		1		0,47	
RAP-07.V2.SD1.[102].370	99	Vala 2, Sond. 1	[102]	Amostra de argamassa		1		0,41	
RAP-07.V2.SD1.[102].371	99	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cobre/Bronze		1		0	
RAP-07.V2.SD1.[102].372	98	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica vidrada	BR, FD, PR	1			14
RAP-07.V2.SD1.[102].373	96	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica de construção	PR	1		1,5	

Fig. 89 – Inventário dos materiais arqueológicos da intervenção arqueológica realizada na Rua Azeredo Perdigoão, em Peniche (2007-2008). Inserção dos dados em suporte digital *Excel* (Autoria: Helena Soares)

RAP-07.V2.SD1.[101/107].36	66	Vala 2, Sond. 1	[101/107]	Cerâmica comum	BR	1		6	
RAP-07.V2.SD1.[101/107].36	66	Vala 2, Sond. 1	[101/107]	Cerâmica comum	PR	1	5,8		
RAP-07.V2.SD1.[104/102].36	66	Vala 2, Sond. 1	[104/102]	Cerâmica comum	BR	1		1	
RAP-07.V2.SD1.[104/102].36	66	Vala 2, Sond. 1	[104/102]	Cerâmica comum	PR	1	0,521		
RAP-07.V2.SD1.[102].369	97	Vala 2, Sond. 1	[102]	Malacológico		1	0,47		
RAP-07.V2.SD1.[102].370	99	Vala 2, Sond. 1	[102]	Amostra de argamassa		1	0,41		
RAP-07.V2.SD1.[102].371	99	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cobre/Bronze		1	0		
RAP-07.V2.SD1.[102].372	98	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica vidrada	BR, FD, PR	1		14	
RAP-07.V2.SD1.[102].373	96	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica de construção	PR	1	1,5		
RAP-07.V2.SD1.[102].374	98	Vala 2, Sond. 1	[102]	Faiança	ASA, PR	1		24	
RAP-07.V2.SD1.[102].375	98	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica comum	PR	1		1	Peça com grafito
RAP-07.V2.SD1.[102].376	66	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica comum	PR	1		1	Peso
RAP-07.V2.SD1.[102].377	98	Vala 2, Sond. 1	[102]	Terra Sigillata	PR	1		1	
RAP-07.V2.SD1.[102].378	66	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica comum	BR	1		102	
RAP-07.V2.SD1.[102].379	66	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica comum	ASA	1		55	
RAP-07.V2.SD1.[102].380	66	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica comum	FD	1		12	
RAP-07.V2.SD1.[102].381	66 a 68	Vala 2, Sond. 1	[102]	Cerâmica comum	PR	6	169		
RAP-07.V2.SD2.[201].382	96	Vala 2, Sond. 2	[201]	Cerâmica de construção	BR	1		1	
RAP-07.V2.SD2.[201].383	68	Vala 2, Sond. 2	[201]	Cerâmica comum	BR	1		38	
RAP-07.V2.SD2.[201].384	69	Vala 2, Sond. 2	[201]	Cerâmica comum	ASA	1		50	
RAP-07.V2.SD2.[201].385	69	Vala 2, Sond. 2	[201]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP-07.V2.SD2.[201].386	69 a 70	Vala 2, Sond. 2	[201]	Cerâmica comum	PR	3	36,7		
RAP-07.V2.SD2.[202].387	70	Vala 2, Sond. 2	[202]	Cerâmica comum	BR	1		3	
RAP-07.V2.SD2.[202].388	70	Vala 2, Sond. 2	[202]	Cerâmica comum	ASA	1		4	
RAP-07.V2.SD2.[202].388	70	Vala 2, Sond. 2	[202]	Cerâmica comum	PR	1	0,259		
RAP-07.V2.SD2.[203].390	97	Vala 2, Sond. 2	[203]	Malacológico		1	0,26		
RAP-07.V2.SD2.[203].390	96	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica de construção	PR	1		1	Telha
RAP-07.V2.SD2.[203].392	96	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica de construção	PR	1		1	
RAP-07.V2.SD2.[203].393	70	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica comum	BR	1		8	
RAP-07.V2.SD2.[203].394	70	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica comum	ASA	1		14	
RAP-07.V2.SD2.[203].395	70	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica comum	PR	1	8,1		

RAP-07.V2.SD2.[203].390	97	Vala 2, Sond. 2	[203]	Malacológico		1	0,26		
RAP-07.V2.SD2.[203].390	96	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica de construção	PR	1		1	Telha
RAP-07.V2.SD2.[203].392	96	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica de construção	PR	1		1	
RAP-07.V2.SD2.[203].393	70	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica comum	BR	1		8	
RAP-07.V2.SD2.[203].394	70	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica comum	ASA	1		14	
RAP-07.V2.SD2.[203].395	70	Vala 2, Sond. 2	[203]	Cerâmica comum	PR	1	8,1		
RAP-07.V2.SD3.[301].396	70	Vala 2, Sond. 3	[301]	Cerâmica comum	PR	1	0,9		
RAP-07.V2.SD3.[302].397	97	Vala 2, Sond. 3	[302]	Malacológico		1	0,26		
RAP-07.V2.SD3.[302].398	97	Vala 2, Sond. 3	[302]	Osteológico		1	0,02		
RAP-07.V2.SD3.[302].399	99	Vala 2, Sond. 3	[302]	Lítico		1	0,166	1	
RAP-07.V2.SD3.[302].400	99	Vala 2, Sond. 3	[302]	Cobre/Bronze		1	0,09		
RAP-07.V2.SD3.[302].401	71	Vala 2, Sond. 3	[302]	Cerâmica comum	BR	1		1	
RAP-07.V2.SD3.[302].402	71	Vala 2, Sond. 3	[302]	Cerâmica comum	ASA	1		3	
RAP-07.V2.SD3.[302].403	71	Vala 2, Sond. 3	[302]	Cerâmica comum	PR	1	2,9		
RAP-07.V2.SD5.[501].404	97	Vala 2, Sond. 5	[501]	Malacológico		1	0,07		
RAP-07.V2.SD5.[501].405	71	Vala 2, Sond. 5	[501]	Cerâmica comum	BR	1		2	
RAP-07.V2.SD1.[101/102].40	99	Vala 2, Sond. 1	[101/102]	Cobre/Bronze		1	0,31		
RAP-07.V2.SD1.[101/102].40	99	Vala 2, Sond. 1	101/102	Chumbo		1	0,06	1	
RAP-07.[1].408	97	Sem indicação	[1]	Malacológico		1	0,31		
RAP-07.[1].409	98	Sem indicação	[1]	Cerâmica vidrada	PR	1		2	
RAP-07.[1].410	99	Sem indicação	[1]	Escória		1	0,54		
RAP-07.[1].411	99	Sem indicação	[1]	Chumbo		1	0,39	1	
RAP-07.[1].412	99	Sem indicação	[1]	Fóssil		1	0,23	2	
RAP-07.[1].413	99	Sem indicação	[1]	Cobre/Bronze		1	0,24		
RAP-07.[1].414	98	Sem indicação	[1]	Terra Sigillata	PR	1	0,07	1	
RAP-07.[1].415	98	Sem indicação	[1]	Cerâmica comum	PR	1		1	Com inscrição
RAP-07.[1].416	96	Sem indicação	[1]	Cerâmica de construção	PR	1	6,4		
RAP-07.[1].417	71	Sem indicação	[1]	Cerâmica comum	BR	1		280	
RAP-07.[1].418	71	Sem indicação	[1]	Cerâmica comum	FD	1		32	
RAP-07.[1].419	72	Sem indicação	[1]	Cerâmica comum	ASA	1		109	
RAP-07.[1].420	72 a 79	Sem indicação	[1]	Cerâmica comum	PR	15	218,5		

Fig. 89 – Inventário dos materiais arqueológicos da intervenção arqueológica realizada na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008). Inserção dos dados em suporte digital *Excel* (Autoria: Helena Soares)

RAP - 07. [01A]. 421	96	Sem indicação	[01A]	Cerâmica de construção	PR	1	0,399		
RAP - 07. [01A]. 422	80	Sem indicação	[01A]	Cerâmica comum	BR	1		13	
RAP - 07. [01A]. 423	80	Sem indicação	[01A]	Cerâmica comum	FD	1		4	
RAP - 07. [01A]. 424	80	Sem indicação	[01A]	Cerâmica comum	ASA	1		15	
RAP - 07. [01A]. 425	80	Sem indicação	[01A]	Cerâmica comum	PR	2	22,2		
RAP - 07. [2/1]. 426	98	Sem indicação	[2/1]	Faiça	BR, PR	1	0,46	5	
RAP - 07. [2/1]. 427	98	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica vidrada	PR	1	0,25	2	
RAP - 07. [2/1]. 428	98	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica comum	BR	1		2	Com decoração estampilhada
RAP - 07. [2/1]. 429	96	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica de construção	PR	1	3,4	34	
RAP - 07. [2/1]. 430	81	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica comum	BR	1		91	
RAP - 07. [2/1]. 431	81	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica comum	FD	1		15	
RAP - 07. [2/1]. 432	81	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica comum	ASA	1		80	
RAP - 07. [2/1]. 433	81 a 83	Sem indicação	[2/1]	Cerâmica comum	PR	5	65,3		
RAP - 07. [3]. 434	97	Sem indicação	[3]	Osteológico		1	0,15		
RAP - 07. [3]. 435	96	Sem indicação	[3]	Cerâmica de construção	PR	1	1,1		
RAP - 07. [3]. 436	84	Sem indicação	[3]	Cerâmica comum	BR	1		30	
RAP - 07. [3]. 437	84	Sem indicação	[3]	Cerâmica comum	FD	1		8	
RAP - 07. [3]. 438	84	Sem indicação	[3]	Cerâmica comum	ASA	1		31	
RAP - 07. [3]. 439	84	Sem indicação	[3]	Cerâmica comum	PR	2	25,4		
RAP - 07. [13]. 440	98	Área Norte	[13]	Cerâmica vidrada	BR, PR	1		2	
RAP - 07. [13]. 441	98	Área Norte	[13]	Faiça	PR	1	0,04	1	
RAP - 07. [13]. 442	96	Área Norte	[13]	Cerâmica de construção	PR	1	0,287	1	
RAP - 07. [13]. 443	85	Área Norte	[13]	Cerâmica comum	BR	1		50	
RAP - 07. [13]. 444	85	Área Norte	[13]	Cerâmica comum	FD	1		15	
RAP - 07. [13]. 445	85	Área Norte	[13]	Cerâmica comum	ASA	1		28	
RAP - 07. [13]. 446	85 a 86	Área Norte	[13]	Cerâmica comum	PR	3	33,2		
RAP - 07. Área [01]. 447	99	Jud. 102/200; 104/210; 100/212; 102/202; 100/204; 100/206; 102/208	[01]	Lítico		1	0,69	1	
RAP - 07. Área [01]. 448	96	Jud. 102/200; 104/210; 100/212; 102/202; 100/204; 100/206; 102/208	[01]	Cerâmica de construção	PR	1	0,248		
RAP - 07. Área [01]. 449	87	Jud. 102/200; 104/210; 100/212; 102/202; 100/204; 100/206; 102/208	[01]	Cerâmica comum	BR	1		5	
RAP - 07. Área [01]. 450	87	Jud. 102/200; 104/210; 100/212; 102/202; 100/204; 100/206; 102/208	[01]	Cerâmica comum	FD	1		3	
RAP - 07. Área [01]. 451	87	Jud. 102/200; 104/210; 100/212; 102/202; 100/204; 100/206; 102/208	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		6	
RAP - 07. Área [01]. 452	87	Jud. 102/200; 104/210; 100/212; 102/202; 100/204; 100/206; 102/208	[01]	Cerâmica comum	PR	1	14,7		
RAP - 07. Área [01]. 453	96	Quad. 106/196	[01]	Cerâmica de construção	PR	1	0,221	2	
RAP - 07. Área [01]. 454	87	Quad. 106/196	[01]	Cerâmica comum	BR	1		12	
RAP - 07. Área [01]. 455	87	Quad. 106/196	[01]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP - 07. Área [01]. 456	87	Quad. 106/196	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		5	
RAP - 07. Área [01]. 457	87	Quad. 106/196	[01]	Cerâmica comum	PR	1	4,8		
RAP - 07. Área [01]. 458	87	Quad. 106/198	[01]	Cerâmica comum	BR	1		6	
RAP - 07. Área [01]. 459	87	Quad. 106/198	[01]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP - 07. Área [01]. 460	87	Quad. 106/198	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		6	
RAP - 07. Área [01]. 461	87	Quad. 106/198	[01]	Cerâmica comum	PR	1	9,4		
RAP - 07. Área [01]. 462	98	Quad. 106/198	[01]	Terra Sigillata	BR	1		1	
RAP - 07. Área [01]. 463	97	Quad. 106/200	[01]	Malacológico		1	0,16		
RAP - 07. Área [01]. 464	98	Quad. 106/200	[01]	Cerâmica vidrada	PR	1		1	
RAP - 07. Área [01]. 465	99	Quad. 106/200	[01]	Cobre/Bronze		1	0,33		
RAP - 07. Área [01]. 466	96	Quad. 106/200	[01]	Cerâmica de construção	PR	1	0,584	7	
RAP - 07. Área [01]. 467	88	Quad. 106/200	[01]	Cerâmica comum	BR	1		9	
RAP - 07. Área [01]. 468	88	Quad. 106/200	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		6	
RAP - 07. Área [01]. 469	88	Quad. 106/200	[01]	Cerâmica comum	PR	2	17,5		
RAP - 07. Área [01]. 470	88	Quad. 108/202	[01]	Cerâmica comum	PR	1	0,534		
RAP - 07. Área [01]. 471	96	Quad. 104/198	[01]	Cerâmica de construção	PR	1	0,2	1	
RAP - 07. Área [01]. 472	88	Quad. 104/198	[01]	Cerâmica comum	BR	1		8	
RAP - 07. Área [01]. 473	88	Quad. 104/198	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		6	
RAP - 07. Área [01]. 474	88	Quad. 104/198	[01]	Cerâmica comum	PR	1	6,1		
RAP - 07. Área [01]. 475	97	Quad. 120/210	[01]	Malacológico		1	0,07		
RAP - 07. Área [01]. 476	99	Quad. 120/210	[01]	Cobre/Bronze		1	0,22		
RAP - 07. Área [01]. 477	98	Quad. 120/210	[01]	Vidro		1	0,02	1	
RAP - 07. Área [01]. 478	96	Quad. 120/210	[01]	Cerâmica de construção	PR	1	0,195	2	
RAP - 07. Área [01]. 479	88	Quad. 120/210	[01]	Cerâmica comum	BR	1		8	
RAP - 07. Área [01]. 480	88	Quad. 120/210	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		3	
RAP - 07. Área [01]. 481	88	Quad. 120/210	[01]	Cerâmica comum	PR	1	1,9		

Fig. 89 – Inventário dos materiais arqueológicos da intervenção arqueológica realizada na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008). Inserção dos dados em suporte digital *Excel* (Autoria: Helena Soares)

RAP-07.Área.[01].482	98	Quad.120/210	[01]	Vidro		1		1	
RAP-07.Área.[01].483	97	Quad.120/210	[01]	Malacológico		1	0,74		
RAP-07.Área.[01].484	97	Quad.120/210	[01]	Osteológico		1	0,03		
RAP-07.Área.[01].485	98	Quad.120/210	[01]	Cerâmica comum	PR	1		1	Cerâmica com decoração
RAP-07.Área.[01].486	88	Quad.120/210	[01]	Cerâmica comum	BR	1		6	
RAP-07.Área.[01].487	88	Quad.120/210	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		3	
RAP-07.Área.[01].488	88	Quad.120/210	[01]	Cerâmica comum	PR	1	2,6		
RAP-07.Área.[01].489	97	Quad.108/200	[01]	Malacológico		1	0,36		
RAP-07.Área.[01].490	96	Quad.108/200	[01]	Cerâmica de construção		1	0,139	2	
RAP-07.Área.[01].491	89	Quad.108/200	[01]	Cerâmica comum	BR	1		12	
RAP-07.Área.[01].492	89	Quad.108/200	[01]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP-07.Área.[01].493	89	Quad.108/200	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		2	
RAP-07.Área.[01].494	89	Quad.108/200	[01]	Cerâmica comum	PR	1	8,6		
RAP-07.Área.[01].495	97	Quad.120/204-118/204	[01]	Malacológico		1	0,03		
RAP-07.Área.[01].46	96	Quad.120/204-118/204	[01]	Cerâmica de construção	PR	1	0,184	3	
RAP-07.Área.[01].497	89	Quad.120/204-118/204	[01]	Cerâmica comum	BR	1		18	
RAP-07.Área.[01].498	89	Quad.120/204-118/204	[01]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP-07.Área.[01].499	89	Quad.120/204-118/204	[01]	Cerâmica comum	ASA	1		2	
RAP-07.Área.[01].500	89	Quad.120/204-118/204	[01]	Cerâmica comum	PR	1	8,4		
RAP-07.Área.[02].501	97	Quad.118/202-118-204	[02]	Malacológico		1	0,56		
RAP-07.Área.[02].502	98	Quad.118/202-118-204	[02]	Faiança	BR, FD, PR	1		6	
RAP-07.Área.[02].503	98	Quad.118/202-118-204	[02]	Cerâmica vidrada	BR, PR	1	0,149	3	
RAP-07.Área.[02].504	96	Quad.118/202-118-204	[02]	Cerâmica de construção		1	0,354	4	
RAP-07.Área.[02].505	98	Quad.118/202-118-204	[02]	Terra Sigillata	BR, PR	1		3	
RAP-07.Área.[02].506	89	Quad.118/202-118-204	[02]	Cerâmica comum	BR	1		19	
RAP-07.Área.[02].507	89	Quad.118/202-118-204	[02]	Cerâmica comum	FD	1		4	
RAP-07.Área.[02].508	89	Quad.118/202-118-204	[02]	Cerâmica comum	ASA	1		6	
RAP-07.Área.[02].509	89	Quad.118/202-118-204	[02]	Cerâmica comum	PR	1	7,4		
RAP-07.Área.[14].510	96	Quad.108/196	[14]	Cerâmica de construção		1	0,54	1	
RAP-07.Área.[14].511	89	Quad.108/196	[14]	Cerâmica comum	BR	1		9	
RAP-07.Área.[14].512	89	Quad.108/196	[14]	Cerâmica comum	ASA	1		2	
RAP-07.Área.[14].513	90	Quad.108/196	[14]	Cerâmica comum	PR	1	4		
RAP-07.Área.[14].514	97	Quad.106/196	[14]	Malacológico		1	0,08		
RAP-07.Área.[14].515	99	Quad.106/196	[14]	Fóssil		1	0,04	1	
RAP-07.Área.[14].516	98	Quad.106/196	[14]	Cerâmica comum	PR	1		2	Com decoração
RAP-07.Área.[14].517	96	Quad.106/196	[14]	Cerâmica de construção	PR	1	0,284	5	
RAP-07.Área.[14].518	90	Quad.106/196	[14]	Cerâmica comum	BR	1		26	
RAP-07.Área.[14].519	90	Quad.106/196	[14]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP-07.Área.[14].520	90	Quad.106/196	[14]	Cerâmica comum	ASA	1		18	
RAP-07.Área.[14].521	90	Quad.106/196	[14]	Cerâmica comum	PR	2		21,9	
RAP-07.Área.[22].522	97	Quad.122/206	[22]	Osteológico		1	0,27		
RAP-07.Área.[22].523	96	Quad.122/206	[22]	Cerâmica de construção	PR	1	0,458	4	
RAP-07.Área.[22].524	90	Quad.122/206	[22]	Cerâmica comum	BR	1		15	
RAP-07.Área.[22].525	90	Quad.122/206	[22]	Cerâmica comum	FD	1		1	
RAP-07.Área.[22].526	90	Quad.122/206	[22]	Cerâmica comum	ASA	1		11	
RAP-07.Área.[22].527	91	Quad.122/206	[22]	Cerâmica comum	PR	1	8,6		
RAP-07.Área.[41].528	97	Quad.104/212	[41]	Malacológico		1	0,11		
RAP-07.V1.529	91	Vala 1		Cerâmica comum	BR	1		11	
RAP-07.V1.530	91	Vala 1		Cerâmica comum	ASA	1		4	
RAP-07.V1.531	91	Vala 1		Cerâmica comum	PR	1	2		
RAP-07.Área Este.V1.532	91	Área Este, Vala 1		Cerâmica comum	BR	1		9	
RAP-07.Área Este.V1.533	91	Área Este, Vala 1		Cerâmica comum	ASA	1		4	
RAP-07.Área Este.V1.534	91	Área Este, Vala 1		Cerâmica comum	PR	1	4,2		
RAP-07.V1.B1.535	91	Vala 1, Bolsa 1		Cerâmica comum	BR	1		10	
RAP-07.V1.B1.536	91	Vala 1, Bolsa 1		Cerâmica comum	FD	1		2	
RAP-07.V1.B1.537	91	Vala 1, Bolsa 1		Cerâmica comum	ASA	1		10	
RAP-07.V1.B1.538	92	Vala 1, Bolsa 1		Cerâmica comum	PR	1	15,3		
RAP-07.V1.B1.539	98	Vala 1, Bolsa 1		Cerâmica comum	PR	1		1	Com decoração
RAP-07.V2.SD1.540	96	Vala 2, Sond. 1		Cerâmica de construção		1	0,246	3	
RAP-07.V2.SD1.541	92	Vala 2, Sond. 1		Cerâmica comum	BR	1		5	
RAP-07.V2.SD1.542	92	Vala 2, Sond. 1		Cerâmica comum	ASA	1		2	
RAP-07.V2.SD1.543	92	Vala 2, Sond. 1		Cerâmica comum	PR	1	6,6		

Fig. 89 – Inventário dos materiais arqueológicos da intervenção arqueológica realizada na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008). Inserção dos dados em suporte digital Excel (Autoria: Helena Soares)

RAP -07.544	97			Malacológico		1	0,201		
RAP -07.545	97			Osteológico		1	0,13		
RAP -07.546	98			<i>Terra Sigillata</i>		1		2	
RAP -07.547	96			Cerâmica de construção		1	5		
RAP -07.548	92			Cerâmica comum	BR	1		94	Inclui fragmento de testo
RAP -07.549	93			Cerâmica comum	FD	1		25	
RAP -07.550	93			Cerâmica comum	ASA	1		59	Inclui fragmento de testo
RAP -07.551	93 a 95			Cerâmica comum	PR	6	68,3		
RAP -07.V2.SD1.[01].552	100	Vala 2, Sond. 1	[01]	Amostra de sedimento		1	2		
RAP -07.V1.[01].553	100	Vala 1	[01]	Amostra de sedimento		1	7,5		
RAP -07.V1.B1.[03].554	100	Vala 1, Bolsa 1	[03]	Amostra de sedimento		1	5,4		
RAP -07.V2.SD1.[03].555	101	Vala 2, Sond. 1	[03]	Amostra de sedimento		1	5		
RAP -07.V2.SD1.[04].556	101	Vala 2, Sond. 1	[04]	Amostra de sedimento		1	5,7		
RAP -07.Área.[22].557	101	Quad. 122/206	[22]	Amostra de sedimento		2	12,8		
RAP -07.[17].558	102		[17]	Amostra de sedimento		1	8		
RAP -07.f03l.559	102			Amostra de sedimento		1	4,7		

RAP -07.V2.SD1.[101].560	96	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica de construção		1	2,7		
RAP -07.V1.B1.[102A].561	96	Vala 1, Bolsa 1	[102A]	Cerâmica de construção		1	1,5		
RAP -07.V2.[202].562	96	Vala 2	[202]	Cerâmica de construção		1	7		
RAP -07.V2.SD1.[101].563	99	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cobre/Bronze		1	0,17		
RAP -07.V2.[202].564	98	Vala 2	[202]	Faiança	BR, PR	1	0,63	10	
RAP -07.V2.SD1.[101].565	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Faiança	BR, FD, PR	1	6	4	
RAP -07.V2.SD1.[101].566	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica vidrada	FD, PR	1	0,346	5	
RAP -07.V2.[202].567	98	Vala 2	[202]	Cerâmica vidrada		1	0,11		
RAP -07.V2.SD1.[101].568	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	<i>Terra Sigillata</i>	BR, FD, PR	1	0,35	5	Uma peça com decoração
RAP -07.V2.SD1.[101].569	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum		1	0,11	1	Com decoração
RAP -07.V1.B1.[103].570	98	Vala 1, Bolsa 1	[103]	Cerâmica comum		1	0,109	1	Com marca de oleiro
RAP -07.V2.SD1.[101].571	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum		1	0,226	1	Com grafitos
RAP -07.[202].572	98		[202]	Cerâmica comum	FD	1	0,21	1	Com decoração
RAP -07.V1.B1.[103].573	98	Vala 1, Bolsa 1	[103]	Cerâmica comum		1	0,69	1	Com marca de oleiro
RAP -07.V2.SD1.[101].574	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum		1	0,109	1	Com possível grafito
RAP -07.V2.SD1.[101].575	98	Vala 2, Sond. 1	[101]	Cerâmica comum	BR, PR	1	1,1	3	Com decoração

Fig. 89 – Inventário dos materiais arqueológicos da intervenção arqueológica realizada na Rua Azeredo Perdigão, em Peniche (2007-2008). Inserção dos dados em suporte digital *Excel* (Autoria: Helena Soares)

Inventário ARS-60 - Lisboa											
Nº Inv	Cont.	Sondagem	U.E.	Designação	Estado	Tipo	Quant.	Decoração/tratamento	Cronologia	Foto	Observações
ARS-60.SI.[105].1	1	I	[105]	Ind.	Frag	Osteológico animal	4	-	Indeterminado	-	-
ARS-60.SI.[105].2	1	I	[105]	Azulejo	Frag	Cerâmica construção	1	Vegetalista e geométrico a azul: flor enquadrada em quadrado preenchido a azul	XVII-XVIII	1-3	-
ARS-60.SI.[105].3	1	I	[105]	Ind.	Pr	Cerâmica fosca	1	-	Moderno-Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[105].4	1	I	[105]	Ind.	Pr	Porcelana chinesa	1	Geométrico: linha longitudinal a azul (ext.)	XVI-XVII	4-5	-
ARS-60.SI.[107].5	1	I	[107]	Preço	Int	Metal (ferro)	2	-	Indeterminado	6-7	-
ARS-60.SI.[107].6	1	I	[107]	Ind.	Frag	Vidro	2	Incolor	Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[107].7	1	I	[107]	Ind.	Frag	Vidro	1	Incolor	Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[107].8	1	I	[107]	Garrafa	Pr	Vidro	1	Negro	Moderno-Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[107].9	1	I	[107]	Garrafa	Pr	Vidro	1	Negro	Moderno-Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[107].10	1	I	[107]	Pecten sp.	Int	Malacológico	1	-	Indeterminado	8-11	-
ARS-60.SI.[107].11	1	I	[107]	Ind.	Frag	Osteológico animal	45	-	Indeterminado	-	-
ARS-60.SI.[107].12	1	I	[107]	Ind.	Frag	Osteológico animal	8	-	Indeterminado	-	Marcas de corte
ARS-60.SI.[107].13	1	I	[107]	Ovis/Capra	Dente	Osteológico animal	1	-	Indeterminado	-	-
ARS-60.SI.[107].14	1	I	[107]	Sus sp.	Preza	Osteológico animal	1	-	Indeterminado	12-14	-
ARS-60.SI.[107].15	1	I	[107]	Peça de Jogo (?)	Frag	Osteológico animal	1	-	Moderno-Contemporâneo	15-18	Vértebra de peixe
ARS-60.SI.[107].16	1	I	[107]	Telha de meia cana	Frag	Cerâmica construção	17	-	Moderno-Contemporâneo	-	Alguns dos fragmentos estão rolados
ARS-60.SI.[107].17	1	I	[107]	Azulejo	Frag	Cerâmica construção	4	Monocromática a negro e vegetalista a azul	Moderno-Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[107].18	1	I	[107]	Ind.	Pr	Cerâmica fosca	51	-	Moderno-Contemporâneo	-	Alguns rolados, com marca de fuligem ou ferro
ARS-60.SI.[107].19	1	I	[107]	Ind.	Aza	Cerâmica fosca	6	-	Moderno-Contemporâneo	-	-
ARS-60.SI.[107].20	1	I	[107]	Ind.	Aza (?)	Cerâmica fosca	1	-	Moderno-Contemporâneo	-	Com pingos de vidro aluminífero

Fig. 91 – Caso exemplificativo da aplicação de um outro modelo de inventário geral de análise do conjunto material (Fonte: Disponibilização Neoépica, Lda.)



Figs. 92 e 93 (respectivamente) – Imagens ilustrativas do processo de inventariação dos materiais recolhidos na intervenção arqueológica no Palácio Conde Barão de Alvito (2015), Lisboa (Autoria: Helena Soares)



Figs. 94 a 96 (respectivamente) – Imagens ilustrativas do processo de inventariação e de materiais recolhidos na intervenção arqueológica no Palácio Conde Barão de Alvito (2015), Lisboa (Autoria: Helena Soares)

AEEXO IV: Outras representações complementares

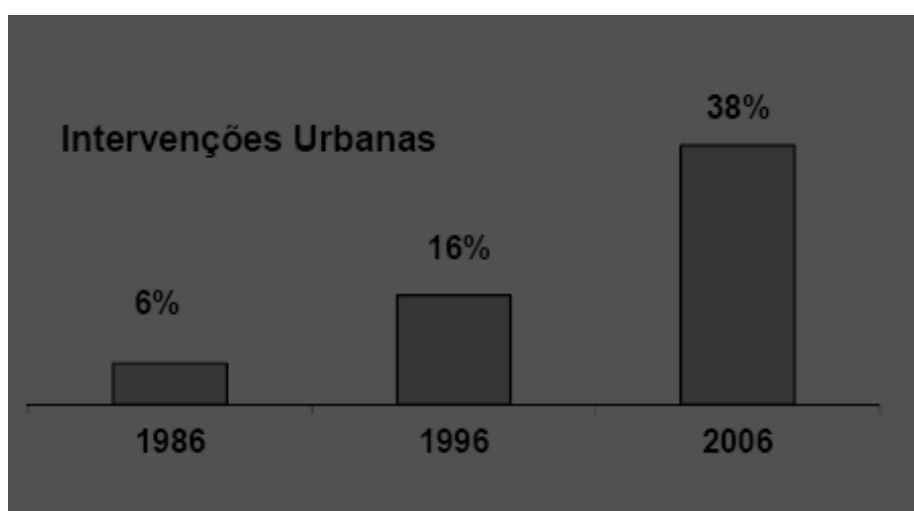


Fig. 97 – Evolução da actividade arqueológica em Portugal a partir da década de 80 do século XX (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

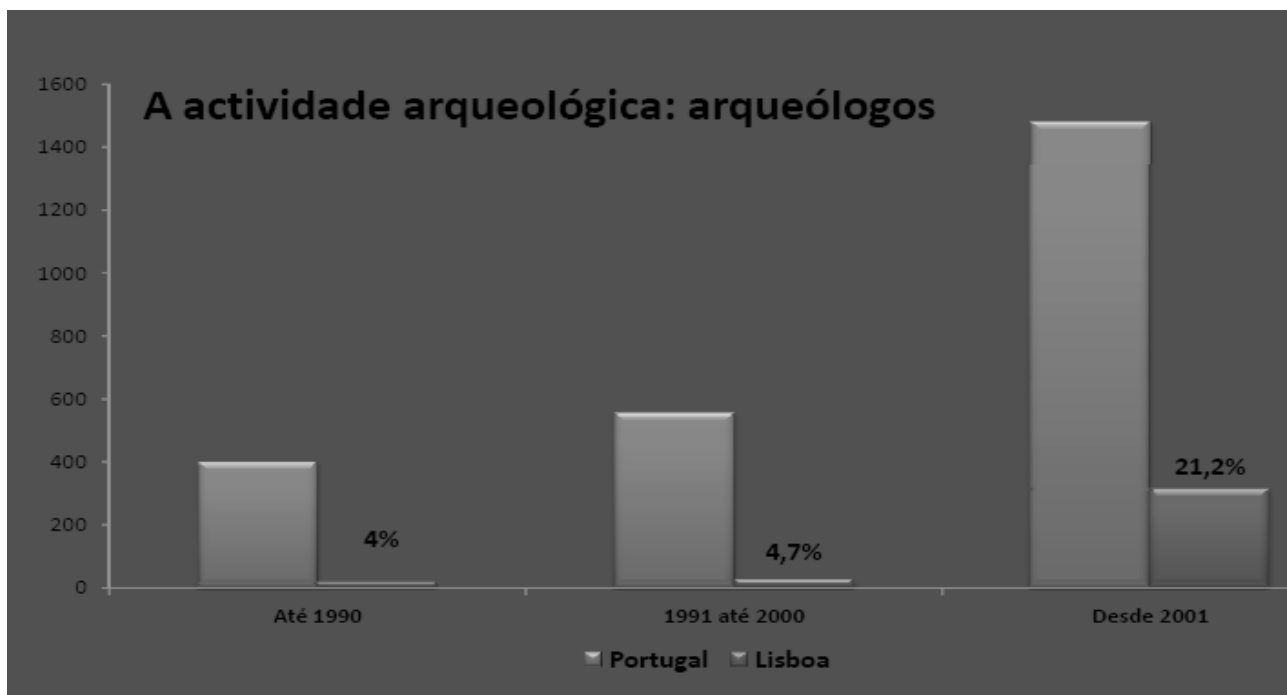
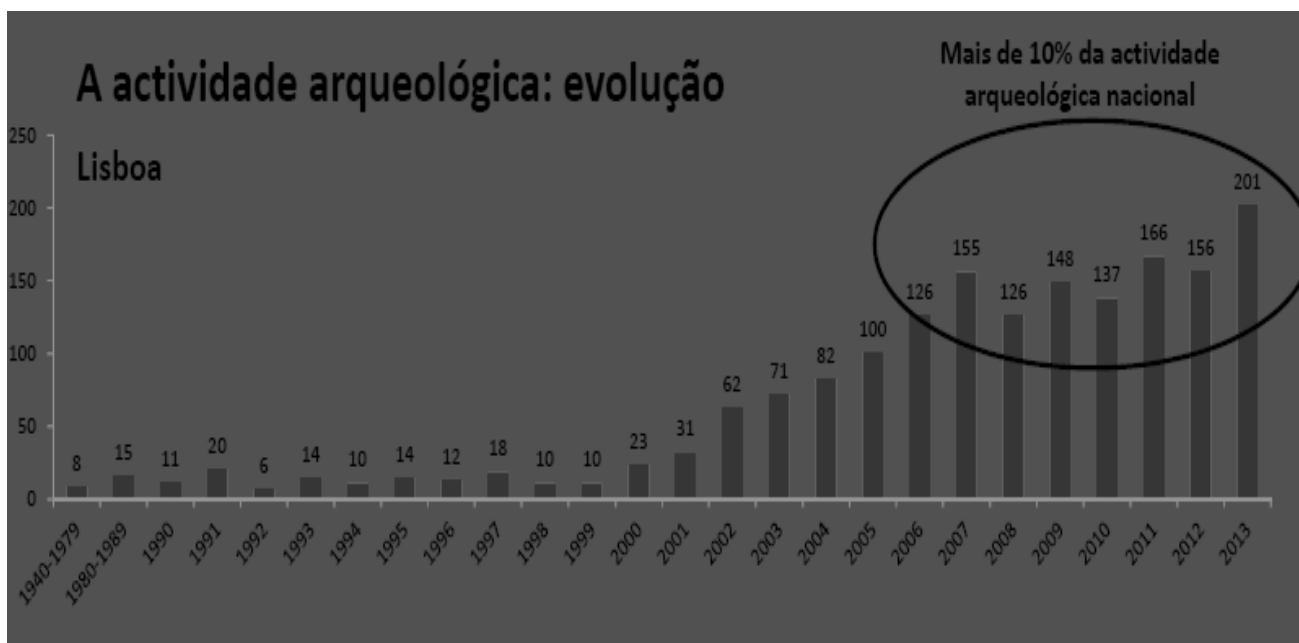


Fig. 98 – Evolução da actividade arqueológica na cidade de Lisboa a partir da década de 40 do século XX (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

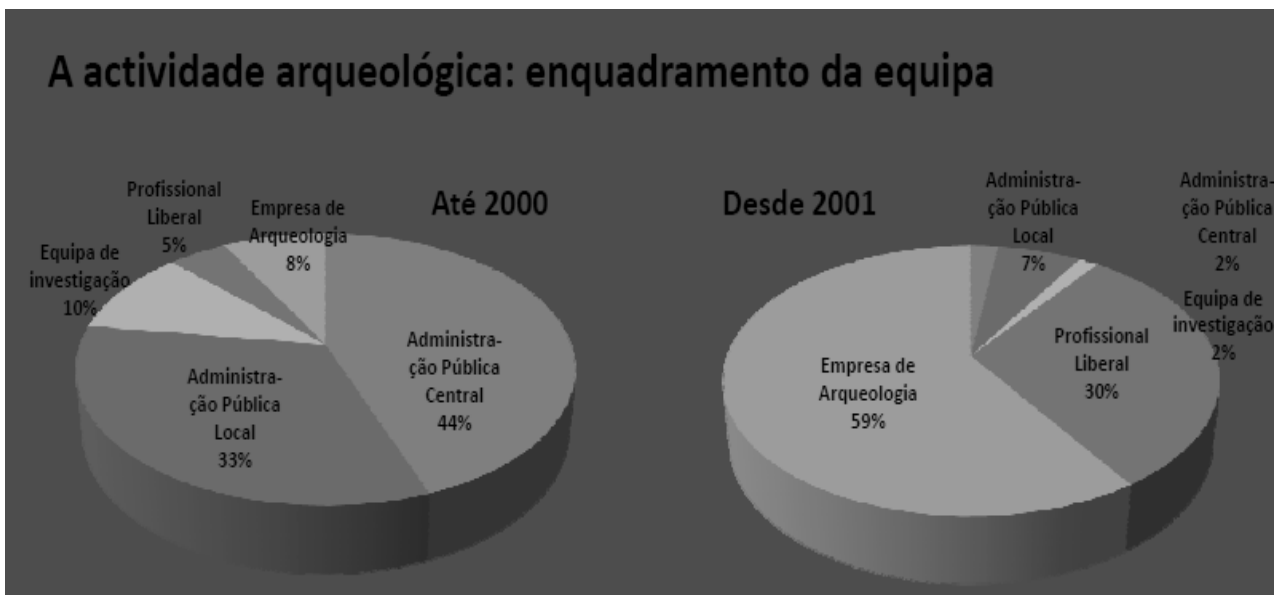


Fig. 99 - Dados estatísticos relativos ao enquadramento das equipas de Arqueologia na cidade de Lisboa (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

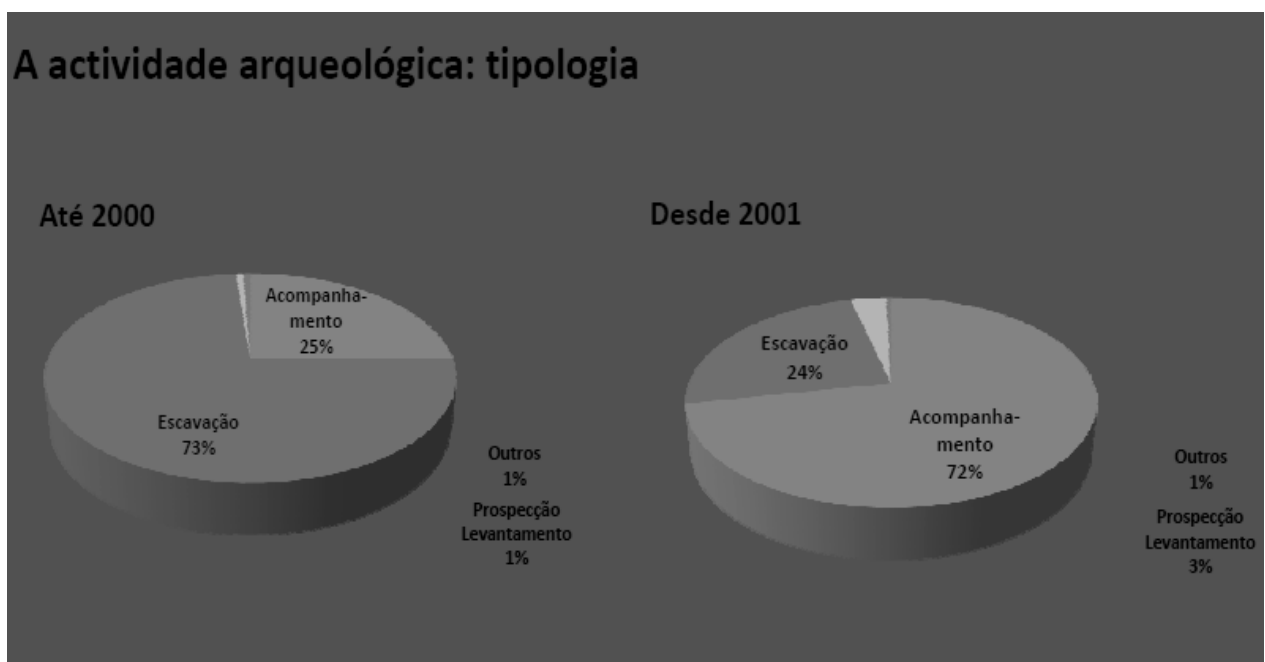


Fig. 100 - Dados estatísticos da prática arqueológica por tipologias de actividade na cidade de Lisboa (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

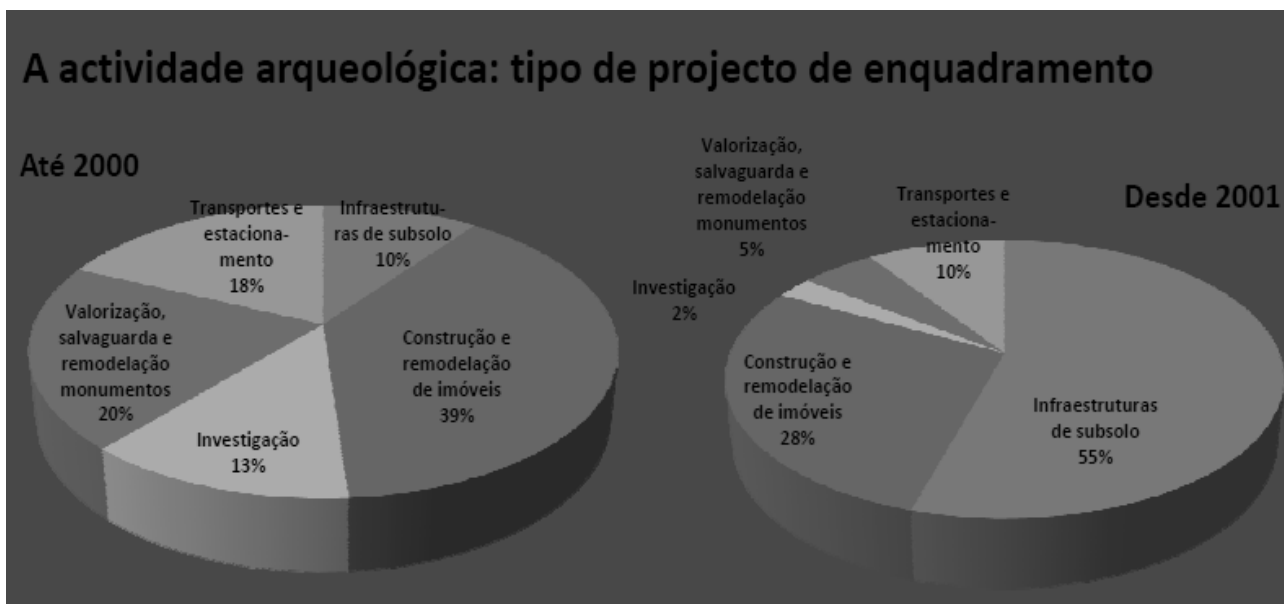


Fig. 101 - Dados estatísticos do tipo de projecto de enquadramento da actividade arqueológica (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)



Fig. 102 - Planta de qualificação e planeamento territorial do actual PDML (Aviso n.º 11622/2012, de 30 de Agosto de 2012) (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

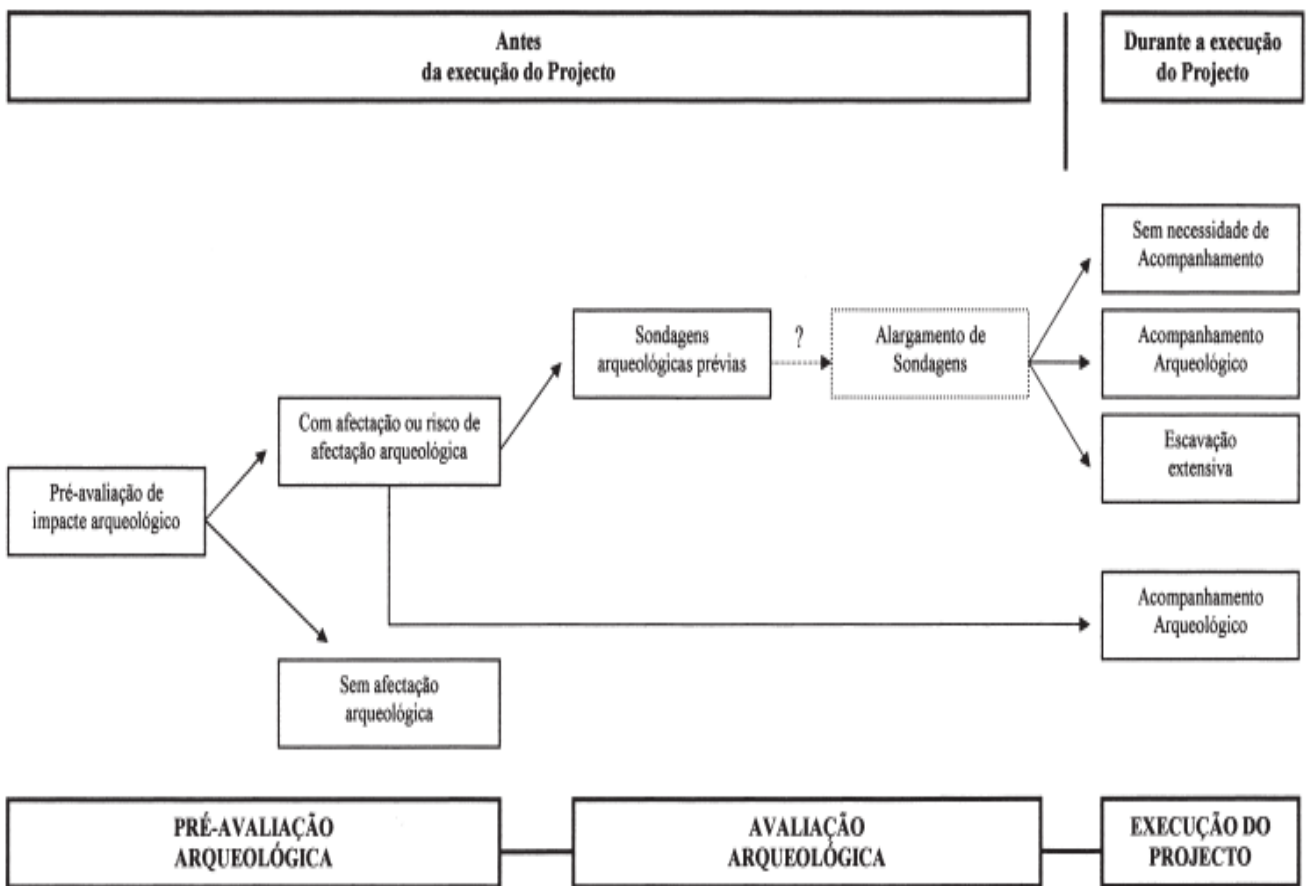


Fig. 103 - Esquema do processo de avaliação arqueológica, indicado pelo GA U/C MP (Fo

Câmara Municipal do Porto | Departamento de Museus e Património Cultural | GABINETE DE ARQUEOLOGIA URBANA

REGISTO DIÁRIO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

OBRA/INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA: **Lote 1 – Baixa Portuense** Acronímio **BP1.00**

Ano:
 Mês:
 Dia:
 Horário das observações:

Responsável: Rubrica:

Ref.	Áreas/ Arruamentos	Situação	Fotos	Obs.
1	Rua de S. Bento da Vitória			
2	Trav. de S. Bento da Vitória			
3	R. das Taipas (parte superior)			
4	Praça da Relação			
5	Largo do Olival			
6	Campo Mártires da Pátria (S)			
7	Jardim da Cordoaria			
8	Campo Mártires da Pátria (N)			
9	Praça de Parada Leão			
10	R. Dr. Ferreira da Silva			
11	R. S. Filipe Nery			
12	Rua das Carmelitas			
13	Rua da Assunção			
14	Rua dos Clérigos			

(Notas no verso)

Fig. 104 - Ficha de registo diário de acompanhamento arqueológico, preenchida com a indicação dos arruamentos em que ocorreram trabalhos de acompanhamento arqueológico - GAU/CMP (Fonte: SILVA, 2005, p.464)

PAA2001
 Programa de Coordenação e Acompanhamento Arqueológico de Obras da Porto 2001, S.A.
 Câmara Municipal do Porto - Gabinete de Arqueologia Urbana

REGISTO DE OBSERVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Ação: Análise: Nº OBS:

Armação:

Natureza da obra (vau, calçada, pavimento, etc.); localização, extensão e orientação; outros elementos)

Cota de superfície: Profundidade máx.: Tipo de rocha natural:

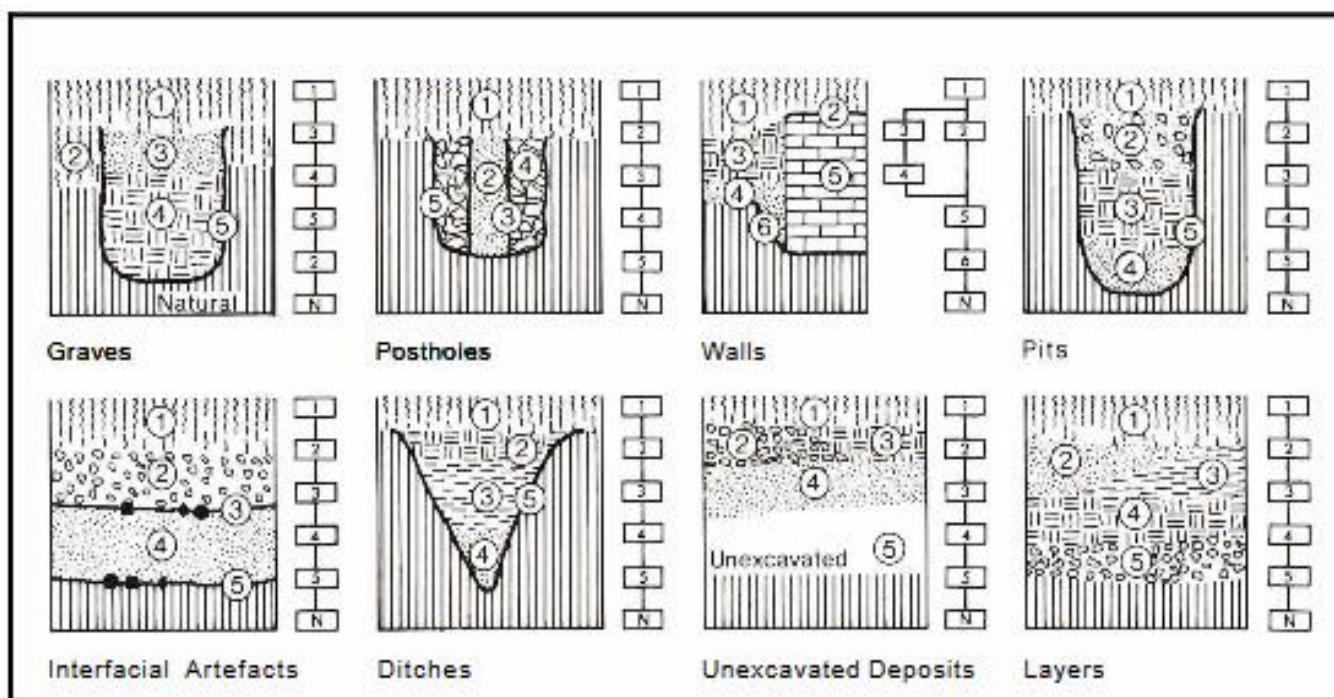
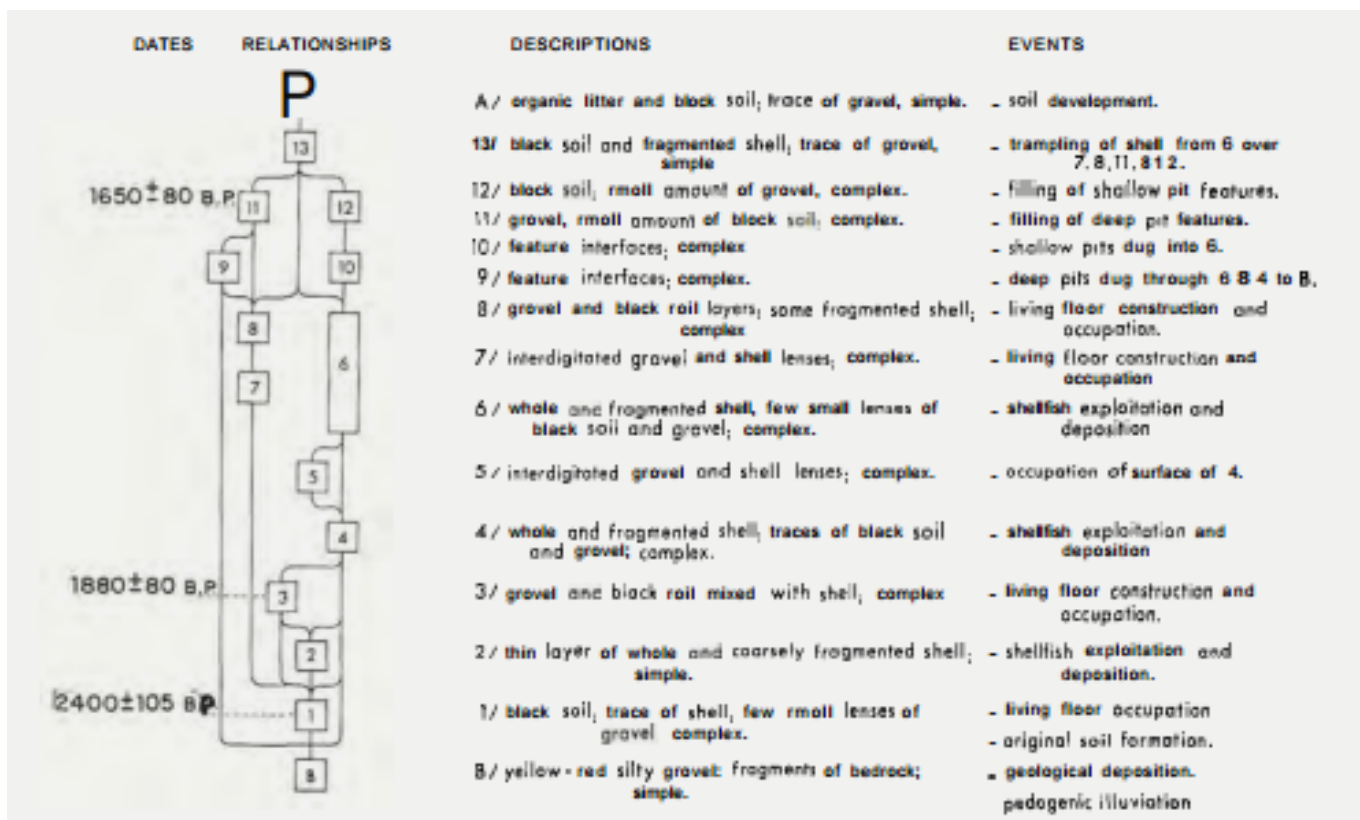
Elementos arqueológicos (espessura e caracterização das camadas estratigráficas e eventuais estruturas, etc.)

Fig. 105 - Ficha de registo de “Observação arqueológica”, utilizada em acompanhamento arqueológico - GAU/CMP (Fonte: SILVA, 2005, pp.465-466)

Recolhas de materiais (tipo, quantidade, características gerais)			
Intervenção/afetação arqueológica (marcas X)			
<input type="checkbox"/> Parte	<input type="checkbox"/> Restante	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Grande
Plantas/desenhos anexos		Fotografias	
Nº total de anexos:		Nº total de fotos:	Vídeo - Casos:
<input type="text"/> Ano	<input type="text"/> Mês	História das observações:	
<input type="text"/>		<input type="text"/>	
Responsável		Rubrica	

Fig. 105 - Ficha de registo de “Observação arqueológica”, utilizada em acompanhamento arqueológico - GAU/CMP (Fonte: SILVA, 2005, pp.465-466)

Fig. 106 - Excerto de uma seqüência estratigráfica esquematizada em um diagrama de contexto arqueológico de concheiro em Partridge Island, New Brunswick (acima) (Fonte: HARRIS, 1989, p.125). Exemplificação o de numeração de diferentes tipos unidades estratigráficas (em baixo) (Fonte: HARRIS, 1989, p.140).



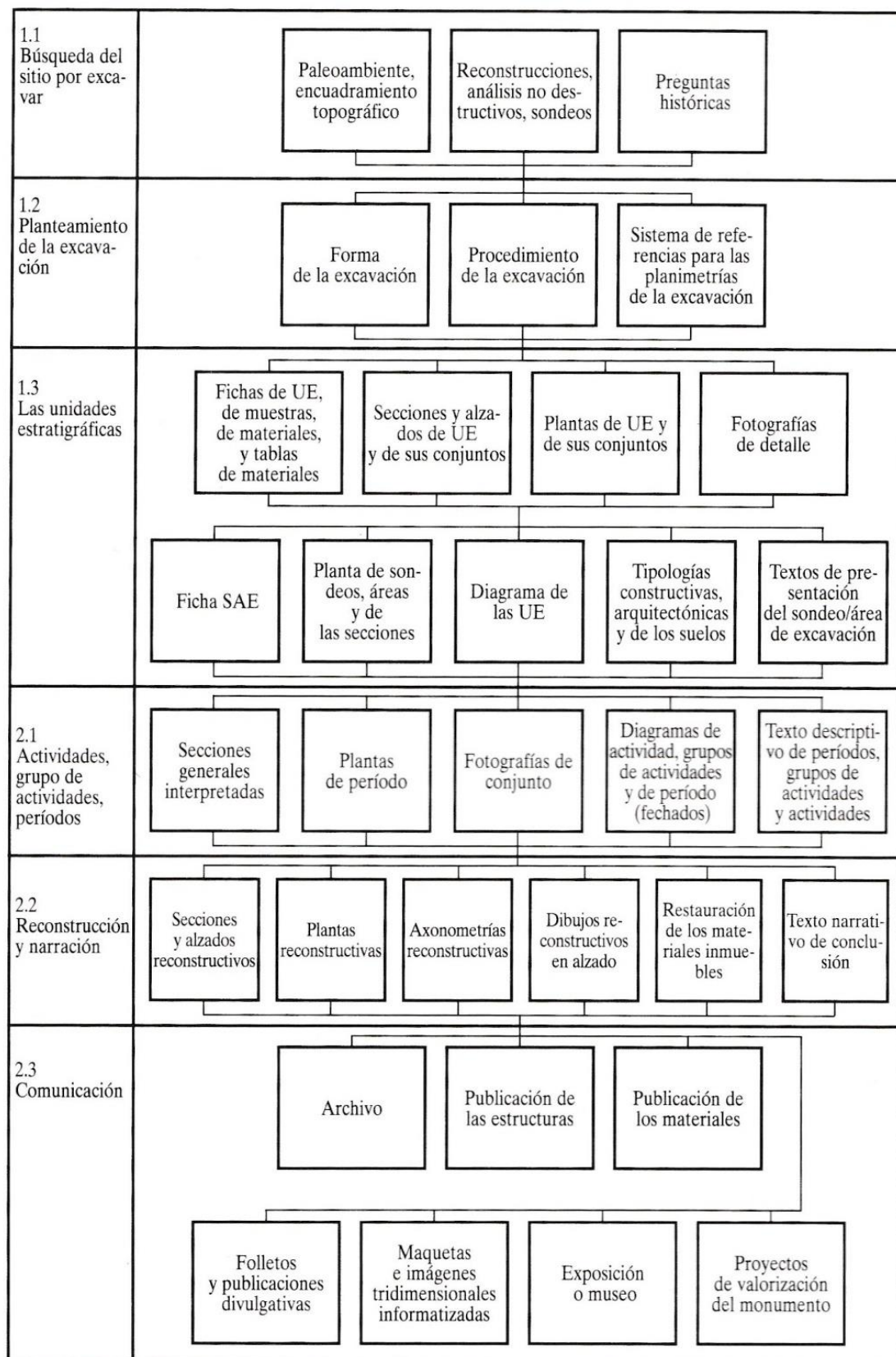


Fig. 107 – Proposta de um plano de execução de um processo de intervenção arqueológica (Fonte: CARANDINI, 1997, p.135)

A actividade arqueológica: tipologia

Lisboa - Até 2000



Lisboa - Desde 2001



Portugal
Até finais
dos anos 90'

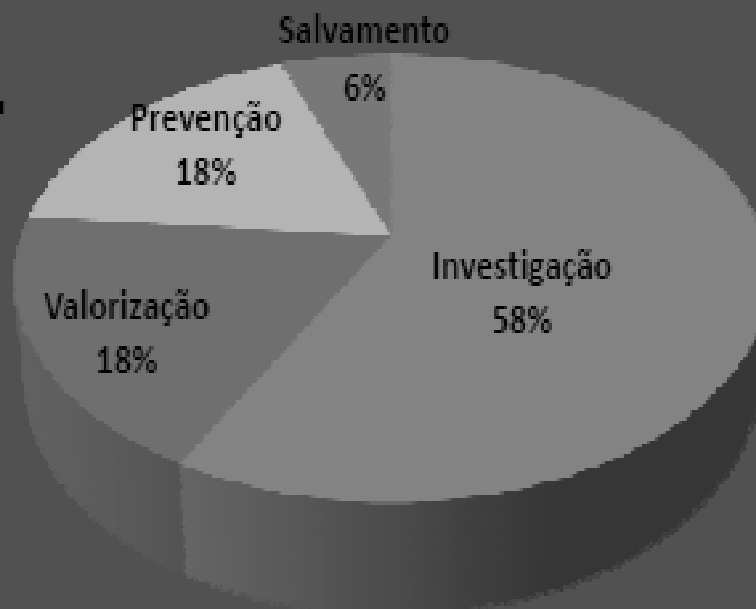


Fig. 108 - Dados estatísticos da prática arqueológica por sectores de actuação, em Portugal e na cidade de Lisboa (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

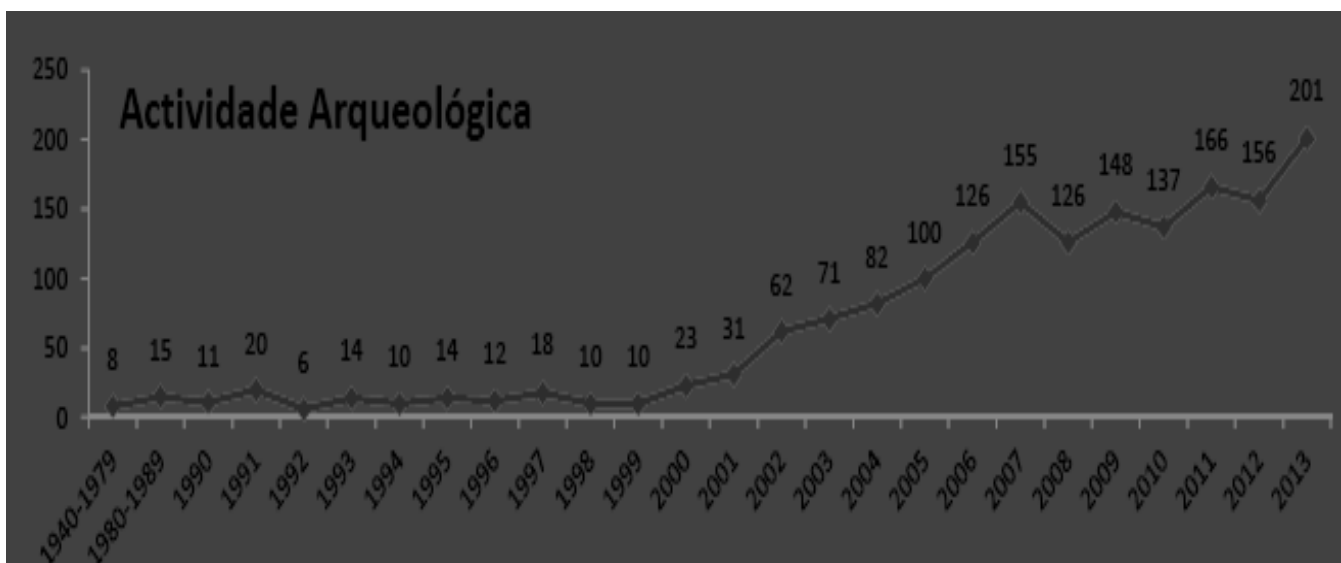
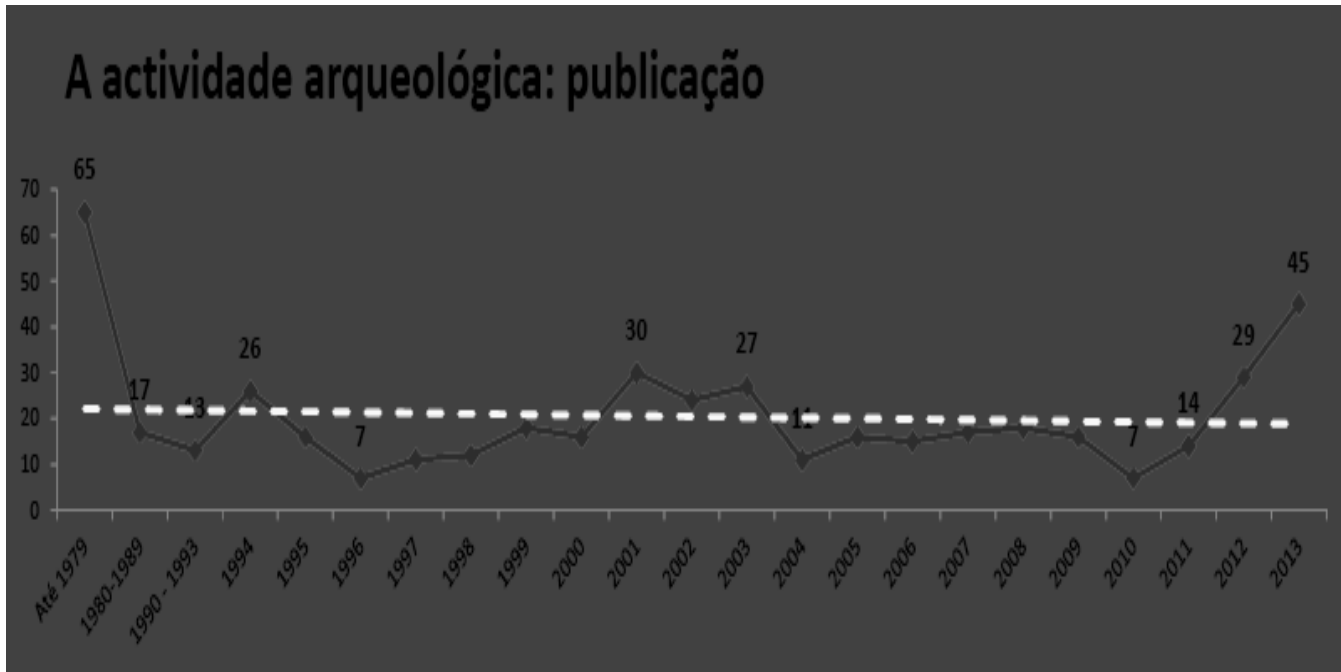


Fig. 109 - Dados estatísticos quanto ao balanço entre a actividade arqueológica desenvolvida e a publicação científica produzida nos últimos anos (Fonte: BUGALHÃO, 2014, *Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas*. Seminário de Lisboa Contemporânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea. Sociedade de Geografia de Lisboa: Secção de Arqueologia)

Este documento apresenta-se de uma forma bastante pormenorizada e esquemática, enumerando e descrevendo os seus elementos constituintes, acompanhados por ilustrações representativas da aplicação de cada procedimento. Realizado com base numa cuidada e minuciosa análise bibliográfica de conteúdos de cariz legislativo, técnico, cronológico e tipológico.

1. Instituição/proprietário	7. Representação - Heráldica - Iconografia	15. Conservação - Opções - Especificações
2. Super-categoria	8. Marcas e inscrições - Marcas - Legenda inscrição	16. Origem - Historial - Evolução da peça (função/forma)
3. Categoria	9. Produção - Oficina/fabricante - Centro de fabrico - Local de execução - Grupo cultural - Entidade emissora	17. Incorporação - Modos de incorporação - Data de incorporação - Achado/recolha - Lugar - Freguesia, concelho, distrito, região e país - Coordenadas - Data achado/recolha - Achador/colector - Circunstâncias do achado/recolha
4. Sub-categoria	10. Datação - Época/período cronológico - Séculos/anos - Justificação da data	18. Localização - Localização - Tipos de imagem - Número de inventário fotográfico/ de desenho - Exposições - Bibliografia
5. Denominação - Título - Casos particulares	12. Contexto arqueológico - Estação - Quadrícula - Camada estratigráfica	19. Abatimento de peças ao cadastro - Procedimentos - Motivos
6. Número de inventário - Atribuição de números de inventário - Sítio arqueológico - Código Nacional de Sítio	13. Informação técnica - Matéria (suporte e meio) - Técnica (estrutura e decoração) - Precisoões sobre a técnica	20. Anexo - Mapa de classificação de objectos arqueológicos
7. Identificação - Outras denominações - Números de inventário anteriores - Elemento (s) de conjunto - Marcação de peças - Descrição	14. Dimensões - Unidades de medida - Medição de peças - Outras dimensões	21. Bibliografia - Orientação bibliográfica - Recursos/Internet - Bibliografia especializada

Fig. 110 - Síntese dos conteúdos constantes nas Normas Gerais de Inventário de Arqueologia, por ordem de apresentação no documento (Fonte: IPM, 2000)

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico
 (para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Distrito

Concelho

Freguesia

Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º

Altitude (m)

Coordenada X

Coordenada Y

Tipo de sítio *

Período cronológico *

Descrição do sítio (15 linhas)

Bibliografia

Proprietários

Classificação *

Decreto

Estado de conservação *

Uso do solo *

Ameaças *

Proteção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do Tesaurus do ENDOVÍLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.ignspir.pt

Fig. 111 - Modelo da Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico a constar em anexo ao relatório final de intervenção arqueológica.

(Fonte: http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/recursos/formularios/fichasitiodgpc_distributed.pdf).

Consultado: 18.08.2016)

Acessos

Descrição do Espólio

Local de depósito

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável

Tipo de trabalho *

Datas: de início

de fim

duração (em dias)

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Resultados (15 linhas)

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus do ENDOVÉLICO*. Essa lista poderá ser consultada em: www.igopar.pt

Fig. 111 - Modelo da Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico a constar em anexo ao relatório final de intervenção arqueológica.

(Fonte: http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/recursos/formularios/fichasitiodgpc_distributed.pdf.

Consultado: 18.08.2016)